

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS - RIO CLARO**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**PODER PÚBLICO, PROCESSO EDUCATIVO E
POPULAÇÃO: O CASO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE
ANGATUBA, SP, BRASIL.**

CAROLINA MANDARINI DIAS



**RIO CLARO – SP
2008**

CAROLINA MANDARINI DIAS

**PODER PÚBLICO, PROCESSO EDUCATIVO E POPULAÇÃO: O
CASO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ANGATUBA, SP,
BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências, Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rio Claro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Feiteiro Cavalari

**Rio Claro
2008**

372.357 Dias, Carolina Mandarinini
D541p Poder público, processo educativo e população: o caso da
Estação Ecológica de Angatuba, SP, Brasil / Carolina
Mandarinini Dias. – Rio Claro : [s.n.], 2008
167 f. : il., figs., tabs.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Rosa Maria Feiteiro Cavalari

1. Educação ambiental. 2. Unidades de conservação. 3.
Educação. I. Título.

Aos meus pais, Beth e Cecílio, pela formação, amor, carinho,
exemplo de conduta e por me fazer acreditar que sempre
é possível atingir os objetivos.
Basta sonhar e confiar.

AGRADECIMENTOS

É com muito carinho que eu gostaria de agradecer algumas pessoas importantes durante a execução deste trabalho.

À minha querida orientadora, amiga e professora Rosa Maria Feiteiro Cavalari, pelos seus ensinamentos, carinho, atenção, apoio, alegria e orientações sempre tão essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

À professora Dalva Maria Bianchini Bonotto e à pesquisadora Marlene Tabanez pela disponibilidade e atenção e pelas contribuições pertinentes feitas durante a qualificação e que proporcionaram uma melhor finalização do trabalho aqui apresentado.

Aos professores Luiz Marcelo de Carvalho, Luiz Carlos Santana e Dalva Maria Bianchini Bonotto pelos ensinamentos tão relevantes, que desde a minha graduação foram indispensáveis para a minha formação.

A todos os participantes e colegas do Grupo de Estudos “A Temática Ambiental e o Processo Educativo” da UNESP, Rio Claro pelas discussões dos textos e pelo carinho e amizade com os quais sempre fui acolhida.

À professora Maria Rosa R. M. de Camargo pela disponibilidade em me aceitar como aluna de Estágio Docência e pelos ensinamentos e amizade.

As minhas queridas companheiras e amigas de Mestrado Aline, Caroline, Luciana, Viviane, Cristina e Rosa, pelos momentos bons, carinho, amizade e por compartilhar inquietações e muito trabalho.

Aos queridos “agregados” Rafael e Fábio que sempre se fizeram presentes durante os eventos do Mestrado.

A todos os funcionários do Departamento de Educação da UNESP, Rio Claro, e em especial à Sueli, pela atenção e disponibilidade em auxiliar sempre que possível.

Ao pessoal da Biblioteca e à equipe da Secretaria da Pós-Graduação pela atenção e profissionalismo com o qual sempre fui tratada.

Aos participantes desta pesquisa pela disponibilidade a acolhimento. O trabalho também pertence a vocês.

Ao meu querido amigo Pe. Renato de Góes Vieira pelas apresentações feitas durante a coleta de dados.

Ao Instituto Florestal pela aprovação da pesquisa e aos funcionários e pesquisadores deste Instituto que sempre se mostraram muito solícitos.

À pesquisadora Bárbara Heliadora Soares do Prado pela atenção e acolhimento.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Angatuba, em especial à Regina, pelo auxílio e atenção.

À Camila, pelo auxílio na leitura do texto.

E em especial aos meus pais Beth e Cecílio pelas leituras atenciosas e pacientes, conselhos e sugestões dadas em todas as fases de elaboração deste trabalho, e ao Fernando, meu amor, pelo companheirismo e compreensão, e por estar sempre presente e me auxiliar em tudo o que é possível. Não seria nada sem vocês.

À Deus, pela existência e proteção.

Se depender de mim nunca ficarei plenamente
maduro, nem nas idéias nem no estilo,
mas sempre verde, incompleto
experimental.

Tempo morto e outros tempos
Gilberto Freyre

RESUMO

Este trabalho procura compreender as relações que se estabelecem entre o poder público, o processo educativo, e a população local em relação a Unidades de Conservação. Para tanto estudou-se a Estação Ecológica de Angatuba, localizada no município de Angatuba, SP. Esta Unidade de Conservação foi criada por meio da mudança de categoria de manejo de parte da área da Floresta Estadual de Angatuba, o que acarretou diversas implicações legais. Neste sentido, buscou-se, através de uma abordagem qualitativa, identificar o conhecimento da população local sobre a Estação Ecológica de Angatuba, caracterizar que tipo de relação se estabelece entre o poder público e a população no que diz respeito à esta Unidade de Conservação e discutir como o processo educativo e a Educação Ambiental, como parte integrante deste processo, pode contribuir para mediar as eventuais controvérsias advindas da presença de uma Unidade de Conservação no município de Angatuba.

Para tanto foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, análise de documentos referentes à área e observações de reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba, órgão de gestão participativa existente nas Unidades de Conservação.

A partir da análise dos dados, pôde-se evidenciar o desconhecimento da Unidade em questão pela população de Angatuba, uma vez que alguns dos entrevistados além de não conhecer a área, desconhecem a existência de duas categorias de manejo de Unidades de Conservação no município. Também pôde-se verificar uma falta de clareza em relação às atribuições do Conselho Consultivo desta Unidade de Conservação, pois apesar de tal Conselho ser representado por membros de diversos segmentos da sociedade, não se identificou uma efetiva participação dos mesmos durante as reuniões observadas. Isto justifica a relevância do processo educativo e, mais particularmente, da Educação Ambiental como possíveis caminhos para a transformação da realidade social, promovendo uma maior participação política na sociedade.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Educação Ambiental, Processo Educativo.

ABSTRACT

This dissertation aim to understand the relationship between public sector, educational process and local population with regard to Conservation Units. For that purpose, Angatuba Ecological Station, located in Angatuba, SP was studied. That Conservation Unit was created through changing the management category of part of the Angatuba State Forest area, which had several legal implications. In that sense, through a qualitative approach, the study aimed to identify the local public knowledge about Angatuba Ecological Station, as well as to characterize the type of relationship established between public sector and local population regarding the Conservation Units and discuss how the educational process and Environmental Education as part of that process, may contribute to mediate the controversies generated by the presence of a Conservation Unit in the Angatuba Municipality.

For that purpose focused interviews were carried out, data related to the area was collected, and meetings of the Angatuba Ecological Station Advisory Board, a participative management organ, present in the Conservation Units.

The data analysis indicated that there is little knowledge of such Conservation Units by the Angatuba population, since some of the interviewees do not know the area and most of them do not know about the presence of the two management categories of the Conservation Units in the county. There was also verified a lack of clarity concerning the attributions of the Advisory Board of that Conservation Unit, since although the Board is represented by members of several segments of society, there was no effective participation of those members during the observed meetings. That justifies the pertinence of the educational process, and particularly, Environmental Education could be a possible transformation agent of the reality, in search for more political participation in the society.

Key-words: Conservation Units, Environmental Education, Educational Process.

LISTAS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição dos objetivos das diferentes categorias de manejo de Unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável.....49

Tabela 2: Representatividade dos Segmentos Sociais nas reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba observadas.....62

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Imagem via satélite da área da Floresta Estadual de Angatuba e da Estação Ecológica de Angatuba.....101

Figura 2: Roldão Vieira de Moraes. Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Roldão de Moraes Turelli.....103

Figura 3: Roldão Vieira de Moraes e seus familiares em viagem à Aparecida do Norte, SP, em 1934. Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Roldão de Moraes Turelli.....103

Figura 4: Detalhe da cachoeira presente na Estação Ecológica de Angatuba. Fotografada em 1995. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.....127

Figura 5: Vista geral do prédio da antiga escola localizada nas dependências da Floresta Estadual de Angatuba.....141

Figura 6: Detalhe do prédio da antiga escola localizada nas dependências da Floresta Estadual de Angatuba.....141

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1- Delineamento da Pesquisa.....	26
2- Unidades de Conservação.....	37
2.1- Conselhos de Unidades de Conservação.....	52
2.2- Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba.....	59
3- Educação e Educação Ambiental: primeiras aproximações.....	63
3.1- O Processo Educativo e a Educação Ambiental.....	76
4- Educação Ambiental e Unidades de Conservação.....	89
5- População, Poder Público e Unidades de Conservação.....	97
5.1- Conhecimento local sobre a criação da Estação Ecológica de Angatuba.....	97
5.2- Conhecimento da localização geográfica da Estação Ecológica de Angatuba.....	112
5.3- Controvérsias existentes entre População, esferas do Poder Público e Unidades de Conservação.....	116
5.4- Problemas apontados pelo participantes da pesquisa no relacionamento entre a População e a Estação Ecológica de Angatuba.....	132
5.5- Sugestões para aproximar a Estação Ecológica da População de Angatuba.....	136
6- Caminhos para a elaboração de uma Proposta de Educação Ambiental para a Estação Ecológica de Angatuba.....	145
Considerações Finais.....	153
Referências.....	158
ANEXOS.....	164
ANEXO A - Roteiro das Entrevistas para o grupo População.....	164
ANEXO B - Roteiro das Entrevistas para o grupo Poder Público.....	165
ANEXO C - Folder da Floresta Estadual e da Estação Ecológica de Angatuba.....	166

Introdução

Para iniciar uma discussão acerca do Processo Educativo e relacioná-lo a questões ambientais e a Unidades de Conservação, é necessário antes buscar os condicionantes históricos e concepções filosóficas que podem ter dado origem ao chamado “acontecimento ambiental” (CARVALHO, 2002) e à criação de tais Unidades, a fim de compreendermos melhor as relações e condições sociais nas quais estes fatos ocorreram para, assim, termos uma visão mais ampla e crítica acerca do assunto que é nosso objeto de estudo.

Entre os séculos VI e V a.C., na Grécia Antiga, surgiu um novo modo de pensar os fenômenos naturais, físicos e sociais, a Filosofia, que influenciou toda a sociedade ocidental e foi um grande marco para a história da humanidade, pois inaugurou uma nova maneira de se pensar os fenômenos naturais, a racional.

Segundo Maciel Júnior (2003),

No final do século VI a. C. surge, nas cidades gregas da Ásia Menor, uma nova atitude de espírito que, em seu esforço para explicar o mundo, afasta-se da estrutura mítica tradicional, fazendo, desse modo, a passagem do mito para *lógos*, para a razão. Condição da Filosofia, a razão surge como forma de reflexão inédita acerca da natureza, inaugurando uma maneira de pensar cujo caminho a ciência não fez depois senão seguir (MACIEL JÚNIOR, 2003, p. 19).

De acordo com Bornheim (1972), um dos fatores que influenciou o surgimento de um pensamento filosófico foi o contato das cidades (*pólis*) gregas com outros povos, como os egípcios e os mesopotâmicos, o qual foi ocasionado pela expansão do comércio e navegação na região. Esta nova

forma de conhecimento, a Filosofia, permeia todo o pensamento do mundo dito Ocidental até os dias atuais (BORNHEIM, 1972).

A passagem de uma forma de pensamento baseada nos mitos, na mitologia, para a maneira racional de indagar a origem dos fenômenos, comum à Filosofia, não ocorreu, no entanto, de modo abrupto, mas sim foi parte de um processo histórico iniciado na política grega, por meio da racionalização do discurso ou *lógos*.

De acordo com Maciel Júnior, 2003

[...] não houve milagre nem tampouco uma descontinuidade radical entre o pensamento racional que emergia e a forma de pensar anterior. A razão, sem dúvida inventada pelos pensadores Pré-Socráticos, foi fruto de um encontro histórico ocorrido entre esses indivíduos excepcionais e o meio político que já apresentava um processo de racionalização da vida pública (MACIEL JÚNIOR, 2003, p. 26).

O pensamento dos filósofos Pré-Socráticos, denominação pela qual ficaram conhecidos os primeiros filósofos, possuía ainda, algumas semelhanças com o pensamento mítico. No entanto, Maciel Júnior (2003) salienta que as semelhanças presentes entre o *mito* e o *lógos* no pensamento Pré-Socrático “não nos devem fazer negligenciar as diferenças que se impõem e fazem da razão uma forma de pensar inédita” (p. 36).

De acordo com este autor, 2003

Na narrativa mítica estava presente um pensamento transcendente – elevado, sobrenatural, acima do plano terrestre, ligado à idéia de um mundo superior. Já no pensamento racional, a explicação da origem do mundo deve ser buscada no próprio seio da Natureza. Buscar as razões da Natureza dentro da própria Natureza, encontrar o princípio gerador de todas as coisas na imanência do próprio mundo físico, passou a ser o desafio do pensamento que então surgia (MACIEL JÚNIOR, 2003, p. 36-37).

Os filósofos Pré-Socráticos tinham como preocupação central compreender o “princípio de tudo aquilo que leva a ser manifesto” (p. 12), a *arké* (BORNHEIM, 1972).

Chauí (2002) afirma que, para os primeiros filósofos a *arké*,

[...] é o que vem e está antes de tudo, no começo e no fim de tudo, o fundamento, o fundo imortal e imutável, incorruptível de todas as coisas, que as faz surgir e as governa. É a origem, mas não como algo que ficou no passado e sim como aquilo que, aqui e agora, dá origem a tudo, perene e permanentemente (CHAUÍ, 2002, p. 46).

No entanto, a *arké* é “invisível”, não pode ser manifesta, e o que a torna “visível”, a manifestação da *arké* segundo Chauí (2002) é a *physis*. Ainda de acordo com esta autora,

A *physis* – traduzida para o latim como *natura* e para o português como natureza – é a fonte originária de todas as coisas, a força que as faz nascer, brotar, desenvolver-se, renovar-se incessantemente; é a realidade primeira e última, subjacente a todas as coisas de nossa experiência. É o que é primário, fundamental e permanente, em oposição ao que é segundo, derivado e transitório. É a manifestação visível da *arkhé*, o modo como esta se faz percebida e pensada (CHAUÍ, 2002, p. 46-47).

Apesar de a tradução de *physis* para o português ser natureza, não é correto, no entanto, entender a *physis* dos primeiros filósofos tal como compreendemos a natureza atualmente, ou seja, totalmente independente e separada do homem.

Para Bornheim, 1972, segundo os filósofos Pré-Socráticos,

[...] a palavra *physis* designa outra coisa que o nosso conceito de natureza. Vale dizer que na base do conceito de *physis* não está a nossa experiência da natureza pois a *physis* possibilita ao homem uma experiência totalmente outra que a que nós temos frente à natureza. Assim, a *physis* compreende a totalidade daquilo que é; além dela nada há que possa merecer a investigação humana. Por isto, pensar o todo do real a partir da *physis* não implica em “naturalizar” todos os entes ou restringir-se a este ou aquele ente natural. Pensar o todo do real a partir da *physis* é pensar a partir daquilo que determina a realidade e a totalidade do ente (p. 14) (BORNHEIM, 1972).

A partir do século V a.C., período que posteriormente ficou conhecido na História da Filosofia como “clássico”, e no qual viveram pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles, a preocupação filosófica deixou de ser primordialmente a *physis* para ser o *nomos*. De acordo com Iglésias (1986) “[...] foi a profunda dessacralização da sociedade grega que permitiu que, a partir do século V a.C., alguns sábios começassem a refletir sobre a natureza do *nomos*”. Ainda de acordo com esta autora podemos entender a diferença entre *physis* e *nomos*, “*grosso modo*” como sendo a diferença “entre a ordem natural e ordem humana” (IGLÉSIAS, 1986, p. 18).

A partir do pensamento de Platão (427-347 a.C.), inicia-se um processo de valorização da *idéia*, da razão, em detrimento do mundo sensível.

De acordo com Pessanha, 1987a,

A explicação do mundo físico, desde os filósofos da escola de Mileto, converte-se na procura de uma situação primordial que justificaria, em seu desdobramento, a situação presente do cosmo. Antes, a água (Tales), o ilimitado (Anaximandro), o “tudo junto” (Anaxágoras) – depois, devido a diferentes processos de transformação ou de redistribuição espacial, o universo em seu aspecto atual. A explicação filosófica representava, assim, o encontro de um princípio (*arquê*) originário, e era, por isso mesmo, movida por interesse arcaizante, de busca das raízes, de desvelamento das origens. Com Platão, essa índole retrospectiva e “horizontal” da investigação é substituída pela perspectiva “vertical” e ascendente que propõe, seguindo a sugestão do método dos geômetras, as idéias como causas intemporais para os objetos sensíveis. O que é belo, mais ou menos belo, é belo porque existe um belo pleno, o Belo que, intemporalmente, explica todos os casos e graus particulares de beleza, como a condição sustenta a inteligibilidade do condicionado (PESSANHA, 1987a, p. XVI).

A Filosofia de Platão foi fortemente influenciada pela história de vida de seu mestre, Sócrates, que com o seu pensamento delineou uma nova forma de pensar que se fez presente em toda a civilização ocidental. Para Platão, o conhecimento pode ser alcançado apenas quando se atinge o mundo inteligível, o qual possui as formas perfeitas e o conhecimento verdadeiro e

seguro. Porém, segundo este pensador, os seres humanos vivem no mundo sensível, que é constituído de cópias imperfeitas e mutáveis do plano das idéias, o mundo inteligível. Para Platão, atingir tal plano só é possível através do uso da razão (PESSANHA, 1987a).

Para a filosofia platônica o homem se configura como um ser dual. Ele é constituído de um corpo mortal, que habita o mundo sensível e está sujeito às imperfeições deste plano, e uma alma imortal que, por ser perfeita é a única que pode habitar o mundo das idéias e conhecer os “arquétipos incorpóreos”. A alma é anterior ao corpo e antes de nascer o homem tem contato com o mundo inteligível e suas idéias. Quando o homem nasce, a alma se aprisiona ao corpo e, no mundo sensível apenas tem contato com as formas imperfeitas. Utilizando a razão o homem pode conhecer, ou seja, lembrar das formas perfeitas do mundo das idéias e atingir o verdadeiro conhecimento.

Para Platão, de acordo com Pessanha, 1987a,

A alma humana, antes do nascimento – antes de prender-se ao cárcere do corpo –, teria contemplado as idéias enquanto seguia o cortejo dos deuses. Encarnada, perde a possibilidade de contato direto com os arquétipos incorpóreos, mas diante de suas cópias – os objetos sensíveis – pode ir gradativamente recuperando o conhecimento das idéias. Conhecer seria então lembrar, reconhecer. A hipótese da reminiscência vem, assim, sustentar a hipótese da existência do mundo das formas. Mas, por sua vez, implica outra doutrina que a condiciona: a da preexistência da alma em relação ao corpo, a da incorruptibilidade dessa alma incorpórea e, portanto, a da sua imortalidade. Essa imortalidade, de que Sócrates não teve certeza nos primeiros diálogos, converte-se, na construção do platonismo, numa condição para a ciência, para a explicação inteligível do mundo físico (PESSANHA, 1987a, p. XVII).

Cria-se desta maneira, uma dicotomia entre o corpo e a alma humana. O ser humano colocado como ser dual, perfeito e imperfeito ao mesmo tempo, começa a se enxergar separadamente dos outros modelos presentes no mundo, distanciando-se completamente de uma *physis*, uma natureza comum a todos os seres existentes, culminando com a separação do humano com os

outros seres e formas viventes. O pensamento platônico continua vigente por toda a história do pensamento ocidental, e é determinante em muitos aspectos, para a concepção de natureza presente ainda hoje em nossa sociedade, pois no decorrer da história, a Filosofia platônica foi retomada e interpretada sob diferentes olhares, como veremos a seguir.

Durante a Idade Média, denominação dada ao período histórico posterior à queda do domínio romano na Europa e que compreende cerca de um milênio, a sociedade se reorganiza em torno de grandes propriedades agrícolas que eram regidas pelo dono da terra, o senhor feudal. Além disso, também é neste momento histórico que se acentua a concentração do poder pela Igreja Cristã, a qual surgiu durante o Império Romano, e que durante o período medieval passou a exercer grande influência nas decisões políticas, sociais, e educativas¹ da Europa.

O modo de produção feudal, característico do primeiro período da Idade Média se baseava na relação de poder existente entre o detentor da terra, o senhor feudal, e seus subordinados, os servos, os quais trabalhavam na terra dos senhores em troca de alimento e moradia. Nesta sociedade, a população era predominantemente rural, e o relacionamento entre homem e natureza, entendida aqui como ambiente natural, se fazia presente nas atividades diárias da população.

Neste período histórico no qual o conhecimento era dominado pela Igreja, a Filosofia clássica grega foi retomada por filósofos medievais como Agostinho (354-430 d.C.) e Tomás de Aquino (1225-1274 d. C.), uma vez que o

¹ A Igreja detinha o monopólio das atividades intelectuais no período da Idade Média por meio do domínio nas universidades e dos mosteiros.

estudo destes pensadores fez com que se acentuasse ainda mais a dicotomia corpo/alma – homem/natureza presente no pensamento humano.

No entanto, o modelo feudal entrou em crise, o que se agravou a partir do surgimento de uma nova classe social, não detentora de terras e nem constituída de servos. A esta nova classe deu-se o nome de burguesia.

De acordo com Sevcenko (1988), os burgueses eram aqueles que começaram a negociar mercadorias ao redor dos burgos, locais próprios para esta finalidade os quais, devido ao acúmulo cada vez maior de pessoas nas regiões, deram origem às primeiras cidades. Neste sentido, o poder, que até então estava concentrado nas mãos do senhor feudal e da Igreja começa a se descentralizar, e os burgueses, por meio do início da utilização de unidades monetárias² para realizar o comércio em detrimento do escambo presente até então na sociedade europeia medieval, começaram a acumular riquezas. No entanto, apesar de a burguesia se tornar cada vez mais rica no que diz respeito ao poder monetário, ela não possuía, ainda, o poder político e nem um prestígio social, fato este que só foi alcançado alguns séculos depois, com o advento da Revolução Francesa, na segunda metade do século XVIII.

Ainda de acordo com Sevcenko (1988), com a crise do modo de produção feudal que caracterizou o fim da Idade Média, e o advento de um Renascimento cultural e científico ocorrido entre os séculos XIV e XVI, a razão humana, que antes estava aprisionada pelas fugacidades e imperfeições do corpo, foi novamente valorizada e exaltada neste novo período que começa a se configurar, a modernidade.

² A utilização de unidades monetárias pela burguesia foi influenciada, principalmente pelo contato feito com a cultura dita Oriental no período das Cruzadas.

Este autor afirma que, a partir deste momento histórico, ao invés de valorizar o pecado do homem, postura comum no período medieval, com a visão teocêntrica, começou-se a privilegiar “o que de divino havia em cada homem, induzindo-o a expandir suas forças, a criar e a produzir, agindo sobre o mundo para transformá-lo de acordo com sua vontade e seu interesse” (p.15), acentuando uma visão antropocêntrica.

Um dos maiores pensadores deste período foi o francês René Descartes (1596-1650) que pretendia com seu pensamento “unificar todos os conhecimentos humanos a partir de bases seguras, construindo um edifício plenamente iluminado pela verdade e, por isso mesmo, todo feito de certezas racionais” (PESSANHA, 1987b, p. VII).

A razão, para Descartes, era o único instrumento para se conhecer a verdade, e buscá-la significaria entender primeiramente o funcionamento das pequenas partes para se aprender o todo. Neste sentido, a dicotomia instaurada na antiguidade grega atinge seu apogeu e cabe ao homem, único ser dotado de razão, conhecer verdadeiramente todas as coisas.

Segundo Descartes, 1987,

Pois, enfim, quer estejamos em vigília, quer dormindo, nunca nos devemos deixar persuadir senão pela evidência de nossa razão. E deve-se observar que digo de nossa razão e de modo algum de nossa imaginação, ou de nossos sentidos. (DESCARTES, 1987, p. 58).

O racionalismo cartesiano se difundiu no decorrer da modernidade e influenciou todas as áreas do conhecimento, dentre as quais, a maneira de se estudar a História Natural, configurada como Ciência a partir do final do século XVIII.

Tal forma de pensamento presente na modernidade propiciou ao homem a possibilidade de conhecer inúmeros processos físicos e naturais, além do que, a partir deste período houve um grande avanço científico e tecnológico, que culminou com a modificação do modo de produção artesanal e manual da Idade Média e início da Idade Moderna para o manufaturado e em grande escala, com o surgimento das fábricas na Revolução Industrial.

Com o advento da Modernidade, a população que antes, no apogeu da Idade Média, se concentrava no campo, passa agora, a ir para a cidade, ficando distante da natureza, do ambiente natural, o qual, a partir de então, começa a ser visto como ambiente rude e selvagem. Carvalho (2002) se refere a este fato da seguinte maneira:

A cidade, contraponto da natureza selvagem, então se apresentava como lócus da civilidade, o berço das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Sair da floresta e ir para a cidade era um ato civilizatório. As pessoas criadas na cidade eram consideradas mais educadas que aquelas que viviam nos campos. A natureza, tida então como o Outro da civilização, representava uma ameaça à ordem nascente (CARVALHO, 2002, p. 41).

Como consequência deste pensamento vigente, começou a se observar uma maior depreciação da natureza selvagem, uma vez que do ambiente “natural” apenas se valorizavam as plantações. Ambientes como montanhas, pântanos, matas e florestas eram absolutamente negados como locais de relação de polidez com o homem racional (CARVALHO, 2002).

No entanto, no século XVIII surge um pensamento que se opõe à Filosofia cartesiana. Jean Jacques Rousseau (1712-1778), critica o processo “civilizatório” em torno das cidades e a idéia de homem civilizado como aquele que vive em centros urbanos. Para Rousseau, de acordo com Sahd (2005), o

verdadeiro homem é aquele que vive no “estado da natureza”, isto é, aquele realmente livre e que,

[...] faz tudo o que lhe agrada e convém, basta apenas deter os meios e adquirir a força suficiente para realizar os seus desejos. [...] Esta auto-suficiência, assegurada ao homem no estado de natureza, é destruída pela sociedade corrompida que multiplica os desejos tornando-os ilimitados (SAHD, 2005, p.111).

Para Rousseau o ser humano só pode alcançar a verdadeira felicidade quando estiver em contato com a natureza, de modo a retomar os valores da vida primitiva em detrimento dos valores da sociedade “civilizada”, e isso só é possível quando a natureza for compreendida pelo sentimento, como algo interno ao próprio homem, e não como objeto a ser estudado, compreendido e calculado mecanicamente (CHAUÍ, 1987).

Carvalho (2002) também aponta para esta característica presente no pensamento de Rousseau. Segundo a autora,

Na contracorrente do iluminismo, que via a natureza como matéria exterior ao sujeito humano e objeto de conhecimento pela razão, Rousseau valoriza a natureza como dimensão formadora do humano e fonte de vida que se apreende principalmente pelos sentimentos, incluindo-se aí também as experiências penosas que a educação da natureza tem a ensinar aos humanos. A visão da natureza como ideal de perfeição degenerado pela ação humana que se exerce contra a ordem natural é exemplar de uma sensibilidade romântica (CARVALHO, 2002, p. 50).

Rousseau se contrapõe a toda cultura voltada para o desenvolvimento humano em cidades, e apresenta uma visão de mundo na qual o homem alcançará a plena e verdadeira felicidade quanto mais próximo da natureza – aqui empregada no sentido de ambiente natural – ele se educar.

Este filósofo acreditava que o homem da sociedade é corrompido e, sendo assim, degenera tudo o que está ao seu redor, inclusive o ambiente natural. Rousseau inicia sua obra “Emílio ou da Educação”, escrita em 1757, afirmando que:

Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem. Ele força uma terra a alimentar as produções de outra, uma árvore a carregar os frutos de outra. Mistura e confunde os climas, os elementos, as estações. Mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo. Perturba tudo, desfigura tudo, ama a deformidade e os monstros. Não quer nada da maneira como a natureza o fez, nem mesmo o homem; é preciso que seja domado por ele, como um cavalo adestrado; é preciso apará-lo à sua maneira, como uma árvore de seu jardim (ROUSSEAU, 2004, p. 7).

A leitura deste excerto pode ser um indicativo que, para Rousseau, o homem da sociedade é tido como uma personificação do que é errado e mau. Tudo faz incorretamente e acredita que todas as forças presentes na natureza são passíveis de modificações de acordo com as suas vontades. O pensamento de Rousseau no que diz respeito à relação do homem com o mundo natural, pode ter influenciado, no século XIX, a maneira de se conceber a necessidade de criação de áreas naturais, principalmente após o advento da Revolução Industrial e suas conseqüências para o ambiente dito natural.

Assim, entender o significado da Revolução Industrial é de extrema importância para compreender o fenômeno que se denominou de crise ambiental, pois a partir deste episódio, a degradação ambiental começou a ocorrer com maior intensidade, e a urbanização atingiu seu apogeu, pois era nas fábricas que grande parte da população encontrava emprego. No entanto, quando se fala de degradação ambiental, não se pretende fazer referência apenas à degradação do ambiente dito como “natural”, mas do ambiente de uma forma mais ampla, considerando desta maneira também as cidades, os locais habitados pela população humana.

A intensa degradação do ambiente causada pelo crescimento demográfico e as precárias condições de higiene em que a maioria da população se encontrava nas cidades, a superpopulação de pragas e a incidência de epidemias como a da peste bubônica, contribuíram, de acordo

com Carvalho (2000), para a “deterioração do ambiente urbano” que “em muitos casos era pior do que nos dias de hoje” (p. 67).

Este processo de propagação das fábricas e intensa degradação do ambiente urbano neste momento histórico, ou seja, no século XIX, fez com que se iniciasse um processo de revalorização do ambiente natural como local limpo e puro, desde que distante do ser humano, contribuindo para a construção do ideal de “natureza intocada” (DIEGUES, 2004).

No século XIX também ocorreu um movimento cultural que influenciou fortemente o pensamento da época, o Romantismo. Os ideais românticos pregavam um caráter de adoração do mundo selvagem, da “natureza intocada” e livre da influência antrópica. Tais ideais se apoiaram em alguns fatores, dentre os quais o ideal de “paraíso cristão” no qual a natureza intocada se assemelhava ao Jardim do Éden, um presente de Deus (CARVALHO, 2002; DIEGUES, 2004).

No romantismo do século XIX, os ideais de retorno à natureza selvagem tão presentes na obra de Rousseau, são retomados. Para Diegues (2004), os escritores do período romântico,

[...] fizeram da procura do que restava de ‘natureza selvagem’, na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime (DIEGUES, 2004, p. 24).

Neste período, o livro de Daniel Defoe denominado Robinson Crusóé, escrito no século XVIII, voltou a ser divulgado. Para Diegues (2004), a ilha de Robinson Crusóé “representa a síntese da simbologia do paraíso perdido após a expulsão do homem” (p. 24). Segundo este autor, a obra também foi um marco para começar a se pensar em uma apreciação do mundo natural e selvagem pela sociedade (DIEGUES, 2004).

Este pensamento pode ser concebido como um dos motivos que contribuiu para a necessidade da criação de áreas que preservassem a “natureza intocada”, um bem, distante das maldades humanas e livre de possíveis degradações.

O movimento para a criação destas Áreas Protegidas foi denominado de conservacionista e teve início nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX. Um conceito associado à necessidade da criação de tais áreas nos Estados Unidos foi o de *wilderness*, ou seja, vida selvagem, a qual era “ameaçada” pela civilização urbano-industrial. A primeira Área Protegida, o Parque Nacional de Yellowstone, foi criada então em 1872 (DIEGUES, 2004).

Nestas áreas caberia, portanto, à população admirar a beleza cênica da natureza, uma vez que uma aproximação humana mais efetiva, como, por exemplo, morar nas áreas intocadas, era absolutamente negado pela sociedade, pois o homem, neste período, era visto como um ser devastador das belezas naturais. O pensamento vigente no século XIX chegou ao século XX e as Áreas Protegidas, dentre as quais se encontram as Unidades de Conservação da Natureza, foram constituídas com base neste ideal.

No Brasil, as Áreas Protegidas começaram a ser instituídas na primeira metade do século XX e, no decorrer deste século aumentaram em número, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, quando se deu o ápice das manifestações em torno da defesa do ambiente natural em decorrência do agravamento da crise ambiental, sendo que este assunto será abordado mais detalhadamente no Capítulo 3.

A degradação cada vez maior do ambiente também ocasionou um movimento em torno da revalorização e proteção desta “natureza intocada”,

uma vez que o movimento para a conservação da natureza se consolidou após os grandes desastres humanos ocasionados em virtude principalmente das duas grandes guerras mundiais ocorridas na primeira metade do século XX.

Este movimento surgido inicialmente no âmbito dos “movimentos de contracultura” e com caráter exclusivamente ecológico, no decorrer da segunda metade do século XX atingiu diversas áreas e segmentos sociais e políticos, sendo que a preocupação em torno de questões ambientais neste período histórico foi denominada por CARVALHO (2002) de “acontecimento ambiental”.

Dentro do chamado “acontecimento ambiental”, a educação ganha lugar de destaque. Neste sentido, surge a Educação Ambiental como tentativa de buscar soluções para o agravamento da crise ambiental.

A Educação Ambiental, entendida como parte do processo educativo pode contribuir para a explicitação das concepções de natureza presentes nas sociedades no decorrer dos tempos. Tal explicitação é de fundamental importância para o entendimento das relações estabelecidas entre as diferentes pessoas e segmentos sociais no que diz respeito a questões como as que procuram compreender o significado do ideal de “natureza intocada” e qual a relação sociedade-natureza presente em determinado grupo social, além de contribuir para a compreensão das conseqüências para a instituição de Áreas Protegidas.

Assim, esta pesquisa pretende compreender as relações que se estabelecem entre populações e as Áreas Protegidas, mais particularmente as que recebem a denominação de Unidades de Conservação. Neste sentido, busca-se entender também como a Educação Ambiental pode se colocar como uma mediadora para proporcionar um maior entendimento da população em

relação aos objetivos de tais áreas, assim como buscar maneiras para a Unidade de Conservação se aproximar da população, mesmo quando há restrições legais que impedem a visitação, e/ou o manejo de fauna, flora e recursos minerais, que muitas vezes constituem os principais anseios da população em relação a tais áreas.

Para tanto, este trabalho está apresentado em seis capítulos. No primeiro, “Delineamento da Pesquisa”, problematizo a pesquisa e apresento os procedimentos metodológicos utilizados na mesma.

No segundo, “Unidades de Conservação”, procuro contextualizar a constituição das Unidades de Conservação do ponto de vista histórico e político e discutir os processos de gestão participativa presentes a partir do ano 2.000, com a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, no que diz respeito à constituição dos Conselhos Gestores.

No terceiro capítulo, procuro discutir o processo educativo e relacioná-lo com o surgimento da Educação Ambiental. No quarto capítulo busco relacionar a Educação Ambiental a Unidades de Conservação, identificando as práticas de Educação Ambiental que são desenvolvidas em tais Unidades.

No quinto capítulo, busca-se analisar e discutir os dados obtidos na pesquisa, e, finalmente, no sexto capítulo, a partir da análise dos dados e do referencial teórico utilizado, procuro apontar caminhos para a elaboração de uma proposta de Educação Ambiental para a área objeto deste estudo.

1- Delineamento da Pesquisa

Para desenvolver esta pesquisa procuramos trabalhar com uma Unidade de Conservação (UC) que possuísse um alto grau de restrições quanto ao manejo de fauna, flora e recursos minerais e em relação à visitação pública, ou seja, optamos por uma UC do grupo de Proteção Integral, conforme descrito no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (2000), pois acreditamos que possivelmente são nestas áreas que podem ocorrer uma maior quantidade de conflitos entre a população local, as esferas do poder público e a gestão da área devido ao maior grau de restrições colocadas legalmente nesta tipologia de Unidade de Conservação. Dentre as Unidades de Conservação do grupo de Proteção Integral, estão as Estações Ecológicas, que são áreas demarcadas territorialmente e criadas pelo Poder Público com o objetivo de preservação da natureza e realização de pesquisas científicas (BRASIL, 2005h).

No Estado de São Paulo, assim como na maioria dos estados brasileiros, nas décadas de 1970 e 1980 ocorreu um significativo aumento do número de UC's, porém, no Estado em questão, o crescente número não se deu apenas pela incorporação de novas áreas, mas também pela criação de novas categorias de manejo de UC's, o que levou à subdivisão de algumas das Unidades existentes.

Uma das UC's do Estado de São Paulo que teve sua área inicial reduzida para a criação de uma nova categoria de UC em parte de sua área foi a Floresta Estadual de Angatuba. Esta UC foi criada por meio do Decreto nº 4.439, de 05 de janeiro de 1965, e seu principal objetivo era o de fazer o

plântio de espécies de *Pinnus* e *Eucalyptus* para diminuir o desmatamento da Mata de Araucária³.

No entanto, parte da área da Floresta Estadual de Angatuba possuía um complexo ecossistema local e um patrimônio de grande valor científico, e, em função disso, foi transformada por força do Decreto nº 23.790, de 13 de agosto de 1985, na Estação Ecológica de Angatuba. A área total desta Unidade de Conservação é de 1.394,15 ha, e preserva porção significativa da vegetação natural da região, representada principalmente por Cerrado e por Floresta Estacional Semidecidual.

O Decreto nº 23.790, de 13 de agosto de 1985, que instituiu a Estação Ecológica de Angatuba estabelece que,

Considerando ser de extrema necessidade em função de sua importância ecológica, a preservação de uma significativa amostra remanescente da vegetação do cerrado e mata existente em área de domínio do Estado, numa área de 1.394,15 ha, localizada na Floresta Estadual de Angatuba, no município do mesmo nome;

Considerando que essa área apresenta um complexo ecossistema, de vital importância para refúgio de animais silvestres em perigo de extinção;

Considerando que essa área apresenta a vegetação do cerrado em todos os seus aspectos e nos limites da latitude onde esta formação vegetal ocorre;

Considerando, finalmente, que essa área constitui um patrimônio de grande valor científico, cuja preservação em muito contribuirá para a realização de pesquisas básicas e aplicadas

Decreta

Artigo 1.^o – É criada a Estação Ecológica de Angatuba, situada em terras de domínio da Fazenda do Estado, no município de Angatuba, com a finalidade de assegurar a integridade dos ecossistemas ali existentes e de proteger sua flora e fauna, bem como sua utilização para objetivos educacionais e científicos (SÃO PAULO, 1985).

Segundo informações da gestão desta UC, a fauna local é representada por inúmeras espécies, dentre as quais se destaca o Lobo-Guará (*Crysocyon brachyurus*), Tamanduá-Bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*),

³ Cabe salientar que em 1965 o órgão responsável pela gestão desta Unidade de Conservação era o Serviço Florestal que, em 1970, por meio do Decreto Estadual 30.555/70, foi transformado em Instituto Florestal.

Tamanduá-Mirim (*Tamandua tetradactyla*), Mico-Leão-Preto (*Leontopithecus chrysopygus*) e grande diversidade de aves. Em relação à flora, além do cerrado, encontra-se na Estação Ecológica de Angatuba outras fisionomias de vegetação, como as florestas mesófilas semidecíduas e florestas mesófilas semidecíduas higrófilas.

Antes de pertencer ao Estado, as terras da Floresta Estadual de Angatuba pertenciam a Clóvis Vieira de Moraes, que a herdou de seu pai, Roldão Vieira de Moraes. A área era conhecida como “Fazenda da Conquista”. A venda das terras para o Estado foi intermediada por Antônio Vieira Sobrinho, que foi Prefeito de Angatuba, Prefeito de Itapetininga, Deputado Estadual e Deputado Federal, sendo conhecido no município de Angatuba como “Toniquinho”. Antônio Vieira Sobrinho era tio de Clóvis Vieira de Moraes.

Uma pequena porção da Estação Ecológica de Angatuba localiza-se no município de Guareí, próximo a Angatuba, no Estado de São Paulo. No entanto, a sede da Unidade e a maior parte da área se localizam no município de Angatuba. Também cabe salientar que não há menção sobre a área abrangida pelo município de Guareí no Decreto de criação da Estação Ecológica de Angatuba.

A mudança de categoria de Unidade de Conservação do grupo de Uso Sustentável (Floresta Estadual) para Unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral (Estação Ecológica) de parte da área inicial da Floresta Estadual, pode ter contribuído para o surgimento de alguns problemas entre o poder público e a população local, já que na área que passou a ser compreendida pela Estação Ecológica, não se podem realizar atividades anteriormente permitidas.

Tanto a Floresta Estadual quanto a Estação Ecológica de Angatuba estão localizadas no município de Angatuba, Alto Vale do Paranapanema, região Sudoeste do Estado de São Paulo, adjunta à quarta divisão de Sorocaba e meso-região de Itapetininga, a 210 km da capital paulista (LISBOA, 2001). A região onde hoje se encontra o município de Angatuba era um antigo pouso de tropeiros nos séculos XVIII e XIX, no caminho para o Sul do país, uma vez que Angatuba foi emancipada em 1885 (LISBOA, 2001).

O nome Angatuba deriva do tupi e significa “mansão das almas” ou “morada dos espíritos”. O município se formou no povoado de Ribeirão Grande do Bairro do Palmital no município de Itapetininga e teve sua fundação em 11 de março de 1885 com o nome de Divino Espírito Santo da Boa Vista. O nome do município foi alterado para Angatuba apenas em 1908.

Até 1930 a economia do município era baseada nas culturas de café e algodão. Atualmente a base econômica é representada pelos setores agropecuário, de silvicultura, comércio e de serviços. A atividade industrial de Angatuba está concentrada nas confecções, indústria de papel e celulose, laticínios, frigoríficos e granjas.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2.000, a população total do município era de 19.297 habitantes. A Prefeitura de Angatuba estima que nos dias atuais haja mais de 20.000 habitantes no município. Angatuba ocupa uma área de 1.028,70 km², representando 0,4144% do Estado e 0,0121% de todo o território brasileiro (www.angatuba.sp.gov.br).

Tendo como referência estes dados, buscar compreender as relações que se estabelecem entre as esferas do poder público, a gestão e as

população local em relação a UCs é o problema central deste estudo. Para tanto, pretende-se focar a Estação Ecológica de Angatuba, conhecida pelos moradores do município como “Fazenda do Estado”.

Assim sendo, são os seguintes os objetivos deste trabalho:

- Identificar o conhecimento da população local sobre a Estação Ecológica de Angatuba;
- Caracterizar que tipo de relação se estabelece entre o poder público e a população no que diz respeito à esta Unidade de Conservação;
- Discutir como o processo educativo e a Educação Ambiental, como parte integrante deste processo, podem contribuir para mediar as eventuais controvérsias advindas da presença de uma Unidade de Conservação no município de Angatuba.

Para atingir tais objetivos, a presente pesquisa será desenvolvida a partir das seguintes questões norteadoras:

- Os moradores do município de Angatuba têm conhecimento sobre a mudança de categoria de manejo de Unidade de Conservação de parte da área inicial da Floresta Estadual de Angatuba para Estação Ecológica? Qual o posicionamento dos moradores sobre esta mudança?
- A mudança de categoria de manejo que culminou com a criação da Estação Ecológica de Angatuba trouxe alguma consequência para a população e para o Poder Público? Se sim, qual é esta consequência?

- Que tipo de relação se estabeleceu e/ou se estabelece entre o Poder Público e a população moradora em relação à existência da Estação Ecológica de Angatuba? Esta relação tem sido marcada pela controvérsia?

Este estudo pode ser caracterizado por meio de uma abordagem qualitativa, tendo o “estudo de caso” como procedimento metodológico. A escolha feita é justificada pelas características básicas que configuram um estudo qualitativo. Segundo Lüdke & André (1986),

1- A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...]; 2- Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos [...]; 3- o ‘significado’ que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador [...]; e 4- A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 11-13).

Quanto ao procedimento de pesquisa a ser utilizado, justifica-se o “estudo de caso” como o mais adequado uma vez que, a partir da afirmação de Goode e Hatt, 1968 (*apud* LÜDKE & ANDRÉ, 1986):

[...] o caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 17).

Yin (2005), caracteriza o “estudo de caso” como a estratégia preferida quando “o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (p. 19). Segundo este autor tal procedimento de pesquisa “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real” (p. 20).

Ainda segundo este autor,

A investigação de estudo de caso

- enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado,
- baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado,
- beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2005, p. 33)

Stake, (1995), *apud* André, (2005) identificou três tipos de “Estudo de Caso”, que, segundo ele, são assim divididos porque podem apresentar diferentes orientações metodológicas. O primeiro deles é o “estudo de caso intrínseco”, que ocorre “quando o pesquisador tem um interesse intrínseco naquele caso particular” (p. 19). O segundo tipo citado por Stake é o “estudo de caso instrumental”, que é recomendado quando “o interesse do pesquisador pode ser uma questão que um caso particular vai ajudar a elucidar” (p. 19). Por fim, há o “estudo de caso coletivo” que é indicado “quando o pesquisador não se concentra num só caso, mas em vários, [...], com finalidade intrínseca ou instrumental” (p. 20).

Dentre os tipos de “Estudo de Caso” acima citados, o “Estudo de Caso Instrumental” parece ser o mais apropriado para a realização deste trabalho, pois o estudo da Estação Ecológica de Angatuba em particular poderá contribuir para o entendimento das relações estabelecidas entre população e poder público em UCs de maneira geral.

Os instrumentos para coleta de dados, foram a análise documental, entrevistas semi-estruturadas e observações de reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba. Os dados obtidos foram triangulados, conforme descrito por Alves-Mazzotti (2001).

A escolha das entrevistas semi-estruturadas recai sobre o que afirma Lüdke & André (1986), que os tipos de entrevistas mais adequados aos trabalhos de pesquisa realizados em Educação atualmente aproximam-se dos esquemas menos estruturados. Esta escolha também ocorreu pelo fato de a entrevista semi-estruturada se desenvolver “a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 34).

Os documentos analisados foram os Decretos de Criação da Estação Ecológica, jornais do município de Angatuba e as Atas de reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba. Os diferentes tipos de materiais utilizados se enquadram na afirmação de Lüdke & André (1986) e Alves-Mazzotti (2001), que consideram como documentos quaisquer registros escritos que possam ser utilizados como fonte de informação.

No decorrer da pesquisa foram realizadas quatro observações das reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba. A primeira delas ocorreu no dia 10/05/07, a segunda no dia 13/09/07, a terceira no dia 21/02/08 e a quarta no dia 24/04/08. Todas as reuniões observadas ocorreram na sede da Floresta Estadual e Estação Ecológica de Angatuba e foram registradas em caderno de campo. As reuniões dos meses de julho e novembro não foram observadas, porém as Atas de tais reuniões foram analisadas.

Para a presente pesquisa foram realizadas dezoito entrevistas, que foram gravadas em aparelho digital de áudio e transcritas de maneira literal. Destas, dezesseis foram feitas com moradores do município de Angatuba e duas com moradores de outras cidades. Os participantes foram divididos em

dois grupos. O primeiro grupo foi denominado *população* e engloba as pessoas moradoras das zonas rural e urbana de Angatuba que não possuem nenhum vínculo institucional com a Unidade de Conservação em questão. O segundo grupo foi nomeado *poder público* e abrange participantes que possuem algum vínculo institucional com a Unidade pesquisada. Os dois entrevistados que não moram no município de Angatuba fazem parte do *poder público*.

As entrevistas foram precedidas por uma etapa exploratória na qual se perguntava aos moradores de Angatuba, contemporâneos ao processo de mudança de categoria de manejo da Floresta Estadual de Angatuba sobre o seu conhecimento a respeito da “Fazenda do Estado”. Os participantes foram selecionados a partir das respostas obtidas. Além disso, também foi solicitado aos prováveis colaboradores a indicação de outras pessoas que possuíssem algum conhecimento sobre a Unidade em questão. Esta etapa exploratória somente foi encerrada quando já havia uma lista de nomes e os mesmos começaram a se repetir. A realização desta etapa surgiu em virtude da necessidade de uma diversidade de idade, grau de escolaridade, profissão e classe social dos prováveis entrevistados e da dificuldade em se utilizar outra técnica como, por exemplo, os questionários prévios para a identificação dos mesmos, uma vez que, nesta técnica, pessoas não alfabetizadas ou com pouco grau de escolaridade não teriam condições ou interesse em respondê-lo.

Após esta primeira etapa, foi feita uma seleção dos prováveis participantes utilizando o critério idade, no qual buscou-se encontrar pessoas contemporâneas ao processo de criação da Floresta Estadual e/ou à mudança de categoria de manejo de parte da área desta Unidade de Conservação.

Com isso, obteve-se um total de quinze participantes, que incluem funcionários ativos e aposentados do Instituto Florestal, membros de ONGs auto-denominadas ambientalistas, servidores públicos municipais, integrantes do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba e demais moradores. Em virtude da necessidade de se entrevistar pessoas mais diretamente ligadas ao poder público, outras três entrevistas foram realizadas, obtendo um total de dezoito entrevistas. Por questões de natureza ética e para garantir o anonimato dos participantes, optou-se por atribuir aos mesmos nomes fictícios.

Procurou-se realizar as entrevistas tanto com moradores da área urbana como da área rural do município de Angatuba, sendo que em relação aos moradores da zona rural, deu-se preferência àqueles que residem nos bairros do entorno da Estação Ecológica de Angatuba.

A idade dos participantes varia entre 41 e 80 anos, sendo considerada a idade da data de realização da entrevista. Cabe salientar que entre os participantes da população houve um maior número de entrevistados na faixa etária dos 60 – 69 anos, enquanto que entre os entrevistados do poder público a faixa etária predominante foi entre os 50 – 59 anos.

O grau de escolaridade dos participantes é bem diversificado, uma vez que há desde participantes não alfabetizados até participantes com ensino superior completo. Não há entre os entrevistados pertencentes ao poder público nenhum colaborador não alfabetizado, o que não ocorre entre os participantes da população. Também foi variada a origem social dos mesmos.

A profissão dos entrevistados também se apresentou bem diversificada, com a incidência de professores, engenheiros, “donas de casa”,

músicos, “trabalhadores braçais”, entre outros, havendo uma discreta predominância das profissões de agricultores e comerciantes. Atribui-se este dado à própria característica do município de Angatuba, que possui como atividades mais relevantes a agricultura e o comércio. Também é importante acrescentar que alguns entrevistados disseram realizar mais de uma atividade profissional, o que foi adicionado aos dados.

2- Unidades de Conservação

Neste capítulo, apresento os referenciais históricos e políticos que podem ter dado origem à constituição das Unidades de Conservação. Também pretendo discutir a legislação vigente para a implantação e gestão das Unidades de Conservação no que diz respeito aos Conselhos Gestores e descrever o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba, Unidade de Conservação que é objeto de estudo desta pesquisa.

Unidades de Conservação (UCs) são áreas naturais demarcadas, criadas com o intuito de proteger e conservar a fauna e a flora do local e de propiciar um manejo adequado de espécies pertencentes a determinado ecossistema. Nas diferentes categorias de UCs podem ser realizadas pesquisas científicas, visitas públicas, extração de alguns materiais, como madeira, resina e borracha, por exemplo, além de permitir, em alguns casos, a permanência de populações tradicionais em seus limites geográficos.

De acordo com a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, entende-se por Unidade de Conservação:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2005h, p. 284).

As UCs estão englobadas em uma categoria maior, as áreas protegidas, sendo que o movimento para a criação destas áreas iniciou-se, como já apontado, após a intensa degradação ambiental causada pela Revolução Industrial no século XIX e sob a influência do pensamento romântico

deste mesmo período, que culminou no movimento conservacionista, iniciado nos Estados Unidos. Este país também foi o primeiro a delimitar uma área protegida quando instituiu o Parque Nacional de Yellowstone em 1872.

Segundo Diegues (2004),

[...] havia três idéias básicas no movimento conservacionista da *Era do Progresso de Theodore Roosevelt*: a eficiência, a equidade e a estética. De um lado, havia os que propugnavam o uso eficiente dos recursos naturais; para outros, [...], o uso adequado dos recursos naturais deveria servir como instrumento para desenvolver uma democracia eficiente no acesso aos recursos naturais. E, finalmente, havia aqueles para os quais a proteção da vida selvagem (*wilderness*) era necessária não só para se conservar a beleza estética, como também para amenizar as pressões psicológicas dos que viviam nas regiões urbanas (DIEGUES, 2004, p. 26).

Ainda segundo este autor, o movimento para a criação de áreas naturais foi influenciado, nos Estados Unidos, principalmente por dois pesquisadores: Thoreau, por meio de seu posicionamento contrário à destruição de florestas para fins comerciais, e Marsh, com a publicação, em 1864 de *Man and Nature*, que “demonstrava que a onda de destruição do mundo natural ameaçava a própria existência do homem” (DIEGUES, 2004, p. 26).

Neste sentido, as áreas protegidas deveriam então ficar distantes dos homens que destruíam o ambiente natural, principalmente após a Revolução Industrial. Quando o Parque Nacional de Yellowstone foi instituído, o Congresso norte americano determinou também que

[...] a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida segundo as leis dos E.U.A. e dedicada e separada como parque público ou área de recreação **para benefício e desfrute do povo**; e que toda pessoa que se estabelecesse ou ocupasse aquele parque ou qualquer de suas partes (exceto as já estipuladas) fosse considerada infratora e, portanto, desalojada (DIEGUES, 2004. p. 27) Grifo meu.

O excerto acima pode indicar que subjacente a esta afirmação existe uma “concepção utilitarista da natureza” (CAVALARI, 2007), uma vez que a área protegida, ou seja, o ambiente natural devia ser dedicado para o “*benefício e desfrute do povo*”. De acordo com esta concepção, segundo Cavalari (2007), na natureza “tudo tem uma finalidade, uma utilidade e que, em última instância cabe ao homem descobrir o fim a que se destina aquele elemento da Natureza para melhor tirar proveito dele” (p.09). Esta concepção está presente na maioria dos textos referentes às áreas protegidas e, por conseqüência, nas UCs.

A idéia de que os parques deveriam ser áreas desabitadas, presente na visão dos primeiros conservacionistas dos Estados Unidos, pode ter tido origem, segundo Diegues (2004) nos mitos de paraíso terrestre advindos do Cristianismo. Segundo este autor “a concepção cristã de paraíso, existente no final da Idade Média e no período anterior ao descobrimento da América, era de uma região natural, de grande beleza e rigorosamente desabitada, de onde o homem tinha sido expulso após o pecado original” (p. 27). Após a criação da primeira área natural protegida, o movimento conservacionista ganhou força não só nos Estados Unidos, mas em outros países americanos e europeus. No entanto, para um maior entendimento do significado da palavra “conservação” é necessário que haja uma diferenciação entre esta palavra e o termo “preservação”, que também está vinculado ao estabelecimento de áreas naturais protegidas.

O termo preservação traz consigo a idéia de algo intocado e intocável, mantendo suas condições primitivas naturais inabaladas por qualquer alteração antrópica, ao passo que conservação tem um sentido bem mais flexível e é entendido como algo que possa sofrer essa alteração, através, inclusive, de obras que possam ajudar a manter os ecossistemas compatibilizados de forma integrada à intervenção (IBAMA, 1995 *apud* MUSSI, 2007, p. 52).

Diegues (2004) também aponta a diferença de significados entre estes dois termos e os movimentos que conseqüentemente se originaram a partir destas significações.

Se a essência da 'conservação dos recursos' é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano (DIEGUES, 2004, p. 30).

Com a divulgação das idéias conservacionistas, outras áreas protegidas foram criadas em todo o mundo ocidental, porém no Brasil, estas só começaram a se instituir na primeira metade do século XX, em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia.

Segundo Medeiros (2006)

O Brasil foi um dos países que mais tardiamente sucumbiu à onda internacional de Parques, após a iniciativa americana de 1872. No entanto, os registros históricos indicam que tanto a coroa portuguesa quanto o governo Imperial empreenderam algumas iniciativas destinadas à proteção, à gestão ou ao controle de determinados recursos naturais (MEDEIROS, 2006, p. 43).

As iniciativas a que este autor faz referência correspondem a alguns documentos editados pela coroa portuguesa, como por exemplo, o 'Regimento do Pau-Brasil, de 1605, e a Carta Régia, de 1797. No entanto, como afirma Medeiros (2006) "boa parte destas medidas advinha dos diversos inventários realizados a serviço da coroa portuguesa visando determinar a **existência de recursos naturais estratégicos** que poderiam ser explorados e controlados" (p. 43) (grifo meu) e não do empreendimento para a conservação de áreas naturais especificamente demarcadas, não podendo ser, portanto, instituídas as áreas protegidas.

Somente no final do período Imperial é que se iniciaram as discussões para a demarcação de territórios naturais, por meio das iniciativas de intelectuais da elite brasileira que estudaram nos colégios europeus e voltaram ao Brasil com ideais conservacionistas. Dois exemplos dessas iniciativas são os de José Bonifácio e André Rebouças, o qual, por sua vez, conseguiu que houvesse discussões no Império para criar uma área protegida no Brasil, em 1876 (MEDEIROS, 2006).

Porém, foi apenas após mais de quatro décadas da proclamação da República no Brasil que a primeira área protegida foi instituída. Segundo Medeiros (2006) esta “demora” para a criação das mesmas no país deveu-se à República brasileira nas primeiras décadas do século XX ter sido governada pelas elites rurais, o que freou as aspirações conservacionistas de alguns republicanos.

Somente na década de 1930, com a queda do domínio exclusivo das elites rurais no governo, é que se iniciaram as movimentações em torno da constituição de áreas protegidas no Brasil. Cunha & Coelho (2003, *apud* MEDEIROS, 2006) se referem a este fato da seguinte forma:

O início da década de 30 é marcado por importantes mudanças no cenário político e social brasileiro pois, com a Revolução de 30, inicia-se o processo de transição de um país até então dominado pelas elites rurais para outro que começa a se industrializar e urbanizar, principalmente na região sudeste (CUNHA & COELHO, 2003). No curto espaço de tempo entre os anos de 1934 e 1937, grande parte dos instrumentos legais que dariam o suporte necessário para a efetiva criação de áreas protegidas no Brasil foi estabelecida, em contraposição ao imobilismo quase que total com que esta questão vinha sendo tratada pelo governo central desde a instituição da República em 1889 (MEDEIROS, 2006, p. 46).

O primeiro instrumento legal que incluía o cuidado com as áreas naturais foi a Constituição de 1934, que de maneira resumida e pouco explicativa indicou que competia à União legislar sobre “bens do domínio

federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidrelétrica, **florestas**, caça e pesca e a sua exploração” (Artigo 5º, Inciso XIX, Alínea j), além de que a partir desta Constituição estabeleceu-se como dever da União e dos Estados “**proteger as belezas naturais** e os monumentos de valor histórico ou artístico [...]” (Artigo 10, Inciso III) (BRASIL, 1934) Grifos meus.

Segundo Medeiros (2006)

A consolidação das aspirações conservacionistas ficou registrada na segunda constituição republicana brasileira, de 1934. Nela, pela primeira vez, a proteção da natureza figurava como um princípio fundamental para o qual deveriam concorrer a União e os Estados. [...] Ao tratar a questão da proteção da natureza como responsabilidade da União e dos Estados, mesmo que de maneira resumida e pouco precisa, a **Constituição de 1934 outorgava à natureza um novo valor, isto é, ela passava a ser considerada patrimônio nacional admirável a ser preservado**. Com isso, sua proteção adquire novo sentido e status, consistindo em tarefa ou dever a ser cumprido e fiscalizado pelo poder público. Proteger a natureza entra na agenda governamental republicana, passando a se configurar um objetivo em si da política desenvolvimentista nacional. (MEDEIROS, 2006, p. 50) Grifo meu.

O ano de 1934 foi um ano muito importante para o movimento conservacionista que se estabelecia no Brasil, pois além da Constituição, pelo menos outros quatro Decretos criaram condições para a implantação de áreas protegidas no país: o Código Florestal (Decreto nº 23.793/1934), o Código de Águas (Decreto nº 2.463/1934), o Código de Caça e Pesca (Decreto nº 23.672/1934) e o Decreto de Proteção aos Animais (Decreto nº 24.645/1934).

Dentre estes quatro Decretos, o Código Florestal foi o que teve maior repercussão e importância no ideário conservacionista brasileiro. Ele estabeleceu quatro tipologias de áreas protegidas no Brasil: Florestas Protetoras, Florestas Remanescentes, Florestas Modelo e Florestas de Rendimento. Estas tipologias abrigavam três categorias de áreas protegidas:

Parque Nacional, Floresta Nacional e Reserva de Proteção Biológica ou Estética (MEDEIROS, 2006).

As Cartas Magnas, Leis e Decretos brasileiros posteriores reafirmaram o posicionamento da Constituição de 1934 e também iniciaram um processo de detalhamento referente a uma delimitação maior de tipologias e categorias de áreas protegidas. É importante ressaltar a diferenciação entre estes dois termos. “Tipologia” refere-se a um tipo de área protegida previsto em lei e reconhecida pelo poder público. “Categoria” diz respeito às subdivisões das tipologias existentes.

A Constituição de 1937, no Artigo 134 define que

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937).

A Constituição subsequente, a de 1946, afirma no Artigo 5º, Inciso XV, Alínea I, que compete à União legislar sobre “riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia elétrica, floresta, caça e pesca” (BRASIL, 1946). Posicionamento semelhante é encontrado na Constituição de 1967, que profere no Artigo 172, Parágrafo único: “ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas” (BRASIL, 1967).

No entanto, anterior à Constituição de 1967, por força da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, foi instituído o “Novo Código Florestal” que caracteriza as áreas “naturais” como um **bem** de interesse comum a todos os brasileiros.

As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidades às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem (BRASIL, 2005e, p. 241).

O Novo Código Florestal de 1965 basicamente seguia a mesma linha do Código de 1934. Porém, ele extinguiu as quatro tipologias de áreas protegidas criadas no primeiro Código Florestal substituindo-as por outras: Parque Nacional, Floresta Nacional, Área de Preservação Permanente e Reserva Legal (MEDEIROS, 2006). Cabe salientar que houve uma modificação no que diz respeito aos Parques e Florestas Nacionais, que antes eram categorias específicas e que, a partir de 1965 passaram a ser denominados de tipologias de áreas protegidas.

Em 1967 instituíram-se duas novas tipologias: as “Reservas Biológicas” e os “Parques de Caça Federais”. Também neste ano, foi constituído, por meio do Decreto – Lei nº 289/67, o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) “que passou a ser responsável pela administração das áreas protegidas já criadas, incluindo-se às suas atribuições a de criar novos parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais e os parques de caça” (www.ambientebrasil.com.br).

De 1970 a 1974 foram criadas as primeiras Reservas Biológicas do Brasil e as áreas protegidas na Região Norte. Em 1973, foi instituída a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) por meio do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro deste ano, que, segundo Dias (1994), foi “o primeiro organismo brasileiro, de ação nacional, orientado para a gestão integrada do meio ambiente” (p.39).

É importante destacar, no entanto, que, de acordo com Gonçalves (1989), a preocupação ecológica no Brasil foi inicialmente determinada por questões econômicas, isto é, para atrair o capital estrangeiro com o intuito de atender a política desenvolvimentista defendida pela ditadura militar. Ainda de acordo com este autor,

[...] Assim, antes que se houvesse enraizado no país um movimento ecológico, o Estado criou diversas instituições para gerir o meio ambiente, a fim de que os ansiados investimentos pudessem aqui aportar. Diga-se de passagem que estas instituições incluem nos seus quadros técnicos que se preocupam efetivamente com as condições de vida, porém a lógica destas instituições é determinada pela política global de atração de investimento e não pelo valor intrínseco da questão ambiental (GONÇALVES, 1989, p.15).

Após a criação da SEMA foram estabelecidas, em 1981, duas novas categorias de áreas protegidas, as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental (Lei 6.902, de 27 de abril de 1981). Em 1984 foram criadas as Áreas de Relevante Interesse Ecológico e as Reservas Ecológicas.

Na primeira metade da década de 1980 ocorreu um expressivo aumento do número de áreas protegidas Federais, todas criadas e administradas pelo IBDF. Do total de 33 áreas protegidas criadas neste período, aproximadamente 45% eram “Estações Ecológicas” (www.ambiente.brasil.com.br).

O aumento do número de áreas protegidas neste período também foi observado por Mittermeier, *et. all.* (2005), que afirmam:

De 1976 até a década de 1990, o Brasil fez um grande investimento em parques e outras unidades de conservação federais, estaduais, municipais e privadas – bem maior que qualquer outro país tropical e comparável ao de países em desenvolvimento (MITTERMEIER *et. all.*, p. 14).

Contudo, apenas na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, encontra-se um capítulo dedicado às questões relativas

ao meio ambiente e conseqüentemente à questão das áreas naturais e sua biodiversidade (BRASIL, 1988). Acredita-se que a ênfase dada a questões ambientais na última Constituição brasileira se deve a vários fatores, dentre eles, a emergência do movimento ecológico no país ocasionado pela crescente degradação ambiental e o aumento significativo do número de áreas protegidas criadas nas décadas anteriores.

Na década de 1990 diversas Leis e Decretos foram sancionados a fim de organizar e categorizar outros diferentes tipos de áreas protegidas existentes. Têm-se, como exemplo, os Decretos nº 98.897/90 e 1.922/96, que regulamentam as “Reservas Extrativistas” e do reconhecimento das “Reservas Particulares do Patrimônio Natural”, respectivamente.

No entanto, apesar de as áreas protegidas estarem vinculadas a diversas tipologias e categorias, não havia nenhum instrumento legal que estabelecesse critérios para a criação de novas áreas ou novas tipologias. Além disso, segundo Medeiros (2006), “estudos desenvolvidos no âmbito do IBDF já apontavam, desde meados da década de 70, para a necessidade de promover uma maior ordenação no processo de criação de áreas protegidas, [...], através de sua reorganização sob a forma de um sistema único e integrado” (p.54). Foi com esta finalidade que o IBDF juntamente com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) lançou, em 1979, um estudo denominado ‘Plano do Sistema de Unidades de Conservação’. Uma segunda versão deste estudo foi lançada em 1982 e “tinha por objetivo identificar as áreas mais importantes para a conservação da natureza no país” (MEDEIROS, 2006, p.56).

Nestes documentos, uma das inovações referentes às áreas protegidas diz respeito ao surgimento de uma nova terminologia a ser utilizada nas tipologias e categorias de áreas abrangidas por este sistema único: a denominação Unidades de Conservação (UCs). Assim, seriam tidas como UCs apenas as áreas protegidas que fossem englobadas por este sistema único.

Em 1988, conforme salienta Mittermeier, *et. all.* (2005), a elaboração deste sistema fora solicitada à organização não-governamental Fundação Pró-Natureza (FUNATURA). Medeiros (2006) se refere a este fato da seguinte maneira:

[...] em 1988, o IBDF novamente encomendou, desta vez à Fundação Pró-Natureza (Funatura), um estudo sobre as categorias de proteção então existentes no país e a elaboração de um anteprojeto de lei voltado para a criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MEDEIROS, 2006. p.56).

Em 1992 a Secretaria do Meio Ambiente entregou o anteprojeto desenvolvido pela FUNATURA ao então Presidente da República Fernando Collor de Melo e este foi encaminhado ao Congresso Nacional. No entanto, devido a divergências existentes entre parlamentares conservacionistas, preservacionistas e ruralistas, com as questões abordadas no projeto de Lei, principalmente no capítulo que discutia as populações tradicionais e a “finalidade” de cada categoria de área protegida, o texto ficou tramitando no Congresso Nacional por oito anos e somente no ano de 2000 foi instituída a Lei 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Mittermeier, *et. all.* (2005) fazem referência a este fato da seguinte maneira:

Em 2000, após mais de dez anos, o SNUC foi oficialmente instituído por lei, o que representou um momento histórico para a conservação da biodiversidade no Brasil, definindo e regulamentando as

categorias das unidades de conservação em níveis federal, estadual e municipal. O SNUC reconheceu o sistema de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), criado no IBAMA, em 1990, que tem demonstrado enorme sucesso no incentivo de iniciativas do setor privado (MITTERMEIER, *et. all.*, 2005, p. 16).

No SNUC, que foi criado por meio da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, e tem por finalidade estabelecer “critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs”, foram definidos dois grandes grupos de UCs tendo como critérios o patrimônio e a diversidade ecológica, e a estética do local. A primeira delas corresponde às **Unidades de Proteção Integral**, que têm como objetivo assegurar a integridade dos ecossistemas ali existentes e de proteger a flora e fauna, bem como sua utilização para objetivos educacionais e científicos. Já as **Unidades de Uso Sustentável**, tem como objetivo básico o uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas, além de admitir a permanência de populações tradicionais que habitam a região quando de sua criação.

As UCs de Proteção Integral compõem cinco categorias de manejo: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional (Estadual e Municipal), Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Já as UCs de Uso Sustentável possuem sete categorias de manejo: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional (Estadual e Municipal), Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (MACHADO, 2006). As descrições dos objetivos das diferentes categorias de manejo de Unidades de Conservação são apresentados na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Descrição dos objetivos das diferentes categorias de manejo de Unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável (BRASIL, 2005h; MACHADO, 2006).

Categoria de Unidade de Conservação	Objetivos da categoria
Unidades de Conservação de Proteção Integral	
Estação Ecológica	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas.
Reserva Biológica	Preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
Parque Nacional	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
Monumento Natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
Refúgio da Vida Silvestre	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
Unidades de Conservação de Uso Sustentável	
Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
Floresta Nacional	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas.
Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
Reserva da Fauna	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Área privada gravada com perpetuidade com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Cumprir destacar que cada categoria de UC possui uma prescrição, prevista no SNUC, quanto à possibilidade ou não de visitação pública no local. Nas Estações Ecológicas e Reservas Biológicas a visitação pública é proibida, “exceto quando com objetivo educacional” (BRASIL, 2005h, p. 289). Nas demais categorias de UC de Proteção Integral, a visitação pública é permitida, porém “está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e aquelas previstas em regulamento” (BRASIL, 2005h, p. 291).

Nas UCs de Uso Sustentável permite-se tal visitação, respeitando as normas do órgão gestor e do Plano de Manejo de cada categoria. A permanência de populações tradicionais que habitam a área quando de sua criação é permitida nas Florestas Nacionais (Estaduais e Municipais), Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2005h). Cabe salientar que, no SNUC, entende-se por plano de manejo um

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2005h, p. 285).

Para a criação de novas UCs, a partir do SNUC (2000), devem haver estudos técnicos preliminares e consultas públicas “que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade” (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, Artigo 22, §2º). Porém, o § 4º deste mesmo Artigo, diz que as únicas categorias de UCs em que não é obrigatória a consulta pública para a sua criação são as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas. Cabe lembrar que estas são as categorias, nas quais a visitação pública sem finalidade educacional não é permitida.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, o Brasil possui atualmente 689 UCs Federais e Estaduais distribuídas por todo o território nacional, das quais 327 são de Proteção Integral e 362 correspondem a UCs de Uso Sustentável (www.mma.gov.br).

Anterior a implantação do SNUC, não havia nenhum Decreto ou Lei que estabelecesse a consulta pública para a criação de novas UCs. Além disto, no período em que houve um significativo aumento do número de UCs criadas, o Brasil era governado por militares, e a participação pública nas decisões governamentais era ínfima. Portanto, como afirma Diegues (2004), a criação destas unidades era feita de forma arbitrária, sem consultar as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhe eram impostas quanto ao uso dos recursos naturais.

Cabe salientar que as Áreas de Preservação Permanente (APP), as Reservas Legais (RL), as Reservas da Biosfera (RB) e as Terras Indígenas são áreas protegidas que não estão incluídas no SNUC, não podendo, portanto receber a denominação de Unidade de Conservação.

Muitas críticas ainda são feitas em relação ao SNUC, mas como afirma Medeiros (2006),

[...] é inegável o avanço que se processou no Brasil em relação à temática proteção da natureza com a instituição do SNUC. De um dos países que mais tardiamente desenvolveu instrumentos legais que criassem as condições necessárias ao estabelecimento de áreas protegidas territorialmente demarcadas, em período relativamente curto ampliaram-se às possibilidades criando-se, de maneira extremamente original em alguns casos, novas formas de proteção. Tal fato é constatado pelo expressivo número e a extensão destas áreas implementadas no país até o momento (MEDEIROS, 2006, p. 58).

Com o SNUC, outros dispositivos legais foram criados a fim de auxiliar a implementação e a gestão das UCs. Um destes dispositivos presentes na Lei

9.985/2000 foi a instituição de conselhos gestores para as UCs. As atribuições destes conselhos serão discutidas a seguir.

2.1 – Conselhos de Unidades de Conservação.

Os conselhos gestores de UCs foram estabelecidos na Lei 9.985/2000 que instituiu o SNUC e regulamentados pelo Decreto nº 4.340, de vinte e dois de agosto de 2002. Nestes dois documentos ficaram estabelecidos a existência de dois tipos de Conselhos Gestores: os Conselhos Consultivos e os Conselhos Deliberativos.

Para entender os objetivos dos conselhos gestores das UCs, é necessário antes definir o que é um conselho. Segundo Sathler (2005),

Aventuramos compreender os conselhos como instâncias permanentes e sistemáticas de debate, previstos em lei e constituídos formalmente numa figura jurídica através de decreto ou portaria, com caráter consultivo e/ou deliberativo, reunindo conselheiros (pessoas *per se* ou representando entidades privadas e órgãos públicos), com claros objetivos, atribuições, competência e organização específica, orientados e organizados por um Regimento Interno para funcionar como auxiliar ou gestor de determinado fundo, programa, projeto ou atividade vinculado a órgão ou instituição pública (existem conselhos na esfera privada também), funcionando, ainda, como ente mediador e fiscalizador (SATHLER, 2005, p. 83).

Mussi (2007) define os conselhos “como um canal de participação formal e cumprem o papel de instrumento mediador nas relações entre sociedade civil e Estado, servindo como via de mudanças sociais para a democratização das relações de poder” (p. 76).

A partir das afirmações destes autores, pode-se definir que os conselhos gestores de UCs são espaços de socialização entre as esferas do poder público e os demais setores da sociedade a fim de promover uma gestão

participativa da unidade em questão e, como afirma Mussi (2007), “constituem uma instância auxiliar ao poder executivo para permitir a participação direta da sociedade civil organizada no debate sobre as políticas públicas” (p. 76).

Segundo Gohn (2003) *apud* Sathler (2005), os Conselhos podem ser constituídos de três maneiras distintas:

[...] aqueles (i) **“criados pelo próprio poder público Executivo, para mediar suas relações com os movimentos e com as organizações populares”**. Como exemplo os conselhos comunitários, concebidos no final dos anos 70 para atuar junto ao administrador municipal; (ii) aqueles considerados populares, “construídos pelos movimentos populares ou setores organizados da sociedade civil em suas relações de negociação com o poder público; e aqueles (iii) “institucionalizados, com possibilidade de participar na gestão de negócios públicos criados por leis originárias do poder Legislativo, surgidos após pressões e demandas da sociedade civil”. Como exemplo cita-se aqueles conselhos de representantes previsto na Lei Orgânica Municipal de São Paulo e os Conselhos Gestores setoriais (SATHLER, 2005, p. 88) Grifo meu.

Os conselhos gestores de UCs se enquadram no primeiro grupo, uma vez que foram instituídos pelo poder público mediante Lei e regulamentados via Decreto.

Como evidenciado anteriormente, os conselhos podem possuir caráter consultivo e/ou deliberativo. Por isto se faz necessário compreender a diferença entre estes dois termos a fim de se obter um melhor entendimento dos objetivos de cada tipo de conselho gestor.

O Conselho Consultivo é um órgão destinado a dar pareceres sobre questões de interesse da instituição que representa e que o criou e deve existir nas Unidades de Conservação de Proteção Integral. Já o Conselho de caráter Deliberativo pode deliberar, ou seja, tomar decisões acerca de um determinado assunto de interesse da instituição ao qual está vinculado, sendo que tal caráter de Conselho Gestor deve se fazer presente nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Conforme salientam Sathler (2005) e Mussi

(2007), o Conselho de caráter Consultivo apenas “aconselha” a partir da coleta de opiniões dos conselheiros sobre determinado assunto e o mesmo não possui vinculação com o órgão que representa, enquanto que o de caráter deliberativo possui tal vinculação e poder de tomada de decisão sobre assuntos de interesse da instituição.

Mussi (2007), ao afirmar que os Conselhos são locais que possibilitam à sociedade civil maior participação nas decisões das políticas públicas governamentais, salienta também que, no Brasil, foi a partir da promulgação da Constituição de 1988 que o processo de criação dos Conselhos se intensificou, pois foi a mesma que reconheceu as formas de participação cidadã “mais direta”. Para esta autora,

[...] os conselhos gestores favorecem a ampliação do espaço público diferente do espaço estatal/governamental, reunindo uma diversidade de atores e interesses, criando uma nova relação entre governo e sociedade no que se refere às políticas públicas (MUSSI, 2007, p. 77).

No entanto, Sathler (2005) salienta a dificuldade para a implementação efetiva destes Conselhos como forma de gestão participativa, pois para o referido autor,

O instituto dos conselhos é uma realidade na estrutura administrativa do Brasil, posto que previstos constitucionalmente, tornando-se uma instância de poder, sujeitos de um processo de gestão participativa da coisa pública, disseminados em todas as instâncias de governo e crescendo cada vez mais em número. Embora exigidos legalmente, não há garantia de estampar um novo contorno às políticas públicas, pois, sua implementação depende muitas vezes, além da vontade política, de especificações sobre sua implementação e, sobretudo, depende de como serão operacionalizados (SATHLER, 2005, p. 93).

No caso das UCs, o SNUC (2000) estabeleceu em seu Artigo 29 que,

Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42,

das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (BRASIL, 2005h, p. 298).

No entanto, as diretrizes para a efetivação de tal conselho foram estabelecidas apenas no Decreto nº 4.340/2002. Em seu Artigo 17 fica estabelecido que:

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

§ 2º A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais.

[...]

§ 5º O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público (BRASIL, 2005c, p. 314-315).

No Artigo 20 do mesmo Decreto, ficam estabelecidas as obrigações dos Conselhos de UCs. Dentre outras, destacam-se:

I – elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;

II – acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

[...]

IV – esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V – avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

[...]

VIII – manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaico ou corredores ecológicos; e

IX – propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior unidade, conforme o caso (BRASIL, 2005c, p. 315-316).

A linguagem jurídica presente nos documentos legais que permitiram a criação dos Conselhos de UCs pode, por vezes, dificultar o acesso e o entendimento das atribuições do mesmo e do conselheiro por setores da sociedade que possuem o conhecimento tradicional, porém não compreendem a linguagem mais específica. Como indica o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (2006) “é preciso levar em consideração que algumas pessoas estão habituadas com a linguagem tecno-burocrática e outras não” (p. 17).

Outra dificuldade para a efetivação destes conselhos em UCs são as eventuais controvérsias existentes entre a sociedade civil e o poder público acerca da implantação de UCs e dos objetivos propostos para criação de áreas protegidas. Segundo o IBASE (2006)

Também deve ser lembrado o histórico de conflitos e da *falta de diálogo* entre órgãos ambientais e agentes sociais envolvidos na temática de *áreas protegidas*. Isso tem gerado mútua desconfiança e afastamento, que dificultam a reversão do cenário centralizado de gestão ambiental dominante no país. Assim, é fundamental que seja priorizada politicamente, por parte do governo federal e grupos sociais envolvidos com a questão ambiental, a formação dos conselhos gestores de natureza consultiva nas UC de proteção integral, com base em princípios participativos e democráticos de gestão, e com uma visão integradora sociedade-natureza, testando-se e aprimorando-se metodologias capazes de viabilizar tais espaços públicos em todas as áreas naturais protegidas do território nacional (IBASE, 2006, p. 07).

Muitas vezes estas controvérsias e conflitos se dão como conseqüências do próprio processo de surgimento de áreas naturais protegidas, uma vez que um dos motivos para a criação das mesmas foi a intenção de preservar a “natureza” das interferências humanas, acentuando a dicotomia estabelecida entre ser humano e “natureza”, isolando o homem da mesma. O IBASE (2006) se refere a esta dicotomia da seguinte maneira:

[...] a concepção de UC estabelece a separação entre natureza e cultura, como se o próprio conceito de natureza não fosse “cultural”,

oriundo de relações sociais, e como se a cultura não fosse uma manifestação de uma espécie natural. [...] Assim, participar na gestão de UC exige escolhas filosóficas e ideológicas (IBASE, 2006, p.07).

Em conjunto a todos estes fatores, segundo o IBASE (2006), também deve-se considerar que a sociedade civil brasileira foi impossibilitada de exercer a cidadania ao longo de sua história política. Neste sentido, o momento histórico atual é de fundamental importância para o “aprendizado da cidadania”, na qual os cidadãos possuam o direito de participar verdadeiramente das decisões políticas do país. No caso das UCs, os Conselhos devem constituir este espaço, e para sua consolidação como *locus* de efetivação da gestão participativa, é necessário que os conselheiros tanto do poder público como da sociedade civil discutam as diferentes condições de acesso às informações e procurem estabelecer com o diálogo condições para efetivar a gestão participativa.

Ainda segundo o IBASE (2006),

Na consolidação do conselho, devem-se levar em consideração as heterogeneidades de contexto na capacidade de participação social, de modo a serem criadas condições para a real democratização do processo decisório. Essa condição só é possível se houver a participação efetiva e qualificada dos grupos sociais que historicamente estiveram à margem da gestão e que são, normalmente, os mais afetados pela existência das áreas protegidas. [...]

Assim, é **fundamental pensar o alcance dos processos de educação ambiental**, cujas ações resultem do diálogo entre os diferentes setores e na participação mais efetiva de todas as pessoas que integram esses conselhos. Para isso, no planejamento e na realização de ações do conselho, devem ser consideradas as desigualdades existentes nele quanto ao acesso a dados, bem como de infra-estrutura administrativa. (IBASE, 2006, p. 17) Grifo meu.

Neste sentido, dentre outros aspectos, a Educação Ambiental pode contribuir de maneira significativa para minimizar as dificuldades advindas dos diferentes níveis de conhecimentos, posicionamentos políticos e ideológicos, e

concepções filosóficas pertencentes aos integrantes de um Conselho Gestor sobre a linguagem técnica utilizada na legislação, uma vez que o desconhecimento ou diferentes concepções da mesma podem ocasionar uma menor participação de determinados integrantes.

Nas UCs do Estado de São Paulo, as diretrizes para o funcionamento dos “Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação de Proteção Integral” ficaram estabelecidos pelo Decreto estadual nº 49.672, de seis de junho de 2005. O referido documento decreta no seu Artigo 4º:

Artigo 4º – Os Conselhos Consultivos das Unidades de Proteção Integral estaduais são órgãos colegiados voltados a consolidar e legitimar o processo de planejamento e gestão participativa, devendo pautar suas ações com base nos seguintes princípios:

I – valorização, manutenção e conservação dos atributos naturais protegidos;

II – otimização da inserção da Unidade de Conservação no espaço regional, auxiliando no ordenamento das atividades antrópicas no entorno da área;

III – busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis no entorno da Unidade de Conservação;

IV – otimização no aporte de recursos humanos, técnicos e financeiros;

V – divulgação da importância dos serviços ambientais prestados pela área protegida, sensibilizando as comunidades local e regional para a preservação;

VI – aplicação dos recursos na busca dos objetivos da Unidade de Conservação, observadas as regras que regem a administração pública (SÃO PAULO, 2005).

Assim como no Decreto Federal, o Decreto Estadual paulista destaca como atribuições do Conselho Consultivo elaborar seu regimento interno no prazo de noventa dias, acompanhar a elaboração e implementação do Plano de Manejo da Unidade quando couber, e ser composto por representantes dos segmentos públicos e da sociedade civil que apresentem atuação relevante na área de influência da Unidade de Conservação, uma vez que a representatividade entre poder público e sociedade civil deve ocorrer de maneira paritária.

As atribuições do Conselho Consultivo, segundo o Decreto estadual paulista 49.672/2005, entre outras, visam como estabelecido no Artigo 5º, Inciso VIII deste Decreto,

opinar sobre a elaboração de normas administrativas da Unidade de Conservação, com base na legislação ambiental específica, bem como na realidade socioambiental da Unidade de Conservação e seu entorno, visando ordenar, quando couber, entre outras, o uso público, as práticas de esportes de aventura, programas de voluntariado, **práticas de educação ambiental** e atividades de pesquisa científica (SÃO PAULO, 2005) (grifo meu).

2.2 – Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba

A Estação Ecológica de Angatuba, Unidade de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, objeto desta pesquisa, possui um Conselho Consultivo com 19 membros, sendo constituído por representantes de órgãos públicos e setores da sociedade civil. Este Conselho foi criado em 2006, e o seu regimento interno foi elaborado, porém encontra-se em processo de aprovação. As reuniões do Conselho Consultivo da referida UC são bimestrais, e presididas, em sua maioria, pelo responsável pela gestão da UC em questão.

Dos dezenove membros que constituem o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba, cinco foram entrevistados nesta pesquisa. Os segmentos sociais que cada um dos entrevistados representa como membros do Conselho são respectivamente: Moradores de Entorno, Funcionários da Estação Ecológica, Ex-funcionários, Organização Não-Governamental “Associação Verde de Angatuba” (AVA) e Gestão da Estação Ecológica de Angatuba. Cabe salientar que dentre estes entrevistados, apenas dois

participaram de algumas das reuniões do Conselho em que houve a observação. Outro dado interessante se refere ao fato de que um dos entrevistados que faz parte do Conselho Consultivo afirmou, no momento da realização da entrevista, ainda não conhecer a área da Estação Ecológica de Angatuba, como será discutido oportunamente.

Também é relevante ressaltar que dentre os segmentos sociais que constituem o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba há um denominado “Funcionários da Estação Ecológica” que possui dois membros, sendo um titular e um suplente, porém a referida Unidade de Conservação não possui nenhum funcionário, sendo que as pessoas que auxiliam na manutenção da área são funcionários da Floresta Estadual de Angatuba, Unidade de Conservação contígua à Estação Ecológica. Este termo foi o mesmo utilizado na Ata da reunião para a Constituição do Conselho Consultivo de Angatuba.

Na primeira reunião em que foi realizada a observação havia cinco participantes, sendo que quatro pertencem ao Conselho Consultivo e o outro é um membro voluntário do mesmo. Cada membro do Conselho que participou da reunião estava representando, respectivamente, a Prefeitura Municipal de Angatuba, os Moradores de Entorno, os Sindicatos Rurais do município e os Funcionários da Estação Ecológica. O membro voluntário do Conselho é funcionário do Instituto Florestal e já foi responsável pela gestão da Estação Ecológica de Angatuba na década de 1990.

Na segunda observação estavam presentes oito pessoas, dentre as quais seis eram membros do Conselho, o membro voluntário presente na reunião anterior e um estagiário do Instituto Florestal. Foram representados os

seguintes segmentos da sociedade nesta reunião: Prefeitura Municipal de Angatuba, Moradores de Entorno, Funcionários da Estação Ecológica, Sindicatos Rurais do município, ONG AVA e gestão da Estação Ecológica de Angatuba.

Durante a terceira observação havia seis pessoas na reunião, sendo cinco membros do Conselho e o membro voluntário. Estavam presentes os representantes da Prefeitura Municipal de Angatuba, do Poder Legislativo de Angatuba, dos funcionários da Estação Ecológica, da ONG AVA e da gestão da Estação Ecológica de Angatuba.

Na quarta observação fizeram-se presentes seis participantes, dentre os quais quatro eram membros do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba. Também estava presente um morador do município de Angatuba, que foi entrevistado durante a pesquisa e que não faz parte do Conselho Consultivo, e o membro voluntário do mesmo. Os segmentos representados foram os funcionários da Estação Ecológica, os Sindicatos Rurais, a ONG AVA e a gestão da Estação Ecológica e Angatuba.

Os funcionários da Estação Ecológica de Angatuba foram representados em todas as observações por mim realizadas, a Prefeitura Municipal de Angatuba, a ONG AVA e a gestão da Estação Ecológica de Angatuba foram representadas em três das quatro observações, os Moradores de Entorno participaram de duas reuniões em que houve observação e o Poder Legislativo do município de Angatuba participou de apenas uma reunião.

Dos dez segmentos representados pelos membros do Conselho, três não participaram de nenhuma das reuniões observadas. São eles: Associações

de Microbacias, Ex-Funcionários da Floresta Estadual de Angatuba e os representantes da Floresta Estadual de Angatuba.

A Tabela 2 mostra os segmentos sociais representados no Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba e qual a representatividade de cada segmento durante as observações realizadas no decorrer desta pesquisa. No entanto, cabe salientar que nem sempre houve a participação do mesmo membro de cada segmento, uma vez que em algumas reuniões se fizeram presentes o membro titular e em outras o membro suplente.

Tabela 2: Representatividade dos Segmentos Sociais nas reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba observadas.

Segmento Social	Número de Reuniões presentes
Prefeitura Municipal de Angatuba	3
Poder Legislativo do município de Angatuba	1
Moradores de Entorno	2
Funcionários da Estação Ecológica	4
Sindicatos Rurais	3
Associações de Microbacias	0
Ex-funcionários	0
Representante da Floresta Estadual	0
ONG Associação Verde de Angatuba (AVA)	3
Gestão da Estação Ecológica de Angatuba	3

Os temas colocados em pauta nas reuniões observadas estiveram na maioria das vezes relacionados com a elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Angatuba, documento que ainda está em processo de finalização.

3- Educação e Educação Ambiental: primeiras aproximações

Se o conteúdo da educação é variável, a necessidade de ser educado é universal, porque ela é inerente ao homem. A natureza humana é o que exige ser educado; é também o que faz que a educação não seja tudo. Inversamente, se a educação não pode tudo, não se pode nada sem ela.

Olivier Reboul

Neste capítulo pretende-se discutir acerca do processo educativo, contextualizando-o historicamente e buscando referenciais para compreender como tal processo pode contribuir para a construção da cidadania e para uma efetiva participação política da sociedade. Também é intuito deste texto fazer a interface entre o processo educativo e a Educação Ambiental, uma vez que se considera aqui que a mesma é parte integrante da Educação e, sendo assim, é marcada por controvérsias presentes na sociedade atual. Assim, se faz necessário conceituar a educação enquanto acontecimento na história da humanidade.

O termo educação etimologicamente pode ter tido origem a partir de duas palavras: *educare*, que significa cuidar, alimentar ou criar, e *educere* que quer dizer tirar para fora, modificar um estado (LIBÂNEO, 2005). Desta maneira a educação se refere aos “cuidados que se aplicam aos educandos visando adaptar seu comportamento a expectativas e exigências de um determinado meio social” (LIBÂNEO, 2005, p. 72).

Saviani (1988) afirma que a educação é inerente à própria existência humana uma vez que, para este autor, “[...] nas origens, a educação do homem coincidia com o próprio ato de existir, ou seja, agindo sobre a natureza, ele aprendia a ser homem” (SAVIANI, 1988, p. 1). Neste sentido, a educação se constituía como algo não-intencional, não-planejado e o processo educativo se

dava nas atividades realizadas para garantir a existência humana como o trabalho. Ainda de acordo com este autor “[...] o que define a essência humana é o trabalho: o homem se constitui como tal na medida em que ele é obrigado a produzir sua própria existência” (SAVIANI, 1988, p.4).

Neste mesmo contexto, Severino (2001) afirma que a existência humana só se faz mediante relações interpessoais, sejam elas no trabalho, no processo de sociabilidade e na cultura. Para este autor,

[...] no caso do homem, não é o agir que decorre do ser; mas o modo de ser decorre do agir. É a ação que delinea, circunscribe e determina a essência humana. Na prática, e por ela, as realidades acontecem e adquirem sua especificidade humana (SEVERINO, 2001, p.45).

Dentre as ações humanas pelas quais perpassam a realidade vivida, têm-se as distintas visões acerca do conceito e da importância da educação de acordo com os variados períodos históricos.

Segundo Cambi (1999), no mundo antigo a educação é “diferenciada por papéis e funções sociais, por grupos sociais e pela tradição de que se nutre” (p. 51). Isso significa que o processo educativo ocorria nas próprias relações interpessoais, como o trabalho, como também afirma Saviani (1988). Assim, na educação do período neolítico a transmissão de conhecimentos se dava no dia-a-dia, nas tarefas inerentes a cada ser da sociedade que aprendia os processos por imitação. Como afirma este autor,

A revolução neolítica é também uma revolução educativa: fixa uma divisão educativa paralela à divisão do trabalho (entre homem e mulher, entre especialistas do sagrado e da defesa e grupos de produtores); fixa o papel-chave da família na reprodução das infra-estruturas culturais: papel sexual, papéis sociais, competências elementares, introjeção da autoridade; produz o incremento dos locais de aprendizagem e de adestramento específicos (nas diversas oficinas artesanais ou algo semelhante; nos campos; no adestramento; nos rituais; na arte) que, embora ocorram sempre por imitação e segundo processos de participação ativa no exercício de uma atividade, tendem depois a especializar-se, dando vida a

momentos ou locais cada vez mais específicos para a aprendizagem (CAMBI, 1999, p. 59).

Estes locais mais específicos para a aprendizagem a que o autor faz referência começam a se estabelecer nas denominadas sociedades hidráulicas, concomitante à fixação do homem a um determinado local e à divisão da sociedade em duas classes distintas: a dos donos da terra e a dos que não a possuíam, porém necessitavam da mesma para extrair seus meios de sobrevivência (CAMBI, 1999; SAVIANI, 1988).

Cambi (1999) afirma que com o surgimento de tais sociedades a Educação ainda se fazia na maioria das vezes por imitação. Porém, a Educação “tende a tornar-se cada vez mais independente deste modelo e a redefinir-se como processo de aprendizagem e de transformação ao mesmo tempo” (p. 61).

Como processo de transformação, a Educação tende a unir-se cada vez mais à linguagem, primeiramente a oral e, em um segundo momento se estabelece como linguagem escrita, e neste sentido, fixa-se como um processo diferenciado da mera transmissão de práticas e operações e se constitui como saber discursivo, necessitando, neste sentido de uma institucionalização, ou seja, da criação de locais onde este novo tipo de saber possa ser transmitido e discutido. É neste momento da história da humanidade que surge a escola. (CAMBI, 1999).

De acordo com Saviani (1988),

Se antes, no comunismo primitivo, a educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significava o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar a que tinham acesso as classes ociosas. A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a educação

escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria, era o próprio trabalho, o povo se educava no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a (SAVIANI, 1988, p.04-05).

Cambi (1999), ainda neste sentido, aponta para a “duplicidade” da escola neste momento histórico e salienta que este tipo de ensino “acentuará o profundo dualismo próprio das sociedades hidráulicas ou agrícolas, ligado ao enrijecimento dos papéis sociais em classes sociais separadas, com alguns aspectos quase de castas” (CAMBI, 1999, p.62).

A sociedade grega, que se estabelece em um momento histórico próximo ao das sociedades hidráulicas, acentua a “duplicidade” da escola e, como afirma Cambi (1999), inova com “a formação da escola em dois âmbitos: desinteressada, cultural, de caráter teórico e contemplativo, por um lado; técnica, pragmática, de caráter aplicativo, por outro, realizada nas oficinas e destinada ao aprendizado” (p. 74).

Também é uma inovação grega a transmissão do saber vinculada à figura do educador como “mestres de verdade”. De acordo com Cambi (1999),

O mundo antigo colocará como central esta figura de educador, espiritualizada e dramaticamente ativa na vida do indivíduo, reconhecendo-lhes qualidades e objetivos que vão além daqueles que são típicos do mestre docente. Aspecto que depois – mas já a partir de Platão – será próprio também dos pedagogos, dos filósofos-educadores ou dos pensadores da educação que devem iluminar os fins e os processos de educar (CAMBI, 1999, p. 49).

Além disso, é outra característica da educação grega a desqualificação do saber técnico, manual, o qual era função destinada normalmente aos escravos; uma vez que ao homem grego cabia a dedicação exclusiva ao estudo da “cultura retórico-literária do bem falar e do bem escrever” (CAMBI, 1999, p. 49). E é neste sentido que a figura do educador ganha importância,

pois é ele quem possui o saber da palavra e, sendo assim se torna o único capaz de transmitir este conhecimento ao cidadão grego em formação.

Enquanto a Educação grega se fixa em torno da figura do educador, do pedagogo, em Roma tal processo se institui essencialmente no interior do círculo familiar, ou seja, para os romanos, a família atua como “centro da vida social no seu conjunto” (CAMBI, 1999, p. 104). Como figura principal da Educação romana está o pai, o qual é exemplo e guia e constitui o chamado “*pater familias*”. Nessa sociedade, o pai se mostra como aquele que possui “poderes de ‘vida e de morte’ sobre os filhos, pode reconhecê-los ou rejeitá-los, governá-los inclusive na plena maturidade ao qual se deve, ao mesmo tempo, uma atitude de reverência e temor” (CAMBI, 1999, p. 104).

Também era característica da educação romana a formação do “*civis romanus*”, o qual se apresentava como superior aos outros povos e com deveres “militares, fiscais, políticos, religiosos e também educativos” (CAMBI, 1999, p. 106). Este “*civis romanus*” era formado essencialmente na família pelo pai, porém, ao contrário do que ocorria na educação grega, a mulher também possuía participação na educação dos filhos. Como afirma Cambi (1999), “a mulher em Roma era valorizada como *mater familias*, portanto reconhecida como sujeito educativo, sobretudo se viúva” (p. 106).

Quando, no decorrer do tempo histórico, Roma conquista a Grécia, profundas modificações ocorreram no modelo de Educação romana. Segundo Cambi (1999), neste período a Educação de Roma tende a “helenizar-se”.

Uma das transformações no modelo educativo original romano foi a valorização da figura do orador, aquele homem “ideal” que sabia como utilizar a retórica e que “reúne em si capacidade de palavra, riqueza de cultura e

capacidade de participar da vida social e política, como protagonista” (CAMBI, 1999, p. 109).

Ainda de acordo com este autor,

A retórica prepara, assim, para a oratória e pode ser aprendida mediante um curso escolar que se realiza estudando as formas da retórica mas também a dicção e a pronúncia. Um bom curso de oratória deve realizar-se através da leitura de textos, a composição de discursos e a participação na prática processual, com particular atenção ao estilo (CAMBI, 1999, p. 109).

Outra característica grega que se fez presente na Educação romana neste período foi a criação de escolas segundo o modelo grego e ligadas ao idioma grego, o qual passa a ser, então, a língua “cultura” utilizada em Roma. Apenas posteriormente é que a língua latina volta a ser ensinada nas escolas, as quais também se modificam segundo a organização romana e ganham cada vez mais importância como uma maneira de unificar as diferentes etnias e culturas presentes no mundo romano (CAMBI, 1999).

Com o declínio do domínio de Roma, este modelo de escola que valoriza a retórica e a denominada “cultura pagã” também sucumbe, e o ocidente se volta para a Educação baseada na doutrina Cristã em ascensão. No entanto é importante destacar que, segundo Cambi (1999),

[...] os cristãos depreciam a retórica e a cultura pagã em geral, atacam as escolas que transmitem uma literatura contrária ao espírito cristão e orientada para valores diferentes dos evangélicos. Todavia, os cristãos escrevem discutem e criticam a cultura pagã, portanto eles se formam culturalmente através do ensino das escolas de onde se extraem as técnicas – oratórias, filosóficas – com as quais irão opor-se ao mundo helenístico (CAMBI, 1999, p. 118).

Após a legitimação político-religiosa do Cristianismo, a educação familiar volta a ter uma grande importância, porém, em contraponto com a educação familiar típica de Roma, na educação Cristã a figura do pai, apesar de ainda central, é tida como uma figura mais afetuosa e não apenas autoritária

e severa. É cada vez mais salutar à Educação Cristã a presença do amor nas relações familiares e não somente a da autoridade e do autoritarismo.

Num momento posterior, o Cristianismo se aproxima da filosofia clássica através da “cristianização” das idéias de filósofos como Platão, com Agostinho (354-430), o qual forma as novas bases filosóficas da Igreja.

O poder político-religioso do Cristianismo permeou todo o período histórico seguinte, conhecido por Idade Média, que durou cerca de um milênio e foi subdividido em dois períodos. O primeiro período medieval, conhecido por Alta Idade Média possuía um modelo educativo baseado na sociedade feudal, a qual era essencialmente agrícola e se caracterizava por possuir pouca ou nenhuma mobilidade social, além de ser voltada à submissão e fidelidade do trabalhador, o servo, ao senhor feudal, o detentor da terra.

Segundo Cambi (1999),

Neste tipo de sociedade – hierárquica e estática –, o problema educativo coloca-se de forma radicalmente dualista, com uma nítida distinção de modelos, de processos de formação, de locais e de práticas de formação, entre as classes inferiores e a nobreza, delineando formas e percursos radicalmente separados (CAMBI, 1999, p. 157).

As classes “inferiores” se educavam essencialmente no trabalho, no qual era “transmitido” apenas o saber técnico e com o uso da linguagem oral. De acordo com Cambi (1999) “era o aprendizado, na oficina ou nos campos que, desde a idade infantil, dava uma formação técnico-profissional e ético-civil ao filho do povo” (p. 166).

Já na elite, na nobreza, a “transmissão do saber” se dava em escolas, as quais utilizavam a linguagem escrita e eram regidas segundo as normas da Igreja (SAVIANI, 1988; CAMBI, 1999).

No segundo período da época medieval, a Baixa Idade Média, há o surgimento e ascensão de uma nova classe social, a burguesia. Não existiam mais apenas senhores e servos, e esta nova classe social se caracterizava por ser uma

[...] classe social urbana, ligada aos intercâmbios, corajosa e empreendedora, que nutre uma precisa consciência de si, como classe central e ativa, dinâmica, portadora de um projeto sociopolítico de transformação. A burguesia é também a classe que faz amadurecer princípios novos, novos valores e novos ideais: o indivíduo, a liberdade, a produtividade (CAMBI, 1999, p. 172).

Estes princípios individuais, libertários e humanistas nascentes com a burguesia vão questionar o modelo medieval-cristão predominante até então na sociedade medieval e são entre outros, uma das principais causas da grande crise do Século XIV, que culmina com o fim do período histórico denominado Idade Média, como já apontado.

Para Cambi (1999),

Entre crises dos modelos escolásticos e afirmação de novas perspectivas em direção ao humanismo consuma-se – também no terreno educativo – aquele “outono da Idade Média” que, na realidade, foi uma época na qual duas ordens culturais vieram cruzar-se, diluindo-se uma na outra e ativando-se uma pela, e contra, a outra (CAMBI, 1999, p. 192).

A Modernidade, período que sucede historicamente a época Medieval caracteriza-se por profundas transformações educativas em relação ao modelo educacional Cristão. Neste período novo,

A formação do homem segue novos itinerários sociais, orienta-se segundo novos valores, estabelece novos modelos. A reflexão sobre esses processos de formação vive a transformação no sentido laico e racional que interessa à ideologia e à cultura, isto é, a visão do mundo e a organização dos saberes (CAMBI, 1999, p. 198).

Assim, mudam-se as finalidades da Educação, a qual a partir deste novo período é levada a formar o homem que participa e é ativo na sociedade

que também modifica-se em torno da institucionalização de locais onde a Educação se fazia presente. Entre essas instituições “a escola ocupa um lugar cada vez mais central, cada vez mais orgânico e funcional para o desenvolvimento da sociedade moderna” (CAMBI, 1999, p. 199), e há, ainda, o surgimento de uma “pedagogia como ciência”.

Neste momento histórico também há uma grande difusão e valorização do conhecimento científico, da ciência, a qual modifica toda uma configuração de mundo e de ordem predominante, que vai desde a quebra de alguns paradigmas medievais, como, por exemplo, a localização do Planeta Terra em relação ao Sol e à comprovação de sua forma elíptica, até ao advento do modo de produção manufaturado com a invenção de máquinas que aceleravam o processo de produção.

Assim o conhecimento científico começa a ser incorporado em diversas esferas da sociedade moderna. Desta maneira, houve a necessidade da difusão do conhecimento das ciências para a população de maneira geral, pois eram estes que deveriam trabalhar com as novas máquinas inventadas. Para tanto, ocorreu a propagação da educação escolar como forma de expansão do conhecimento da linguagem escrita. Segundo Saviani (1988), “[...] já que não existe ciência oral (a ciência implica em registro escrito), ao incorporar a ciência, a cidade incorpora, na sua forma de organização, a exigência do domínio da escrita” (p. 08).

Ainda de acordo com este autor,

A escola está ligada a este processo, como uma agência educativa ligada às necessidades do progresso, às necessidades de hábitos civilizados, que corresponde à vida nas cidades. E a isto também está ligado o papel político da educação escolar enquanto formação para a cidadania, formação do cidadão. Significa formar para a vida na cidade e na indústria (SAVIANI, 1988, p. 09).

A partir deste momento há, portanto, uma tendência em se expandir o número de escolas, ou seja, de locais onde ocorra este tipo de educação. No decorrer do tempo histórico, a importância da educação escolar cresce gradativamente e, nos dias atuais, muitas vezes há a vinculação imediata da palavra educação ao termo escola. Segundo Saviani (1988),

[...] quando falamos em escola, não é necessário adjetivar; todos entendem do que se está falando. Mas quando se quer falar em educação que não seja da escola, temos que fazer a referência sempre pela via negativa: educação não escolar, educação não formal, educação informal. O critério para entender as demais é a forma escolar (SAVIANI, 1988, p. 09).

No entanto, apesar de tal vinculação estar presente quando se utiliza o termo educação, acreditamos que a forma escolar seja apenas um dos momentos no qual o processo educativo ocorre, sendo importante considerar também a educação obtida na família, nas relações interpessoais, nas comunidades, ou seja, em vários momentos da vida cotidiana.

Para Libâneo (2005),

Em sentido amplo, a educação compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. Integra, assim, o conjunto dos processos sociais, pelo que se constitui como uma das influências do meio social que compõe o processo de socialização. Em sentido estrito, a educação diz respeito a formas intencionais de promoção do desenvolvimento individual e de inserção social dos indivíduos, envolvendo especialmente a educação escolar e extra-escolar (LIBÂNEO, 2005, p. 81-82).

Ainda de acordo com Libâneo (2005) quando a educação assume o caráter de “educação não-intencional” (p. 86) entra em vigor o que se denomina de “educação informal”, e quando há intencionalidade, o processo educativo pode ocorrer tanto com o caráter de “educação formal” quanto com o de “educação não-formal”.

A “educação informal” se faz presente nas relações do homem com o meio natural e social do qual faz parte. Neste sentido os fatores abióticos podem exercer uma influência educativa dependendo da intensidade e quantidade a que se estão expostos a eles em diferentes regiões. Assim como as relações sociais na família, na religião e na política, há forças que podem condicionar a prática educativa (LIBÂNEO, 2005).

A “educação formal” seria, segundo Libâneo (2005), aquela “estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática” (p. 88). Assim a educação escolar seria um tipo de “educação formal”, porém não o único, pois atividades ligadas diretamente ao ensino como a educação nos sindicatos e a educação profissional podem possuir sistematicidade e não precisam estar necessariamente ligados à escola.

Já na “educação não-formal” estão contidos os processos, as atividades que possuem alguma intencionalidade, alguma “relação pedagógica não formalizada”, porém não têm um alto grau de sistematização e estruturação. São exemplos de educação não-formal os movimentos sociais organizados, as atividades extra-escolares, os museus, cinemas, e outros (LIBÂNEO, 2005).

Embora este autor reconheça a importância dos “processos educativos informais”, não minimiza a escola.

[...] se não cabe identificar prática educativa apenas com suas manifestações institucionalizadas e formalizadas, também não cabe minimizar a escola. Quando falamos em *formação* – construção do homem, desenvolvimento da consciência crítica, desenvolvimento de qualidades intelectuais –, referimo-nos a atos intencionados, objetivos e explícitos, certo grau de direção e estruturação, o que não ocorre em contextos não-intencionais. Exatamente por causa da importância dos processos educativos informais é que se postula a necessidade da educação intencional. Ou seja, a tomada de consciência dos influxos sobre os educandos do contexto global da vida social requer da prática educativa uma intencionalidade, isto é, processos orientados explicitamente por objetivos e baseados em

conteúdos e meio dirigidos a esses objetivos (LIBÂNEO, 2005, p. 91-92).

Este autor também afirma que o processo educativo enquanto “atividade intencionalizada” pode contribuir para a expressão da ideologia presente na sociedade.

Severino (2001) faz referência a esta característica do processo educativo quando afirma que “a educação contribui para a conservação da sociedade ao reproduzir seus conteúdos ideológicos. Ao passar às novas gerações esses conteúdos, a educação reproduz as relações sociais que se sustentam” (SEVERINO, 2001, p. 72-73).

No entanto, em uma perspectiva crítica, o processo educativo pode ser uma maneira de tentar compreender e superar a educação individualista, na qual os seres humanos são educados a partir ou de suas condições internas, ou do ambiente externo ao qual estão inseridos ou ainda da influência de ambos (SEVERINO, 2001). Para Libâneo (2005), o processo educativo é um “fenômeno social enraizado nas contradições, nas lutas sociais” (p. 78), e assim a prática educativa se dá como a “expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade” (p. 79).

Ainda para este autor a educação,

[...] enquanto atividade intencionalizada, é uma prática social cunhada como influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação ativa com o meio natural e social, tendo em vista, precisamente, potencializar essa atividade humana para torná-la mais rica, mais produtiva, mais eficaz diante das tarefas da práxis social postas num dado sistema de relações sociais (LIBÂNEO, 2005, p. 82).

Severino (2001) também salienta a importância da “prática intencionalizada” para que a ação humana seja transformadora de uma dada realidade. Para ele, a intencionalização de uma atividade deve ser feita a partir

da teoria e da significação, pois “a teoria, separada da prática, seria puramente contemplativa e, como tal, ineficaz sobre o real; a prática, desprovida da significação teórica seria pura operação mecânica, atividade cega” (p. 46).

Neste sentido o processo educativo assume o papel de mediador entre o “conhecimento e as práticas históricas” (SEVERINO, 2001, p. 69). E com o papel de mediação, a educação se faz presente também em outros tipos de práticas como, por exemplo, a prática social e a prática política.

Através da mediação, a educação pode contribuir para a superação da ideologia dominante na sociedade, porém, isto só é possível se houver uma efetiva participação social nas decisões políticas.

De acordo com Severino (2001),

De um lado, a educação contribui para a reprodução de uma sociedade mediante a produção, sistematização e divulgação de uma ideologia; de outro, pode assumir a transformação dessa sociedade, por meio da produção, sistematização e divulgação de uma contra-ideologia. Pode criticar a ideologia vigente, desmascarando-a em seus compromissos com os interesses dominantes e gerar uma nova consciência entre os cidadãos. Evidentemente, isso depende do esclarecimento crítico dos agentes educacionais e de seu compromisso político (SEVERINO, 2001, p. 76).

Para que haja uma efetiva participação política na sociedade, é necessária uma formação educacional que vise à construção da cidadania, termo que segundo Severino (2001) significa “garantir a todos os indivíduos, sem discriminação, condições de serem produtores e fruidores dos bens naturais, sociais e simbólicos de sua sociedade” (p. 90).

Sendo possuidores destes bens, os cidadãos passariam a conhecer os seus meios de existência baseados nas “relações de poder na realidade histórica das sociedades” (SEVERINO, 2001, p. 89). Conhecendo esta

realidade poderiam atuar no processo de construção política da sua realidade social.

No entanto, este mesmo autor afirma que,

Ao longo da história da educação brasileira, vê-se que essa é sua mais grave limitação. Não basta formar para o civismo, é preciso formar para a cidadania. Ainda é precária a contribuição da educação para esse objetivo, pois a sociedade brasileira continua marcada pela relação escravagista (SEVERINO, 2001, p. 90).

Como vimos o processo educativo pode, portanto se constituir por meio de uma prática intencionalizada ou não e formar para a cidadania e para a construção do sujeito crítico ou ser apenas mais uma maneira de reprodução da ideologia vigente. Neste sentido, as diferentes “modalidades” (LIBÂNEO, 2005) e adjetivações que a Educação pode apresentar devem, implícita ou explicitamente, trazer consigo questões políticas e sociais que justifiquem a sua existência e suas características em determinado contexto histórico.

3.1- O Processo Educativo e a Educação Ambiental

As questões ambientais, no decorrer do último século, começaram a ganhar uma maior importância no ideário educacional como um todo. Com o agravamento dos problemas ambientais e o surgimento da chamada crise ambiental, começou a se delinear um “campo de relações sociais que se constitui em torno da preocupação com o meio ambiente” (CARVALHO, 2001, p. 46). Este campo, denominado campo ambiental “se configura necessariamente engajado na disputa pelo poder simbólico de nomear e

atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal” (CARVALHO, 2001, p. 46).

Um dos fatores históricos que contribuíram para a consolidação do “campo ambiental” no século XX foram os desastres humanos causados pelas duas Guerras Mundiais, principalmente os da segunda, nos quais o poder de destruição em massa do homem pôde ser verificado de maneira mais intensa, através das bombas atômicas que explodiram em Hiroshima e Nagasaki, no Japão em 1945.

As décadas de 1960 e 1970, por fazer parte do denominado período Pós-Guerra, são importantes para a constituição deste campo emergente, que surge com uma ênfase emancipatória e fortes componentes de crítica social (CARVALHO, 2002). Foi neste contexto que se iniciou um movimento influenciado pelo caráter romântico de valorização da natureza selvagem, já apontado anteriormente, em detrimento dos “desastres” causados pelo ser humano, o qual denominou-se “movimento ecológico”, e se constituiu como um dos desdobramentos do campo ambiental, tido como algo mais abrangente. Tal movimento começou a tomar forma no início da década de 1960, no período Pós Guerra, e se configurou mais como movimento de contracultura, ou seja, de minorias contrárias à expansão global do capitalismo industrial (CARVALHO, 2002).

Além disso, neste período alguns textos foram publicados, como os romances *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, de 1962, e *Antes que a Natureza Morra* de Jean Dorst, de 1965, além da Hipótese de *Gaia* publicada na década de 1970 pelo inglês James Lovelock. Nestes textos, que causaram grande impacto à comunidade mundial, o ser humano era considerado culpado

pela destruição do ambiente natural e pela situação de poluição e miséria que se encontrava grande parte do planeta (CARVALHO, 2002).

No Brasil, o campo ambiental começou a se consolidar na década de 1970, embora, como enfatiza Carvalho (2001), muitas entidades de “proteção à natureza” existam desde a década de 1950. Com isso, no decorrer da segunda metade do século XX, o campo ambiental emergiu para as esferas políticas, sociais e econômicas, o que, conseqüentemente influencia a consolidação de um plano de relações com o ambiente no campo educacional.

Segundo Carvalho (2001), o campo ambiental surgiu no Brasil como resultado da articulação de diferentes forças sociais, sejam estas os movimentos ecológicos, a luta pelo acesso público aos bens ambientais, considerando a natureza como um bem, “algo que se deveria respeitar, admirar e cuidar para além dos interesses imediatos das sociedades” (CARVALHO, 2002, p. 36) e a criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Leis (2004) também aponta esta característica inerente à própria consolidação do ambientalismo.

[...] o movimento ambientalista surgirá de uma forma não linear, constituindo-se através de diversos feixes ou setores sociais. Os atores de cada setor irão convergindo, em ondas relativamente sucessivas no tempo, até conformar um ambientalismo de características multissetoriais progressivamente articuladas (LEIS, 2004, p. 48).

Cabe salientar que a inserção do campo ambiental no Brasil, segundo Paulo Nogueira Neto (*apud* CARVALHO, 2002) se deu com o movimento conservacionista. Ele afirma que “para nós (*os primeiros ambientalistas*), meio ambiente era conservação da natureza e ponto final. E permaneceu mais ou menos assim até os anos 70” (p. 80).

Carvalho (2002) afirma com base na literatura e nos depoimentos de ativistas ambientais, que a década de 1970 é considerada a época em que

[...] começa a configurar-se de forma mais sistemática um conjunto de ações, entidades e movimentos que se nomeiam ecológicos ou ambientais e, no plano governamental, uma estrutura institucional voltada para a regulação, legislação e controle das questões de meio ambiente. Essa década vai criar as condições para a expansão e a consolidação das entidades ambientalistas da década seguinte (CARVALHO, 2002, p. 80).

Ainda na década de 1970, mais especificamente no final do ano de 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Como já apontado, a criação da SEMA, em pleno regime militar, segundo Carvalho (2002), respondia mais a pressões externas do que a uma demanda interna. Esta afirmação faz sentido se tomarmos como referência o posicionamento do governo brasileiro na Conferência de Estocolmo, em 1972. O representante do governo brasileiro declarou, durante a Conferência, que o Brasil queria receber dos outros países a poluição do desenvolvimento, pois o país tinha a poluição da miséria, que era a pior de todas as poluições. Neste sentido, parece evidente a vinculação, na época, do agravamento dos problemas ambientais a questões meramente ecológicas, uma vez que o “desenvolvimento” ocasionado pela chegada das indústrias poderia degradar o ambiente dito natural, porém esta degradação seria o preço a pagar para amenizar outros problemas, como a desigualdade social. Neste sentido, desvincula-se assim, a questão ambiental de questões sociais, como a má distribuição de renda na sociedade capitalista.

O discurso do representante brasileiro surtiu efeitos por meio da implantação de um grande número de indústrias no país, principalmente as denominadas multinacionais, o que, conseqüentemente, gerou um aumento na oferta de empregos e um crescimento econômico. No entanto, tal crescimento se deu através de empréstimos, o que fez aumentar a chamada dívida externa,

que foi o grande “problema” da economia das décadas seguintes e, a partir da qual se acentuou as diferenças da distribuição de renda, agravando a questão social e política referente ao aumento do grau de pobreza da população.

Neste contexto, surgiram as primeiras associações e movimentos ambientalistas, que tinham como foco principal a proteção do ambiente natural, sendo fortemente influenciadas pelo movimento ecológico. Uma destas associações foi a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN), criada em 1974 (DIAS, 1994; CARVALHO, 2001).

No final da década de 1970 e início da década de 1980 configurou-se um período político de abertura no Brasil, culminando com a queda do regime militar em 1985. Esta abertura foi marcada pela luta pela “anistia ampla, geral e irrestrita” ocorrida em 1979, na qual muitos intelectuais, que estavam exilados principalmente na Europa, retornaram ao país e trouxeram consigo idéias e pensamentos novos que iriam influenciar diversos ramos da cultura, política e conseqüentemente o movimento em torno das preocupações com o ambiente.

O movimento ambientalista, no entanto, por mais que se fizesse presente em uma escala cada vez mais abrangente da sociedade, ainda se configurava como um movimento de elites, o qual tinha uma importância relativamente “menor” quando comparado a problemas sociais como a fome e a miséria.

Na década de 1980 o movimento ambientalista conseguiu uma maior consolidação com a adesão de novos atores, os quais iriam atuar na política, direta ou indiretamente. Nesta época foram criadas grande parte das ONGs ambientalistas e também o Partido Verde (1986), o qual sofre influência direta da Europa, e se institui como um partido que tinha como pressupostos a

Ecologia e o Pacifismo, da mesma forma que se consolidou o movimento político “verde” europeu (CARVALHO, 2001, 2002).

Neste contexto histórico, como tentativa de solucionar os problemas gerados pela crise ambiental surge a Educação Ambiental. Segundo Carvalho (2001),

A construção de uma prática educativa denominada Educação Ambiental e a identidade profissional de um educador ambiental a ela associada são desdobramentos que podem ser entendidos como parte dos movimentos de legitimação de um campo ambiental [...] (CARVALHO, 2001, p. 46).

No entanto, segundo esta autora, apesar de se constituir como uma adjetivação do termo Educação, a Educação Ambiental estaria, no seu início, mais vinculada a movimentos ecológicos, pois a “EA é herdeira direta do movimento ecológico e do debate internacional sobre meio ambiente” (p. 46).

De acordo com as modalidades presentes no processo educativo definidas por Libâneo (2005), parece provável que a Educação Ambiental, nos seus primórdios, por estar ligada ao movimento ecológico, se configuraria ou como “educação informal” ou como “educação não-formal”. O processo de sistematização da Educação Ambiental ocorreu em um momento posterior, com o surgimento de atividades de Educação Ambiental formalizadas, porém ainda sob influência do movimento ecológico e mais ligadas, portanto ao ensino de Ecologia do que propriamente à crítica das causas que geraram a crise ambiental e que se colocam no cerne da necessidade de uma Educação dita Ambiental. Neste contexto, a significação do termo Educação Ambiental começou a fazer sentido em uma perspectiva puramente ecológica e biológica, a qual não deve ser desconsiderada, porém não deve ser a única presente em um trabalho de tal adjetivação da Educação.

Institucionalmente, a Educação Ambiental começou a fazer parte do cenário político com a definição da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.983/81), a qual, de acordo com Medina (1997) “situa a Educação Ambiental como um dos princípios que garantem a ‘preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana’”. A Política Nacional do Meio Ambiente foi regulamentada pelo Decreto nº 88.351/83 e nele, diz-se que, compete ao Poder Público orientar a educação em todos os níveis para a formação de cidadãos que defendam o meio ambiente, e que neste contexto, as disciplinas escolares obrigatórias complementem o estudo da ecologia (MEDINA,1997). Esta afirmação pode ser um indício da predominância do caráter “ecologizante” da Educação Ambiental nas atividades da época.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, sendo que pela primeira vez na história constitucional brasileira há um capítulo dedicado ao meio ambiente e, por conseqüência, às questões ambientais. Diz-se em seu Artigo 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Como reflexo da Constituição de 1988 foi criado, no ano seguinte, por meio da Lei 7.735/89, de 22 de fevereiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), um órgão federal que tinha como principais pressupostos formular, coordenar e executar a Política Nacional de Meio Ambiente do início da década (DIAS, 1994).

Nos anos 1990, a Educação Ambiental volta a ser tema de discussões governamentais, primeiramente com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada na cidade do Rio de Janeiro popularizando-se como Rio-92 (DIAS, 1994), sendo de significativa importância para a inserção definitiva do debate ambiental na política e na sociedade brasileiras. Como afirma Carvalho (2001)

[...] o debate ambiental – tanto em termos das políticas governamentais e intergovernamentais, quanto em termos do imaginário da ação coletiva da sociedade civil – na década de 90 tem sido continuamente pautado pelos conceitos e valores lançados e/ou repercutidos pela Conferência, como desenvolvimento sustentável, cidadania, cidadania planetária, responsabilidade global entre outros. Muitas destas idéias passaram a constituir uma referência elementar para as discussões e ações no campo ambiental até o final da década. (CARVALHO, 2001, p.51).

No final desta década, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), por meio da Lei nº 9.795/99 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002, que “envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e organizações não-governamentais com a atuação em Educação Ambiental” (BRASIL, 2005g, p. 439). A definição de Educação Ambiental, de acordo com esta Lei diz respeito aos “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 2005g, p. 437).

Anterior à PNEA, a Educação Ambiental começou a fazer parte da educação escolar por meio da inserção do Meio Ambiente como Tema

Transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN) em 1997. Segundo Valentin (2005), dentro do tema Meio Ambiente, a Educação Ambiental é um “elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental” (p.23), uma vez que a mesma deveria estar presente nas discussões de todas as disciplinas escolares, em diversos momentos do contexto escolar, de acordo com a significação da própria transversalidade.

Com a definição de Educação Ambiental da PNEA e da inserção do Meio Ambiente como tema transversal e interdisciplinar nos PCN, parece que se pretende superar a visão apenas biológica inerente ao surgimento da Educação Ambiental junto ao movimento ecológico, pois nestes dois documentos federais são considerados necessários ao trabalho com tal Educação além dos conhecimentos “específicos”, a construção de valores sociais e conhecimentos de maneira mais ampla e abrangente acerca das questões ambientais. No entanto, ainda é comum observar no cotidiano escolar que muitos dos trabalhos ditos de Educação Ambiental são voltados apenas ao ensino das Ciências Naturais e não apresentam uma visão abrangente acerca da crise ambiental e de suas causas (ALMEIDA, 2005; VALENTIN, 2005).

De acordo com Loureiro (2002), os educadores ambientais formados nesta perspectiva não possuem uma dimensão política acerca das causas responsáveis pelos problemas ambientais e do próprio significado da Educação Ambiental e, por consequência disto, as suas práticas são limitadas apenas à “instrumentalização e à sensibilização para a problemática ecológica” (p. 70) o que ainda de acordo com este autor ignora “seus limites e paradoxos na viabilização de uma sociedade sustentável” (p. 70).

De acordo com este autor,

A atuação instrumental e acrítica, a partir da concepção do ambiente como algo reificado, facilita a perspectiva de que o que podemos fazer na práxis educativa é sensibilizar, minimizar ou mitigar os problemas existentes no contexto atual, por uma correta gestão dos recursos naturais (LOUREIRO, 2002, p. 70).

Carvalho (1989, 2006) afirma que para a efetivação de um trabalho em Educação Ambiental devem ser consideradas três dimensões: a dimensão axiológica, referente aos valores éticos e estéticos presentes em uma sociedade ou indivíduo, a dimensão dos conhecimentos e a dimensão política, a qual, segundo este autor, deve estar presente em todas as discussões relacionadas ao processo educativo e, por conseguinte à Educação Ambiental. Segundo Carvalho (2006) as dimensões dos valores éticos e estéticos e a dos conhecimentos “sustentam a possibilidade de intencionalizarmos as nossas ações, visando à formação de seres humanos” (p. 26).

De acordo com o autor,

Três dimensões na formação do educador parecem-me fundamentais, quais sejam: 1 – a dimensão relacionada à *natureza dos conhecimentos*; 2 – a dimensão axiológica de nossa existência, isto é, relacionada com os *valores éticos e estéticos*; 3 – o tratamento dado às possibilidades de *participação política do indivíduo*, tendo como meta a formação de cidadãos e a construção de uma sociedade democrática (CARVALHO, 2006, p. 26-27).

Alguns trabalhos realizados acerca da inserção da Educação Ambiental como temática transversal na escola por meio de projetos também indicam a necessidade da formação do professor sobre aspectos conceituais e epistemológicos da Educação Ambiental para que o trabalho pedagógico não se limite apenas a questões do conteúdo disciplinar. De acordo com Almeida (2005),

[...] é imprescindível a preparação do professor para enfrentar esse desafio. Há, portanto, necessidade de uma formação mais adequada para o trabalho docente relativo à temática ambiental, que forneça condições para o professor ultrapassar o caráter informativo da escola (ALMEIDA, 2005, p. 151).

Valentin (2005), também se refere a esta necessidade da seguinte forma:

A pesquisa aqui empreendida demonstrou que as professoras revelam-se limitadas em suas atividades de Educação Ambiental por meio de projetos, indicando conhecimentos insuficientes, que sugerem a necessidade de uma atualização. Provavelmente, através de cursos de formação continuada, os professores possam re-elaborar, complementar ou modificar suas concepções e práticas a respeito da Educação Ambiental (VALENTIN, 2005, p. 136).

Este fato pode indicar que apesar de parecer ser um consenso a “necessidade” de se trabalhar com Educação Ambiental tanto dentro quanto fora da chamada “educação escolar”, tal trabalho ainda se mostra confuso e pautado, muitas vezes, apenas em questões comportamentais que segundo Valentin (2005), podem adulterar “a natureza dos problemas ambientais, transferindo para o indivíduo a responsabilidade de sua resolução, desconsiderando os contextos históricos, sociais, culturais e políticos da produção destes problemas” (p. 132).

A dificuldade aparente de se estabelecer discussões mais aprofundadas acerca das causas responsáveis pelos problemas ambientais e suas implicações sociais e políticas pode, portanto, tornar o trabalho com a Educação Ambiental superficial e não formular novos conhecimentos e discussões relevantes para as questões que estão no cerne da problemática ambiental.

Outro risco existente ao se trabalhar com a Educação Ambiental de maneira superficial é que, como tal, muitas vezes não se questiona a relevância dos valores, bem como os posicionamentos políticos e ideológicos presentes na realidade com a qual se pretende trabalhar. Assim, a prática

educativa pode se instaurar como mera transmissão de conhecimentos e, desta maneira não atingir os seus objetivos de formação para a cidadania e nem a efetivação da participação da população nas decisões políticas da sociedade, visando a sua transformação.

Neste sentido, a Educação, e como parte integrante da mesma a Educação Ambiental, pode se apresentar de maneira dualista e controversa⁴, pois ao mesmo tempo em que no cerne da problemática ambiental se encontra a crítica ao modelo de produção vigente, no qual se acentua a destruição do meio ambiente principalmente no que diz respeito ao ambiente “natural” para a produção de bens materiais que visam o acúmulo de riquezas e que acentuam as desigualdades sociais, muitas vezes os trabalhos ditos de Educação Ambiental se pautam em questões que visam estimular o consumo. Além disso, não se discute na maioria das práticas em Educação Ambiental as causas do agravamento da crise ambiental, além do que é muito comum observar nas atividades relacionadas a tal tema a figura do indivíduo humano como único responsável por tal crise e também pela resolução dos problemas ambientais, desvinculando-o de sua realidade social e política.

Considerada uma questão controversa pela qual perpassam as concepções políticas de uma sociedade, a compreensão da dimensão política da educação poderia contribuir para que a Educação fosse entendida por diferentes segmentos sociais, inclusive pelo movimento ambientalista, como uma aliada para discutir e resolver problemas relativos à situação de crise enfrentada pela nossa sociedade decorrentes da degradação ambiental.

No entanto, de acordo com Carvalho (2006),

⁴ Será utilizada nesta pesquisa a definição de Silva (20007), a qual será oportunamente abordada.

[...] é interessante observarmos hoje, nos diferentes setores sociais, uma forte tendência em reconhecer o processo educativo como uma possibilidade de provocar mudanças e alterar o atual quadro de degradação do ambiente com o qual deparamos. Independente do modelo adotado para explicar o atual estado de agressão à natureza, o processo educativo é sempre apresentado como uma possibilidade de alteração desse quadro, isto é como um agente eficaz de transformação (CARVALHO, 2006, p. 21).

Este reconhecimento das possibilidades do processo educativo como agente de transformação social também pode levar a um outro extremo: o de considerar que a educação por si só poderá resolver todos os problemas enfrentados pela sociedade atual. No que diz respeito a isto, Carvalho (2006) afirma que “muitas vezes a contribuição do processo educativo para as mudanças almejadas é de tal forma supervalorizada que leva facilmente à idealização ou à mistificação” (CARVALHO, 2006, p. 21). Em que pese esta afirmação, o autor defende que não se deve desconsiderar a importância do processo educativo para a socialização dos indivíduos, e sua respectiva contribuição para a transformação social.

4- Educação Ambiental e Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação são, como já apontado, locais instituídos legalmente pelo Poder Público com “objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2005h, p. 284), sendo que um dos seus objetivos é o favorecimento de condições para promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (BRASIL, 2005h).

Neste sentido, as Unidades de Conservação, como previstas por Lei, devem fornecer condições para a prática educativa através da Educação Ambiental. Porém, de que maneira atividades de Educação Ambiental são realizadas em Unidades de Conservação?

Um caminho para tentar responder a este questionamento pode se encontrar nos Planos de Manejo de tais Unidades. Estes documentos técnicos contêm as normas “que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais” (BRASIL, 2005h, p. 285) e, assim, também deve abordar como a Educação Ambiental pode ser trabalhada nas Unidades de Conservação.

Dentro do Plano de Manejo das Unidades de Conservação, a Educação Ambiental se faz presente na maioria das vezes como parte integrante do Programa de Uso Público, o qual, no caso do Instituto Florestal, tem por objetivo “propiciar lazer, recreação e educação ambiental à comunidade, bem como despertar uma consciência crítica para a necessidade de conservação dos recursos naturais das Unidades de Conservação [...]”

(CERVANTES *et. all.*, 1992, p. 1076). Para tanto, a Educação Ambiental nestas áreas envolveria as seguintes estratégias:

[...] cursos para professores, grupos organizados, vigias e servidores da Unidade; produção de materiais didáticos; programas com estudantes; itinerários educativos; serviços de informatização; programas educativos para os meios de comunicação; programas educativos com as comunidades do entorno, dentre outras (CERVANTES, *et. all.*, 1992, p. 1077).

Assim, a observação de alguns Planos de Manejo de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo⁵ pode auxiliar no entendimento de como se propõe um trabalho de Educação Ambiental nas referidas Unidades. Neste sentido, pretendemos fazer uma breve discussão sobre o que afirmam alguns “Planos de Manejo de Unidades de Conservação de Proteção Integral”, em relação à Educação Ambiental. A escolha por esta categoria de Unidade de Conservação recai sobre a presença de um maior grau de restrições legais nestas em relação às Unidades de Uso Sustentável, e pelo fato de que o objeto deste estudo é uma Unidade de Proteção Integral. Também fez-se a escolha por analisar Planos de Manejo elaborados após o ano de 2002, pois neste ano o IBAMA lançou o “Roteiro Metodológico de Planejamento de Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas”⁶. A partir desta publicação todos os Planos de Manejo deveriam seguir o Roteiro, uma vez que este se colocou como um documento norteador para a elaboração de tais Planos nas referidas categorias de manejo de Unidades de Conservação.

Os Planos de Manejo observados foram os dos Parques Estaduais de Carlos Botelho (PECB), da Serra do Mar (PESM), do Morro do Diabo (PEMD) e

⁵ Optou-se pela observação de Planos de Manejo do Estado de São Paulo pelo fato destes se aproximarem mais da realidade no objeto de estudo deste trabalho: uma Unidade de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo que é administrada pelo Instituto Florestal, órgão da Secretaria de Meio Ambiente do referido Estado.

⁶ O referido roteiro encontra-se disponível no site www.ibama.gov.br.

o de Porto Ferreira (PEPF)⁷. Não se observou nenhum Plano de Manejo de Estações Ecológicas do Estado de São Paulo⁸, categoria que é objeto de estudo da pesquisa, pelo fato de não existir nenhum documento aprovado e publicado após 2002 até o momento nesta categoria de manejo de Unidade de Conservação.

Em todos os Planos de Manejo observados, a Educação Ambiental se constitui como um subprograma do Programa de Uso Público. Uma característica comum a todos os Planos foi a concordância com as estratégias elaboradas por Cervantes *et. all.* (1992) para o desenvolvimento de trabalhos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, uma vez que nestes Planos os principais objetivos foram os de sensibilizar a comunidade e promover atividades educativas que busquem o envolvimento da comunidade e melhore a qualidade de vida da população para a promoção da conservação e valorização das Unidades de Conservação. As atividades mais freqüentes nos Planos eram as de visitação a trilhas interpretativas, que podiam ser monitoradas ou autoguiadas, a realização de palestras e cursos a grupos específicos como, por exemplo, professores e alunos de ensino fundamental e médio e a formação de monitores ambientais preparados para receber a população em geral.

O Plano de Manejo do PESH apresenta uma característica diferenciada dos demais por apresentar também propostas para a realização de atividades de inserção da Educação Ambiental nos demais programas de

⁷ Os Planos de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar e do Parque Estadual de Porto Ferreira encontram-se disponíveis no site www.iflorestal.sp.gov.br. O Plano de Manejo do Parque Estadual de Carlos Botelho possui cópia para CD-ROM e o Plano de Manejo do Parque Estadual do Morro do Diabo possui versão impressa. Tanto a versão impressa quanto o CD-ROM foram conseguidos através de solicitações a pesquisadores do Instituto Florestal.

⁸ Não há nenhum Plano do Manejo de Estações Ecológicas disponível no site www.iflorestal.sp.gov.br. Último acesso: 09/07/08.

manejo, como por exemplo, o “turismo sustentável”. Neste sentido, de acordo com o documento, a Educação Ambiental seria uma estratégia para fornecer oportunidades de recreação aos visitantes e aprimorar a relação com a comunidade local. Talvez tal diferenciação se dê pelo fato de o PESM se localizar em uma região litorânea na qual o turismo ocupa lugar de maior destaque na economia local, relativamente aos outros Parques Estaduais estudados.

Em relação ao objetivo de Educação Ambiental presente nos Planos de Manejo encontrou-se, além de um posicionamento que vise à conservação da fauna e flora das Unidades e a sensibilização das pessoas para compreender a importância da biodiversidade e sua conseqüente valorização, alguns indícios de uma Educação Ambiental voltada para a formação da cidadania e para que se propicie à comunidade “uma visão mais abrangente da temática ambiental” (TABANEZ, 2003).

No entanto, quando se observam as ações previstas para cumprir os objetivos acima citados, percebe-se um indício de fragilidade conceitual em relação à Educação Ambiental, pois algumas das atividades propostas para a Educação Ambiental se assemelham com as do subprograma de Interpretação da Natureza, o qual, nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, também faz parte do Programa de Uso Público e tem como principais objetivos propiciar o contato com a natureza e sensibilizar os visitantes da importância da conservação da biodiversidade e das Unidades de Conservação.

Isto pode sugerir que a educação para a conservação do ambiente natural, definida por Brügger (1994) como “educação conservacionista” seja o

principal foco da “Educação Ambiental” presente nas Unidades de Conservação.

Segundo Brügger (1994),

Em primeiro lugar, é preciso distinguir uma educação conservacionista de uma “educação ambiental”. Essa distinção já foi preocupação de alguns autores que não aprofundaram algumas questões que considero cruciais e que se referem exatamente aos pressupostos filosóficos do pensamento herdado [...]. Uma educação conservacionista é essencialmente aquela cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelo homem. Já uma educação para o meio ambiente implica também, segundo vários autores, em uma profunda mudança de valores, em uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o universo meramente conservacionista (BRÜGGER, 1994, p. 35-36).

Apesar de parecer apropriado que Unidades de Conservação possuam uma educação que vise a “conservação” do ambiente dito natural, acredito que sejam necessárias algumas considerações a respeito. Algumas vezes ações isoladas de “educação conservacionista” podem não produzir o resultado almejado, pois se não há um questionamento do porquê da necessidade da criação de áreas que mantenham o ambiente natural “intocado”, e tampouco das questões que se colocam no cerne da problemática ambiental e da necessidade de uma Educação dita Ambiental, corre-se o risco de se realizarem atividades que visem apenas “moldar” um comportamento específico considerado adequado na sociedade atual, no que diz respeito aos problemas ambientais.

As atividades de cunho essencialmente conservacionistas desenvolvidas em Unidades de Conservação também podem contribuir para a dicotomia homem/natureza presente na nossa sociedade desde há muito tempo, pois uma vez que se realizam práticas que visem apenas à conservação da biodiversidade e do ambiente natural e que afastem o homem destes ambientes sem uma explicação dos fenômenos culturais que

culminaram com tal concepção, pode-se exacerbar a idéia “rousseauniana” e romântica de que o ser humano deve ser afastado dos locais de relativa beleza cênica, pois destrói tudo o que é belo e bom. Uma outra possível consequência de tais atividades que pode gerar uma maior desvinculação da figura do homem à da natureza, é o pensamento de que cidades ou outros locais ocupados por seres humanos não fazem parte da natureza e, sendo assim, podem ser poluídos e depredados, pois o importante é preservar o ambiente natural, ou seja, neste contexto, apenas as Unidades de Conservação.

Assim, se torna cada vez mais importante o esclarecimento das concepções que se colocam na gênese da criação de Unidades de Conservação e da necessidade do surgimento de uma Educação com a adjetivação Ambiental para a população civil e para os representantes do poder público, tanto do nível Municipal quanto do Estadual e do Federal, para que haja maior efetividade das ações ditas ambientais e para se conseguir cumprir os objetivos previstos nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação da Natureza.

De acordo com o IBASE (2006),

A educação ambiental é utilizada como um instrumento que contribui para disponibilizar informações qualificadas e atualizadas, compartilhar percepções e compreensões e ampliar a capacidade de diálogo e de atuação conjunta comprometida com a missão de uma UC (IBASE, 2006, p. 6).

Neste sentido, podem ser apresentados os seguintes questionamentos:

As Unidades de Conservação estão preparadas para a efetivação de programas de Educação Ambiental que levem em consideração não apenas o caráter conservacionista, mas que discutam também questões sociais, políticas

e axiológicas? Qual a real finalidade dos subprogramas de Educação Ambiental presentes nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação?

Um caminho apontado para a superação dos problemas referentes às Unidades de Conservação pode estar nos próprios Planos de Manejo, no que diz respeito a uma maior participação civil nos Conselhos de tais Unidades. Como já apontado, as UC's do grupo de Uso Sustentável possuem um Conselho com caráter Deliberativo e as UC's do grupo de Proteção Integral possuem um Conselho Consultivo.

De acordo com os Planos de Manejo dos Parques Estaduais Paulistas observados e com a legislação que regulamenta os Conselhos Consultivos, tais órgãos podem se constituir como um espaço onde ocorra o planejamento e desenvolvimento de atividades educativas e projetos que visem à formação para a cidadania tanto dos integrantes do Conselho como da população à qual a Unidade de Conservação está inserida, buscando, assim, um maior envolvimento da comunidade com a Área em questão. No entanto, uma dificuldade aparente em se efetivar tais atividades e projetos é colocada nos próprios Planos de Manejo. A saber, salienta-se em um dos Planos, por exemplo, que freqüentemente os Conselhos Consultivos não são percebidos como “espaços para construção de processos de educação ambiental” (CARVALHO, *et. all.*, 2006).

Cabe-nos então questionar a partir da afirmação anterior se a implantação de Conselhos, sejam eles de caráter Consultivo ou Deliberativo, foi um propósito do SNUC para tentar promover uma gestão mais participativa com a comunidade à qual uma Unidade de Conservação está inserida, qual o provável motivo desta não viabilização dos Conselhos como espaços para

discussão de propostas e concepções acerca dos objetivos das Unidades de Conservação?

Nos capítulos seguintes, procuraremos discutir estes aspectos por meio dos dados obtidos nesta pesquisa.

5- População, Poder Público e Unidades de Conservação

Neste capítulo pretende-se discutir, a partir dos dados obtidos na pesquisa, o conhecimento da população e das esferas municipal e estadual do Poder Público de Angatuba sobre: o processo de criação da Estação Ecológica de Angatuba, a existência de duas Unidades de Conservação presentes no município de Angatuba e a localização geográfica destas áreas. Também busca-se compreender a existência de controvérsias, conflitos e problemas advindos da presença de Unidades de Conservação no município de Angatuba e verificar as sugestões propostas pelos participantes da pesquisa para tentar solucionar estas questões.

5.1- Conhecimento local sobre a Criação da Estação Ecológica de Angatuba

Por meio das informações obtidas durante a coleta de dados pudemos constatar que apesar de todos os participantes da pesquisa saberem da existência da Floresta Estadual e da Estação Ecológica de Angatuba, uma vez que isto era condição para participar da mesma, a maioria deles as conhece pelo nome “Fazenda do Estado”.

O termo “Fazenda do Estado” utilizado pela população ao fazer referência às Unidades de Conservação não é comum apenas no caso de Angatuba, mas é utilizado também para outras áreas do Estado de São Paulo administradas pelo Instituto Florestal. Acredito que isto possa ocorrer devido a

vários fatores, dentre os quais o próprio processo de criação destas áreas, normalmente instituídas a partir de desapropriações ou compra de terras particulares que recebiam a denominação anterior de “Fazenda”. Quando estas se tornavam propriedades do Estado, deixavam de ser fazendas particulares para se tornarem “Fazendas do Estado”.

No entanto, a designação “Fazenda do Estado” pode contribuir para a incompreensão por parte da população moradora próxima a UCs das reais “finalidades” da existência de uma Área Protegida no município, uma vez que o nome “Fazenda” parece sugerir que a área se destina exclusivamente à produção agrícola. No entanto, como não há plantações de produtos alimentícios ou a realização da prática da agropecuária nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, a população local pode ser levada a pensar que a terra pertencente ao Estado é improdutiva.

Isto pôde ser observado no caso da Estação Ecológica de Angatuba em algumas das entrevistas realizadas. Como exemplo, apresento dois excertos:

É bom, tem todo o plantio deles, mas sobra muita terra que dava pra plantar lavoura né. Porque precisa, o povo precisa de terra e a Fazenda do Estado tem bastante terra, que sobra terra pra plantar **(Joana)**.

Ou ainda,

[...] a gente tem na Prefeitura a Fazenda Municipal, né, e a gente tem pomar, a gente tem bastante coisa... é lá é uma coisa que fica parado. **(Maurício)**.

Talvez, se houvesse uma maior divulgação do nome “Estação Ecológica” e de seus objetivos como Unidade de Conservação de Proteção Integral para a área, situações como as observadas nas entrevistas não ocorressem com tanta frequência.

Como já apontado, com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, ficaram estabelecidas diversas categorias de manejo de UCs que foram subdivididas em dois grupos principais já discutidos anteriormente: as UCs de Proteção Integral e as UCs de Uso Sustentável. Contudo, apesar das diferentes categorias possuírem objetivos definidos, ainda há um certo desconhecimento ou falta de clareza acerca dos mesmos pela população de maneira geral. Ao serem questionados sobre o processo de criação da “Fazenda do Estado” em Angatuba, os participantes desta pesquisa descreviam, na maioria das vezes, como se deu a criação da Floresta Estadual e não a da Estação Ecológica de Angatuba. Quando isto ocorria fazia-se a tentativa de reformular a questão, porém a maioria dos participantes desconhece a presença de duas Unidades de Conservação contíguas no município, sabendo apenas da existência de uma “Fazenda do Estado” no local.

Além disso, foi possível perceber no decorrer de algumas entrevistas que a população vê as diferentes categorias de manejo apenas como diferentes nomes próprios para as áreas protegidas, utilizando-os como um jargão para áreas pertencentes ao Estado. Isto pôde ser observado em algumas das entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa. A seguir apresento um excerto de uma entrevista que exemplifica a situação acima descrita:

A gente fala **Fazenda do Estado**, mas é **Reserva Florestal**. É um tipo de um... como diz... que nem a gente fala é um **Horto Florestal!** (Elvira) Grifo meu.

Assim como ocorreu com os participantes da pesquisa, na imprensa escrita de Angatuba também foi possível detectar certo grau de desconhecimento acerca da presença de duas Unidades de Conservação no município. Em uma reportagem que tinha como tema a realização da reunião preparatória para a constituição do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba, o Jornal de Angatuba do período de 10 a 24 de setembro de 2005 escreve a seguinte frase: “[...] a estação ecológica de Angatuba é **parte integrante** da Floresta Estadual, que nesta condição existe desde 1965” (grifo meu). Neste sentido, além da dificuldade aparente da população em compreender as implicações legais, os objetivos e até mesmo a presença de duas Unidades de Conservação contíguas no município, o conceito incorreto em relação a este fato na imprensa escrita pode contribuir para acentuar a incompreensão dos moradores de Angatuba sobre a existência de duas categorias de manejo de Unidades de Conservação na “Fazenda do Estado”.

A Figura 1 mostra uma imagem via satélite da área da Floresta Estadual e da Estação Ecológica de Angatuba.

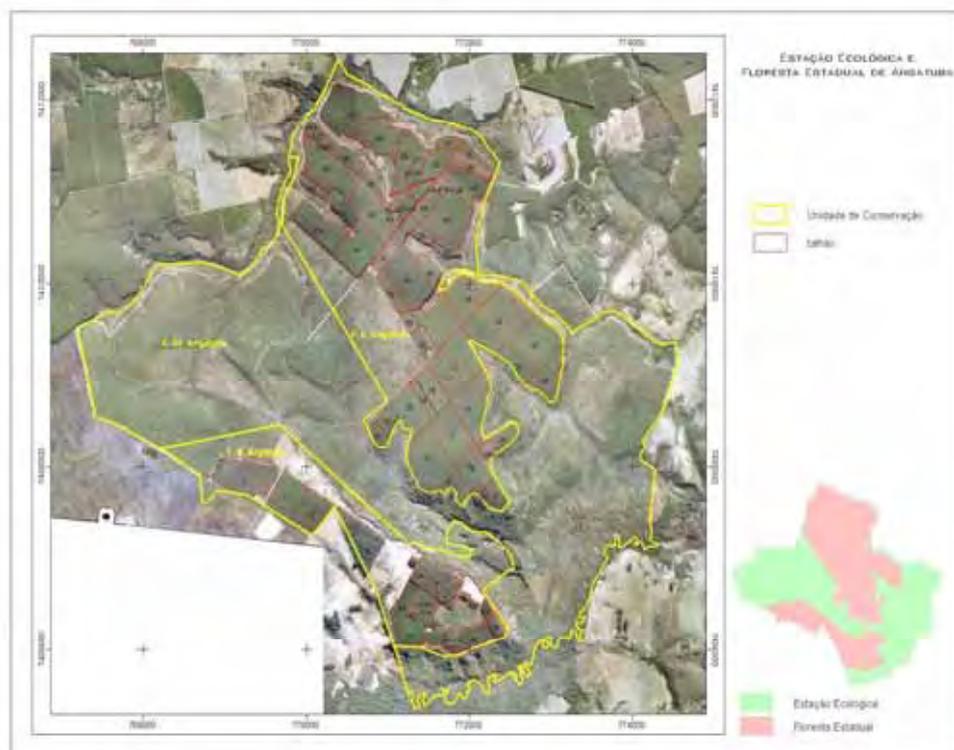


Figura 1: Imagem via satélite da área da Floresta Estadual de Angatuba e da Estação Ecológica de Angatuba.

Como já apontado, a Floresta Estadual de Angatuba foi criada pelo Decreto nº 4.439, de 05 de janeiro de 1965, após a compra das terras pertencentes a Clóvis Vieira de Moraes, filho de Roldão Vieira de Moraes, pelo Estado. Nas entrevistas, este processo é descrito da seguinte forma pelos participantes:

As terras eram de um ex-prefeito e chamava-se Fazenda da Conquista do ex-prefeito Clóvis Vieira de Moraes [...]. E aí na época, na época houve gestão, houve gestão de um deputado no sentido de que a Fazenda fosse adquirida pra fazer Reserva Florestal, pra fazer plantio de pinus e eucalipto, então, é isso o que eu sei (**Bruno**).

Ou ainda,

Então Roldão Vieira já era neto do major Ferreira de Moraes que chegou em Angatuba em 1890 e comprou a Fazenda. Esse major comprou a Fazenda dos Prestes, ou seja, de Fernando Prestes de Albuquerque que foi governador do Estado de São Paulo, e depois seu filho, Júlio Prestes de Albuquerque foi deputado, governador e presidente da República. Todos originários aqui de Angatuba. Júlio Prestes nasceu aqui em Angatuba, enquanto Fernando Prestes passou a infância aqui em Angatuba. Então a Fazenda se chamava Fazenda das Areias, com cerca de 15.000 alqueires, então abrangendo toda a região norte e nordeste do município. E Roldão, por parte de mãe, era descendentes de pessoas vindas da Quadra, em Tatuí, junto ao córrego Aleluia, foi lá que ele nasceu. Eles chegaram aqui em Angatuba, por volta de.... 1900, aproximadamente. E é com o irmão Toniquinho, que trabalhava na roça pra colher milho lá no bairro do Matão. Toniquinho era mais franzino, mas conseguia colher mais milho que Roldão, que era mais trculento. Então diziam que essa habilidade de Toniquinho estava mais na inteligência dele, olha que coisa!!! E Toniquinho se tornou prefeito de Angatuba, prefeito de Itapetininga, duas vezes deputado estadual e uma vez deputado federal no Rio de Janeiro quando era a capital do Brasil. Interessante isso, não? Então, Roldão antes de seu falecimento já tinha passado para os filhos a Fazenda. E logo depois da morte dele, os filhos começaram a vender os bens. Uma filha vendeu sua Fazenda, que fazia parte destas Areias que Roldão herdou do avô dele, e foi viajar pela Europa. Um filho foi pra Tatuí e etc.... E então uma Fazenda de 1.200 alqueires da região nordeste de Angatuba, conhecida como Fazenda da Conquista, ficou para o seu filho Clóvis Vieira de Moraes.

[...]

[...] houve um problema financeiro em que Clóvis entrou sem querer, houve uma dificuldade financeira que fez com que ele precisasse vender a Fazenda para cobrir a dívida no banco gerada por um irmão. Quem intermediou a compra do Estado foi Antônio Vieira Sobrinho, ou seja, Toniquinho, que morava em São Paulo, mas já tinha caído, ele não era mais deputado, já tinha abandonado a política (**João Paulo**).

As fotos de Roldão Vieira de Moraes e de sua família são apresentadas nas Figuras 2 e 3.



Figura 2: Roldão Vieira de Moraes. Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Roldão de Moraes Turelli.



Figura 3: Roldão Vieira de Moraes e seus familiares em viagem à Aparecida do Norte, SP, em 1934. Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Roldão de Moraes Turelli.

Dos onze participantes pertencentes ao grupo denominado população, apenas um sabe que na chamada “Fazenda do Estado” se configuram duas áreas distintas; segundo o entrevistado, uma das áreas é destinada à preservação ambiental e na outra se tem a produção madeireira e exploração econômica. Dentre os sete participantes da pesquisa que possuem vínculo institucional com o poder público, cinco sabem da existência de diferentes categorias de manejo em Angatuba. Cabe salientar que os dois participantes que não sabem da existência de duas áreas com categorias de manejo distintas são funcionários da área, um ativo e o outro aposentado desde 1999, ou seja, sua aposentadoria ocorreu quatorze anos após a criação da Estação Ecológica de Angatuba, que se deu em 1985.

O desconhecimento da presença de diferentes categorias de manejo na área pode se configurar, entre outros aspectos, como um sinal de fragilidade institucional no que diz respeito a informar os funcionários acerca da legislação específica, em desinteresse ou falta de oportunidade dos funcionários em conhecer de maneira mais aprofundada seu local de trabalho, ou em pouca escolarização por parte dos mesmos, o que poderia dificultar o entendimento da legislação ambiental.

Os integrantes do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba que participaram das reuniões observadas durante a presente pesquisa parecem saber da existência de duas áreas diferenciadas na região denominada por eles de “Fazenda do Estado”, uma vez que se manifestam em torno das particularidades das mesmas principalmente em questões de cunho biológico, como por exemplo, no que diz respeito à invasão de espécies

exóticas como o Pinus na área de Cerrado e nas perspectivas de solução para tal problema.

No entanto, em alguns momentos pôde-se perceber que há certa “mistura” no que diz respeito às “finalidades” da Floresta Estadual e da Estação Ecológica de Angatuba entre os membros do Conselho. Em uma das reuniões do Conselho Consultivo observadas, na qual um dos assuntos abordados foi o “resultado” obtido nas Oficinas realizadas no mês anterior para a elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Angatuba⁹ verificou-se que, após solicitação feita pelos moradores de entorno durante a Oficina, foi oferecida pelo poder público Estadual a venda de eucalipto do Estado a um preço mais acessível e com menor burocracia, com o propósito de auxiliar na conservação das divisas e na preservação da área de mata da propriedade rural dos moradores. Tal área de mata poderia se constituir, entre outros aspectos, em um corredor ecológico para espécies animais da Estação Ecológica. Cabe salientar, no entanto, que a produção de eucalipto é feita na Floresta Estadual e não na Estação Ecológica de Angatuba, sendo que esta Unidade de Conservação isoladamente não poderia fornecer a madeira para os moradores do entorno.

Isto também pode ser um indicativo da necessidade de integrar mais a população à área e evidenciar os objetivos e a importância de uma Estação Ecológica no município, pois a partir do momento que se faz necessária uma “moeda de troca” para a conservação ou para o auxílio na preservação de regiões de divisa, percebe-se que parece não haver um esclarecimento para a população do porquê da existência de uma Unidade de Conservação de

⁹ Foram realizadas Oficinas com funcionários da Floresta Estadual de Angatuba, moradores do entorno e autoridades políticas da região.

Proteção Integral e tampouco de uma valorização das características ecológicas e biológicas ou até mesmo estéticas que uma região de mata pode possuir.

Neste sentido, propostas de atividades de Educação Ambiental voltadas apenas à dimensão dos conhecimentos, ou seja, do “conhecer para preservar” podem não surtir efeito quando se aborda a questão da preservação da área. Assim se faz urgente uma discussão acerca das dimensões axiológicas, quais sejam os valores presentes naquela população em particular ou quais as perspectivas políticas inerentes àquela região, uma vez que, em um município onde a agricultura é uma das atividades econômicas predominantes, e a população rural é representativa, a conservação de áreas naturais, se não explicitada a sua importância de maneira correta, pode parecer mero cumprimento de exigências legais que impedem um maior desenvolvimento da economia regional.

Quanto ao processo de criação da Estação Ecológica de Angatuba a partir da mudança de categoria de manejo de parte da área inicial da Floresta Estadual de Angatuba apenas quatro participantes, sendo todos pertencentes ao poder público fizeram referência.

Segundo os participantes, dois fatores principais foram responsáveis pela transformação de parte da área da Floresta Estadual de Angatuba em Estação Ecológica. O primeiro deles seria a presença de uma “pedregulheira” nos domínios da “Fazenda do Estado” que era fortemente explorada pela Prefeitura Municipal de Angatuba. Este excerto de uma das entrevistas elucida a questão da pedreira na área da “Fazenda do Estado”:

[...] tinha uma pedreira muito grande que era explorado pela prefeitura lá violentamente e a gente tentando segurar o máximo possível, mas eles sempre tinham o poder de conseguir que a gente

cedesse a pedra pra prefeitura. Aí foi criada a Lei das Estações Ecológicas e o Instituto Florestal resolveu aproveitar a Lei e preservar diversas das suas áreas e uma das escolhidas foi a de Angatuba, por estas características que já eram conhecidas e já eram conservadas. E como havia essa pressão da prefeitura em cima da pedreira, ela foi incluída dentro da Estação Ecológica.

[...]

Conseguiu-se com isso estancar a derrubada da pedreira que tinha lá, que era dentro da Estação Ecológica, e que isso estava ocasionando inclusive o risco de um grande desmoronamento da área. Então isso foi um fator muito importante, houve muita briga com o prefeito... (**Artur**).

Como pôde ser observado neste excerto, a área da qual a Prefeitura retirava pedras estava próxima a uma região de mata nativa com fauna e flora muito rica, e a retirada excessiva de pedras poderia causar deslizamentos de terras e o processo de desmatamento na área, e, por conseqüência, a mesma foi, então, transformada em Estação Ecológica.

No entanto, a criação da Estação Ecológica de Angatuba e a conseqüente proibição da retirada de pedras do local geraram conflitos com o poder público municipal, apesar de um entrevistado pertencente a tal esfera se considerar “uma pessoa que gosta muito de preservar o meio ambiente” e não um “predador”. De acordo com o entrevistado faltou “flexibilidade” e, de acordo com sua visão a Estação Ecológica é vista pelos pesquisadores como “um feudo a serviço do estudo deles”. Veja-se:

[...] a Fazenda tem uma pedregulheira muito boa e tal, da qual nós nos servíamos, nós nos servimos durante muito tempo, a região lá era totalmente pedregulhada até desgastar. E só que houve uma resistência muito forte, porque você veja bem, eu não sou nenhum predador, eu sou uma pessoa que gosta muito de preservar o meio ambiente por saber da importância disso pra sobrevivência da humanidade, do planeta Terra e tal. Agora eu acho que falta mais sabe o que? Mais flexibilidade. O pessoal, chegou uma época que não admitiu mais que nós tirássemos pedregulho daquela, daquele local. Mas poderia muito bem, entendeu, ser, haver uma permuta, entendeu, porque ele tava bem no limite da área de preservação com a área que não era de preservação. Essa pedregulheira estava no limite. Então eu acho que houve muita... não houve uma... não houve eu acho que espírito público, né. Acho que o pessoal faz, né, os pesquisadores, esse pessoal todo, vêm aquilo lá como que assim, um feudo a serviço do estudo deles, entendeu [...] (**Bruno**).

Nestes dois excertos de representantes do poder público, encontra-se um primeiro ponto importante para reflexão. De acordo com o entrevistado Artur, a retirada de grande quantidade de pedras feita pela prefeitura em uma região próxima à área de mata nativa poderia causar graves problemas ambientais, como por exemplo, “um grande desmoronamento na área”. Já para o segundo entrevistado, Bruno, a retirada de pedras não causaria um impacto ambiental negativo na região e o posicionamento do poder público estadual foi extremamente radical, faltando ao responsável pela gestão da área e aos pesquisadores do Instituto Florestal “espírito público” e “flexibilidade”. O posicionamento do entrevistado pertencente ao poder público municipal de Angatuba em relação às restrições impostas legalmente para uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, não é, entretanto, um fato isolado. Outras Unidades de Conservação do Estado de São Paulo já tiveram problemas semelhantes, como é explicitado no Plano de Manejo do Parque Estadual Carlos Botelho, UC de Proteção Integral também administrada pelo Instituto Florestal. Veja-se:

[...] muitas unidades de proteção integral ainda têm sido consideradas pelos gestores municipais e populações locais como um entrave ao desenvolvimento regional devido às restrições de uso direto e à pouca relevância do uso indireto, ainda que estes municípios recebam uma compensação financeira através da Lei nº 9.146 de 9 de março de 1995, conhecida como “ICMS Ecológico” (MATTOSO, *et. all.*, 2008, p.216).

A afirmação presente no Plano de Manejo do Parque Estadual Carlos Botelho (PECB) também é relevante no que diz respeito à “compensação financeira” que os municípios detentores de Unidades de Conservação em seu perímetro possuem, popularmente conhecida como “ICMS ecológico”. No excerto acima pode-se perceber o indício da idéia de que o recebimento de

uma verba advinda da presença de uma UC no município deveria fazer com que se resolvessem todos os possíveis conflitos ocasionados pelas restrições legais presentes em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

No entanto, cabe questionar se apenas o recebimento de uma “compensação financeira” pode esclarecer a legislação ambiental e a importância da presença de uma UC no município, tanto no que se refere aos aspectos biológicos e ecológicos, quanto à questão política e à questão social inerente ao poder público municipal.

Neste sentido, a afirmação presente no Plano de Manejo, já citado, acerca dos instrumentos necessários para uma efetiva proteção das Unidades de Conservação, mostra-se adequada:

A proteção efetiva das UC's requer a conquista e envolvimento da opinião pública no comprometimento com sua importância ambiental, e nas possibilidades de promoção social e o desenvolvimento local. A efetiva preservação, valorização, respeito e participação na gestão destas UC's dependem desta compreensão e, portanto, os processos educativos dirigidos a públicos bastantes amplos e diversificados desempenham papel fundamental.

Neste contexto, os programas de educação ambiental são instrumentos importantes para a sensibilização, a mobilização e a formação de opinião sobre a relevância das unidades de conservação, por meio de estratégias de comunicação e aproximação do público com as áreas naturais protegidas (MATTOSO, *et. all.*, 2008, p.216).

Outro dado importante referente à afirmação do entrevistado Bruno diz respeito à contradição existente em seu próprio discurso. Veja-se que ao mesmo tempo em que afirma que a “pedregulheira” existente na área da Estação Ecológica de Angatuba deveria ser mais aproveitada e que não há “flexibilidade” do Instituto Florestal em permitir tal retirada, ele se considera um “ambientalista”, uma pessoa que se preocupa e “que gosta muito de preservar o meio ambiente por saber da importância disso pra sobrevivência da humanidade [...]”. Esta contradição, presente não só no discurso do

entrevistado em questão, mas cada vez mais freqüente na nossa sociedade, pode se apresentar como uma questão chave para o entendimento da problemática ambiental nos dias atuais.

Neste sentido, o questionamento que pode ser feito é o seguinte: Será possível, quando se vive em uma sociedade que estimula o consumo e que valoriza o ter em detrimento do ser, não ser contraditório em relação ao uso dos recursos naturais para suprir as necessidades geradas por esta própria sociedade?

Ainda em relação à criação da Estação Ecológica de Angatuba, alguns entrevistados fizeram referência a outro ponto relevante. De acordo com um destes entrevistados, um segundo fator que pode ter culminado com a criação da Estação Ecológica de Angatuba foi “uma invasão dos sem-terras patrocinada pela prefeitura”. Veja-se

[...] houve até uma invasão de sem-terras patrocinada pela prefeitura... só que não era na Estação Ecológica, foi em terra de área de plantio de Pinus e tinha uma matinha mais bem mexida, mas tinha, e isso foi derrubado também pelos.... é para a Estação Ecológica com máquinas da Prefeitura. Ele queriam fazer é.... como é que diz... Reforma Agrária, puseram até sete famílias que ficaram lá dentro, no fim o Estado cedeu a área para eles e eles abandonaram, ficaram dois anos, um ou dois anos lá e abandonaram (**Artur**).

Segundo outro entrevistado, a Estação Ecológica de Angatuba foi criada “pra preservar pra que eles [os *sem-terra*] não entrassem mais lá”.

Essa área ecológica começou justamente quando esse pessoal dos Sem Terra vieram lá. Pra preservar pra que eles não entrassem mais lá. Então foi nessa época que passou, que praticamente metade da Fazenda passou para área ecológica. Mais pra preservar do Sem Terra na época, né. Foi por causa disso, foi por causa disso que foi criado, né. Porque tinha uns trechos lá que... se não fosse isso, hoje já tava diferente né. Podia não ter aqueles trechos de mata que tem lá hoje. Então isso daí ajudou muito, essa área ecológica ajudou muito. É importante ter (**Nelson**).

Como apontado no primeiro excerto, o Estado chegou até a doar parte da área aos agricultores que se instalaram na “Fazenda do Estado”, mas cerca de dois ou três anos após a ocupação, os “sem-terra” abandonaram a área sem motivo aparente.

Cabe salientar que os participantes do poder público municipal possuíam um posicionamento diferente daquele dos pertencentes ao poder público estadual. Esse aspecto será discutido oportunamente. Para o representante do poder público municipal, tentou-se fazer “uma parceria com a Fazenda do Estado”, porém para este entrevistado, havia “muita resistência naquela época no sentido de fazer parceria com a Prefeitura”. Ainda de acordo com este participante, a intenção da Prefeitura era fazer uma “Reforma Agrária diferente” uma “verdadeira Reforma Agrária”, na qual se teria a participação de todos os agricultores “como se fosse uma cooperativa, uma comunidade”. Veja-se:

[...] uma parceria com a Fazenda do Estado nas áreas em que não eram objeto de pesquisa e nem de desenvolvimento de projetos. E fizemos, tinha lá assim algumas pessoas que plantaram na Fazenda, e tal. No fim era um grupo de agricultores e de repente o grupo não foi pra frente e tal e isto daí acabou desanimando o nosso projeto e tal. Mas havia muita resistência naquela época no sentido de fazer parceria, né, com a Prefeitura. Os coordenadores, os funcionários, eles tinham aquilo mais como propriedade deles do que fazer aquilo um bem a serviço da comunidade. É assim que eu penso, né.

[...]

A Prefeitura desenvolveu agricultura de plantio de arroz junto com um grupo lá e tal. Nós tínhamos idéia de integrar aquilo lá, fazer uma, uma... uma Reforma Agrária diferente, uma Reforma Agrária onde ia ter a participação de um grupo que ia dar aulas pra... Uma verdadeira Reforma Agrária, onde as mulheres iam aprender atividades domésticas, né, iam aprender a fazer doces e tal, né. E os homens iam desenvolver a agricultura. Como se fosse uma cooperativa, uma comunidade, nós sonhávamos com isso. Mas aí a resistência foi muito grande e nós acabamos finalizando o projeto. Mas tudo integrado, dentro de princípios conservacionistas, né **(Bruno)**.

Cabe salientar que o entrevistado Bruno faz referência a um projeto de Reforma Agrária baseado em “princípios conservacionistas”. Mas quais seriam estes princípios?

Neste sentido, o Estado, com o intuito de impedir uma nova ocupação na área e a fim de proteger o ecossistema único do local, instituiu então, por meio do Decreto nº 23.790, de 13 de agosto de 1985, a Estação Ecológica de Angatuba.

Cabe salientar que não foi encontrado nenhum documento que abordasse estas questões e nem houve menção ao processo de criação da Estação Ecológica de Angatuba nas reuniões do Conselho Consultivo da referida Unidade de Conservação.

5.2- Conhecimento da localização geográfica da Estação Ecológica de Angatuba

Todos os entrevistados, participantes desta pesquisa, sabem a localização da Estação Ecológica de Angatuba; porém três dentre os dezoito entrevistados não conhecem a área, sendo que um destes três é integrante do Conselho Consultivo da referida Unidade de Conservação. Quando questionados sobre o porquê de não terem visitado o local citam diversos motivos. Um deles é a falta de tempo devido ao excesso de trabalho. Segundo este participante, que é comerciante, não sobra tempo para conhecer a área da “Fazenda do Estado”.

O entrevistado que é membro do Conselho Consultivo evidencia que não houve, até o momento da entrevista, nenhuma oportunidade para conhecer o local, apesar de já ter sido convidado pela gestão da Unidade de Conservação para uma reunião na área. Veja-se:

É que nunca deu certo de a gente ir lá, porque pra gente ir lá tem que ser agendado né, tem que fazer acompanhamento com a bióloga da Associação Ambiental (*Conselho Consultivo*) que marcou as palestras, mas eu não pude participar porque no dia eu fui viajar e não pude ta aqui [...] (**Luis Henrique**).

É interessante ressaltar que apesar deste entrevistado fazer parte do Conselho Consultivo, não cita-se a presença dele em nenhuma das Atas das duas reuniões preparatórias para a constituição de tal Conselho, sendo a primeira delas realizada na sede da Estação Ecológica de Angatuba e a segunda no Centro Pastoral do município de Angatuba. Nestas reuniões foram definidos os nomes dos participantes do Conselho e os critérios de escolha dos representantes são descritos na Ata da primeira reunião da seguinte forma: “[...] as pessoas **presentes** se dividiram em grupos afins para escolher **entre si** o representante e o suplente neste Conselho”. (grifos meus).

Durante a realização da entrevista com este participante perguntei sobre a “Associação Ambiental” que ele faz referência. Quando questionei a respeito do papel que esta “Associação” desempenha obtive a seguinte resposta:

O papel da Associação é que hoje principalmente é necessário ter um Conselho né, precisa essa coisa de Associação, porque o próprio Estado precisa de uma assinatura do presidente de uma Associação Ambiental (*Conselho Consultivo*) até pra uma venda legal de madeira, porque lá tem muito eucalipto, pinus, por isso que foi criada essa Associação, e a qual convidaram eu porque precisava ter um grupo, com uma quantia suficiente de pessoas e eu fui mencionado e participei (**Luis Henrique**).

Pode-se notar neste excerto que o entrevistado confunde os objetivos ou desconhece a existência de duas Unidades de Conservação em Angatuba. O Conselho ao qual o entrevistado faz referência pertence à Estação Ecológica de Angatuba e, portanto, não possui nenhuma relação com o corte de madeira das espécies de Pinus e Eucalipto, uma vez que tal retirada é feita exclusivamente na área da Floresta Estadual de Angatuba. Também é possível verificar neste excerto que a instituição do Conselho ou “Associação” é, de acordo com o entrevistado, uma necessidade legal do Estado, e não algo que partiu de um interesse inicial da população, pois, segundo Luis Henrique, “precisa essa **coisa** de Associação, porque o próprio Estado precisa [...]” (grifo meu).

Ainda em relação ao não conhecimento do local onde se encontra a Estação Ecológica de Angatuba, há também participantes que dizem não possuir nenhum interesse em visitar a “Fazenda do Estado”. É importante destacar que um destes entrevistados a relaciona com a zona rural, que, para ele, é um lugar onde as pessoas encontram muitas dificuldades, o que, de acordo com tal participante, não acontece nas cidades. Veja-se:

Não vejo, não vejo nada de importante pra mim, né? Não vejo nada de importante pra mim.

[...]

É... eu nasci na zona rural e eu vi que tem muita dificuldade na zona rural... e eu não gostei, eu acho um absurdo que a gente..... atravessa, passa na no trabalho né... e eu saí, tinha 12 anos quando eu peguei e vim pra cidade, né..... e não quero, não me interessar mais nisso, não não... daí fiquei aqui... (**Danilo**).

A partir deste excerto, pode-se verificar que o pensamento presente no início da Idade Moderna, no qual o campo era visto como ambiente rude e selvagem, onde as pessoas que viviam na zona rural eram tidas como inferiores, não-civilizadas e hostis, ainda parece estar presente na sociedade.

Neste sentido, de acordo com a afirmação do entrevistado, o fato de ele ter se mudado para a cidade, tornou-o uma pessoa melhor, com menor dificuldade financeira e de condições de trabalho, em relação à vida que ele possuía no campo.

O excerto também pode ser um indicativo do desconhecimento da população acerca das “finalidades” de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, uma vez que seus objetivos são bem diferentes dos de um local de produção agropecuária, como é o caso da maioria das fazendas.

Outro motivo para a falta de interesse em visitar a área é, segundo outro entrevistado, a falta de “atrativos” no local. Para entender melhor o que o participante em questão caracteriza como “atrativo”, perguntei a ele quais seriam os “atrativos” que a área deveria possuir para atrair o seu interesse em visitá-la. Obtive a seguinte resposta: “Ah, esportes, futebol, uma vila lá com bar, né, mas eu acho que lá não tem.... Lá sempre foi fazenda mesmo, antes da “Fazenda do Estado” era uma fazenda... aqui tinha um proprietário...”
(Leandro).

O posicionamento deste entrevistado pode levar ao questionamento a respeito das ações empreendidas em UC's para “atrair” a atenção da população, gerando um maior interesse da mesma em conhecer a área. Nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral existem, dentro do Programa de Uso Público, dois subprogramas que estão mais diretamente relacionados com a oferta de “atrativos” à população, que são os subprogramas de “Visitação e Turismo Sustentável” e o de “Educação Ambiental”. Nos Planos de Manejo dos Parques Estaduais Paulistas observados, pode-se identificar algumas diferenças metodológicas. No Plano

de manejo do PESH procurou-se inserir a Educação Ambiental ao subprograma de Visitação e Turismo Sustentável, o que já não ocorre no caso do PECB. De acordo com o Plano de Manejo desta UC a metodologia utilizada para análise foi a do “Ecoturismo” (MATTOSO, *et. all.*, 2008), o que me pareceu, a partir da leitura do Plano de Manejo, ser um dos focos principais da visitação no PECB. Neste caso, foram elaboradas diferentes categorias de atrativos existentes: atrativos ambientais, histórico-culturais e antrópicos (MATTOSO, *et. all.*, 2008). No entanto, no caso de Angatuba, por ser tratar de uma Estação Ecológica, categoria de manejo de Unidade de Conservação de Proteção Integral que restringe a visitação pública ao objetivo educacional, não há a possibilidade de visitação voltada ao Ecoturismo, o que, ao contrário de se mostrar como um ponto negativo, acredito que possa ser mais uma possibilidade para a Educação Ambiental se firmar enquanto mediadora entre os interesses da população e as restrições legais presentes em tal categoria de manejo de Unidade de Conservação.

5.3- Controvérsias existentes entre População, esferas do Poder Público e Unidades de Conservação.

Levando-se em consideração a temática ambiental como uma questão controversa, e as questões referentes à Unidades de Conservação como parte integrante de tal temática, pode-se inferir que, possivelmente quando há a discussão de temas concernentes à relação existente entre a população, as diferentes esferas do poder público e tais tipos de Áreas protegidas,

encontram-se momentos nos quais as controvérsias ou conflitos ambientais se fazem presentes.

Quando se fala em controvérsias, é necessário em um primeiro momento definir o que será considerado controvérsia na presente pesquisa. Segundo Silva (2007), as controvérsias podem se estabelecer em diferentes circunstâncias, mas se caracterizam por delinear diferentes pontos de vistas acerca de um determinado tema.

De acordo com o autor,

[...] falamos em controvérsias quando um determinado tema suscita nos atores sociais diferentes posicionamentos políticos, sensibilidades éticas e estéticas ou diferentes maneira de interpretar uma dada realidade (SILVA, 2007, p. 79).

Uma situação controversa pode ou não culminar em um conflito, que se desencadeia entre diferentes atores sociais que possuem opiniões divergentes sobre determinado assunto. Um conflito pode se estabelecer segundo Silva (2007) “na disputa pela hegemonia de idéias, pela utilização de determinado espaço físico ou pela prevalência de determinado sistema doutrinário, político, religioso, filosófico, econômico e científico” (p. 79).

Quando há disputa de interesses e “diferentes lógicas” entre atores sociais envolvidos em questões relativas ao uso e à gestão de bens naturais coletivos pode-se dizer que se travam, segundo Silva (2007), “conflitos socioambientais”. Tais conflitos envolvem a relação entre a natureza e a sociedade e se estabelecem quando os diferentes atores possuem pensamentos divergentes acerca destas relações.

Segundo o IBASE (1997), os conflitos ambientais são definidos como os

[...] que têm elementos da natureza como objeto e que expressam relações de tensão entre interesses coletivos e interesses privados de conflitos sócio-ambientais. Em geral, eles se dão pelo **uso** ou **apropriação de espaços e recursos coletivos** por agentes econômicos particulares, pondo em jogo interesses que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum, sejam esses conflitos implícitos ou explícitos (IBASE, 1997, p. 28) Grifos meus.

Nesta pesquisa verificou-se a existência de algumas questões controversas ou até mesmo conflituosas a partir da análise dos dados obtidos, os quais serão discutidos a seguir.

O primeiro momento onde se estabeleceram situações conflituosas ocorreu ao procurar entender a partir dos dados obtidos como se deu a criação da Estação Ecológica de Angatuba. Como já apontado, parece que um dos motivos para a criação de tal UC foi um conflito existente entre as esferas estadual e municipal do poder público acerca da utilização ou não de uma pedregulheira presente em áreas próximas à região de mata que atualmente pertencem à Estação Ecológica de Angatuba.

Para a esfera municipal, a mesma deveria ser utilizada sem restrições, pois para a Prefeitura, a retirada de pedras não atrapalharia o ecossistema local e beneficiaria economicamente a população do município de Angatuba. No entanto, contrariamente, a esfera estadual acreditava que a retirada de material da região prejudicaria o ecossistema local, podendo ocasionar deslizamentos de terra e acelerar o processo de desmatamento da região em busca de novas áreas para a retirada de pedras. O embate se intensificou com o tempo, gerando uma situação conflituosa, caracterizada pela não autorização do Estado para a retirada do material da área pela Prefeitura. Esta, por sua vez, tentava de todas as maneiras reverter a situação, inclusive se dirigindo diretamente ao governo do Estado com o intuito de conseguir tal autorização.

Atualmente, a retirada de pedra da UC é proibida, mas segundo um dos entrevistados ainda há “ressentimentos” da esfera pública municipal a respeito deste assunto. De acordo com essa participante:

[...] há pouco tempo atrás eu senti do prefeito um certo ressentimento porque ele não pode mais retirar pedra da Estação Ecológica, né. Então a promotoria fez uma grande confusão também porque cortaram árvores de um sub-bosque de uma área de Pinus destinada à produção, né, então com isso nós percebemos que **ainda não está claro mesmo para as esferas públicas, quanto à legislação e às finalidades desta Unidade de Conservação (Carmem)** Grifo meu.

A partir desta afirmação é possível tentar estabelecer algumas relações para tal conflito estabelecido. Quando a entrevistada faz referência à dificuldade presente nas esferas públicas, incluindo o Ministério Público, para se entender a legislação ambiental, há um indício de que a não compreensão de tais leis não se limitem a uma questão de pouca escolaridade, pois subentende-se que as pessoas pertencentes às esferas administrativas do Poder Público e ao Ministério Público possuam alto grau de escolaridade. Neste sentido, a existência de um espaço onde se possam discutir as restrições e as possibilidades de uso em Unidades de Conservação se faz indispensável. Assim, os Conselhos de Unidades de Conservação, sejam eles Consultivos ou Deliberativos podem se constituir como um destes locais. Durante as observações das reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba pude perceber, inclusive, alguns momentos de troca de informações de cunho jurídico. Tais momentos se deram principalmente a partir de explicações dadas por parte da gestão da UC e de pesquisadores do Instituto Florestal acerca de assuntos como: quais são os procedimentos para a elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Angatuba, qual o objetivo principal deste Plano, quais são as “finalidades” previstas no SNUC

para uma Estação Ecológica, o que diz o referido documento acerca das atribuições do Conselho Consultivo e da pessoa do conselheiro em particular, entre outras. No entanto, é importante ressaltar também que a maioria destes assuntos veio à tona, não por solicitação dos participantes das reuniões, mas por iniciativa da própria gestão da Unidade no intuito de explicitar aos membros do Conselho o que estava sendo realizado pelo Instituto Florestal durante os períodos que antecediam as reuniões. Acredito que alguns destes participantes não se manifestavam por timidez ou vergonha de fazer um questionamento aos “especialistas” no assunto, uma vez que estes ficavam a maior parte do tempo em silêncio durante as reuniões, apenas ouvindo o que era explicitado.

De acordo com Tassara e Ardans (2006), entender o significado do silêncio de participantes de coletivos – educadores “é uma complexa problemática que requer análises de dimensões lógicas, psicológicas, psicossociais e políticas [...]” (p. 66), uma vez que tais silêncios podem estar associados a fatores tais como o “desinteresse e não-motivação em relação às temáticas em discussão” (p. 66) e à personalidade “mais ou menos introvertida” (p. 66) do sujeito. Estes fatores podem apresentar como condicionantes a ignorância, ou seja, o “desconhecimento de informações sobre uma temática” (p. 67), o impedimento psíquico, que é a “incapacidade de o psiquismo do sujeito suportar o confronto com sua história, com sua identidade” (p. 68), a arbitrariedade semântica e a alienação política.

A partir da análise dos dados obtidos nesta pesquisa, pude perceber que em alguns momentos existe um desconhecimento no que diz respeito a informações referentes à Unidade de Conservação em questão pelos participantes da pesquisa, o que, de acordo com a citação anterior pode

culminar em “desinteresse” ou “não-motivação” por parte das pessoas acerca de questões relativas a esta área, como pode ser o caso dos participantes que afirmaram não possuir interesses em conhecer a “Fazenda do Estado”.

A citação de Tassara e Ardans (2006) também pode indicar a necessidade de formação dos profissionais que atuem e coordenem os Conselhos Gestores, mais particularmente os Conselhos Consultivos, para trabalhar com questões e situações complexas, como o “silenciamento” de alguns conselheiros.

Outro apontamento referente à participação nas reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba diz respeito à escassa representatividade e frequência de conselheiros nos encontros bimestrais.

Neste sentido, considerando as observações feitas, apesar de a existência de espaços como os Conselhos de Unidades de Conservação ser considerada importante para a discussão de temas pertinentes relacionados à gestão participativa de Áreas Protegidas, muitas vezes não se percebe o estabelecimento de tais discussões e nem a consolidação do Conselho para a população e para o poder público de maneira geral, como um local de troca de idéias e concepções acerca do ambiente e das Unidades de Conservação, uma vez que este é compreendido apenas como uma exigência legal para a gestão das Áreas Protegidas. O Conselho Consultivo, que poderia se constituir em um instrumento para o auxílio da comunicação entre as esferas do poder público e a população no que diz respeito a Unidades de Conservação, muitas vezes não se efetiva como tal, e pode não colaborar para a busca de soluções no caso de um conflito pré-estabelecido.

Também se observou uma situação controversa entre as esferas municipal e estadual do Poder Público em Angatuba no que dizia respeito à implantação de um projeto de Reforma Agrária na área da Floresta Estadual de Angatuba no início da década de 1980. A esfera municipal do poder público incentivou a ocupação da área por algumas famílias, com o intuito de efetuar no local uma Reforma Agrária. O Instituto Florestal tentou impedir a ação sem sucesso, pois o governo estadual doou a área ocupada pelas famílias para a efetivação de plantações e moradia adequada. No entanto, após dois anos aproximadamente as famílias desocuparam espontaneamente o local e o Estado reincorporou as terras.

Segundo alguns participantes da pesquisa, tanto a questão da “pedregulheira” existente nas áreas próximas a matas nativas quanto a questão da Reforma Agrária “patrocinada pela Prefeitura”, as quais geraram situações de conflito entre as esferas municipal e estadual do Poder Público em Angatuba, contribuíram de maneira decisiva para a elaboração do Decreto nº 23.790 de 13 de agosto de 1985 que instituiu a Estação Ecológica de Angatuba.

Além destas, outras situações controversas puderam ser observadas durante a coleta de dados, como, por exemplo, a questão da visitação pública. Segundo o SNUC (Lei 9.985/2000), a visitação pública nas Estações Ecológicas é proibida; a única exceção feita é quando há um objetivo ou finalidade educacional. Neste sentido aparece uma primeira controvérsia, a saber: nenhum dos entrevistados pertencentes à população citou que teve algum problema ou que tenha havido restrição quanto à sua entrada na

Estação Ecológica, mesmo quando a visitação não possuía nenhuma intenção educacional implícita ou explícita.

A visitação pública também foi um dos assuntos abordados durante a primeira reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba, que se realizou no dia 23 de fevereiro de 2006. De acordo com a Ata desta reunião foi sugerido pelos participantes o uso da área da Estação Ecológica para a realização de visitas monitoradas. No entanto, não consta nesta Ata o esclarecimento da necessidade de uma finalidade educacional para a realização de tais visitas como prevê o SNUC para as Estações Ecológicas, mas sim a necessidade de “realizar contactos com empresas seguradoras, para que cada visitante contasse com um seguro, evitando problemas futuros” (Ata da Primeira Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba). Não se trata de criticar negativamente tal necessidade, uma vez que considero de extrema importância a segurança dos visitantes de Unidades de Conservação, mas este dado presente na Ata parece confirmar o que se observou nas entrevistas no que diz respeito à aparente não necessidade de um objetivo educacional para a visitação da Estação Ecológica de Angatuba.

Ainda em relação à visitação pública, é importante ressaltar também que a maioria dos entrevistados da presente pesquisa acredita que deve haver um controle para a entrada e saída de pessoas no local e justifica este posicionamento com vários motivos.

Um dos motivos apresentados é a preservação da área, uma vez que de acordo com um dos entrevistados, algumas pessoas poderiam visitar o local para depredá-lo e não para admirar suas belezas naturais. Como exemplo tem-se o seguinte excerto:

É... a dificuldade que tem é que é natural até que o empregado, as pessoas que ficam diretamente tomando conta ali é que tem que pensar quem é que tá vindo aí, né. O que que vem fazer? O interesse é aprender sobre a Fazenda alguma coisa assim, assim? Então eu acho complicado, né. E ainda não tem um programa assim lá dentro que possa é... viabilizar este tipo de coisa, né... Nós já fizemos isto ali, mas a gente programou antes e tal... e foi com crianças, né. Eu já fui com pessoas ali, mas são pessoas que eu sei que não tem problema nenhum, né... Que tem interesse, né [...] (Rodrigo).

Além disso, outro entrevistado evidenciou com clareza o seu ponto de vista no qual, para se preservar uma área natural, a mesma deve ser mantida o mais distante possível do ser humano, apesar da vontade ou da necessidade do homem em apreciar a beleza natural do local. O pensamento deste participante pode ser interpretado como semelhante ao dos primeiros conservacionistas, que divulgaram o conceito de *wilderness*, ou seja, de natureza selvagem, livre da influência antrópica e que culminou com a criação das áreas naturais protegidas, dentre as quais se encontram as UCs. De acordo com este entrevistado “[...] se quer preservar tem que afastar o homem”.

[...] a minha vontade era poder entrar livremente por lá, mas eu não aconselho que seja assim.

[...]

[...] este é um debate muito antigo, né. É assim. É que o homem, eu acho que o homem não é perfeito, né. Deus já disse sobre isso no tempo do Adão e Eva, né, no tempo do paraíso. Mas eu acho que todas as atitudes conservacionistas que existem, principalmente contra a poluição são quase que nulas. Eu penso assim: Angatuba faz o tratamento do esgoto, o que é um exemplo, faz muito bem, mas veja, as chuvas que tiveram aqui nestes dias na cidade que foram muito intensas, nunca vi chover tanto em dois, três meses, a quantidade de latas, de plásticos que escorreram pela enxurrada foi exatamente para os rios. Quer dizer, que puritanismo que nós queremos para a natureza é quebrado de uma forma ou de outra pelo ser humano. Então, se for gente na Fazenda, e não for gente especializada, certamente haverá uma depredação... pra mim não, pra mim seria maravilhoso, mas **se quer preservar tem que afastar o homem**, infelizmente, mas eu queria estar lá dentro (João Paulo) Grifo meu.

Outro motivo para justificar a restrição da visitação, de acordo com um participante da pesquisa, diz respeito à necessidade de se estabelecer um horário, isto também em função das atividades dos funcionários. Além disso, de acordo com o entrevistado, sem horário, “pode virar bagunça”.

[...] tem um pessoal que trabalha lá, são os funcionários e funcionário tem horário. E segundo pode virar bagunça de repente não sabe quem vai quem não vai, de repente pode ter alguma coisa constrangedora para os funcionários, pode criar um caso né (**Luis Henrique**).

Note-se que segundo este participante, só poderia haver visitação pública no horário de trabalho dos funcionários, ou seja, no horário comercial. Neste sentido, a maior parte das pessoas que exercem atividade profissional em horário comercial não poderia visitar a área, pois em seus horários livres não haveria nenhum funcionário para recebê-las.

Neste sentido, considerando os posicionamentos dos participantes acima, se faz necessário algumas observações. Quando se fala em programas de Educação Ambiental, que apresentam a visitação pública como uma de suas propostas, voltados a diferentes grupos, uma consideração importante a se fazer é referente aos horários que se realizam as atividades. Se não houver uma flexibilidade nos horários, alguns grupos poderão não ser contemplados e as atividades efetuadas se limitarão aos grupos “tradicionais”, como por exemplo, alunos do ensino formal. Mas, por outro lado, como afirmou o entrevistado Luis Henrique, uma dificuldade encontrada pela gestão das UC's é a jornada de trabalho dos funcionários, a qual na maioria das vezes se restringe ao horário comercial, ocasionando situações como a falta de pessoal capacitado para trabalhar com a Educação Ambiental nos finais de semana, por exemplo.

Como forma de tentar amenizar esta situação de falta de funcionários, algumas UC's de Proteção Integral procuram parcerias com "atores especializados em educação ambiental" (CARVALHO, *et. all.*, 2006, p, 382), ou a formação de monitores e agentes ambientais (FARIA & PIRES, 2006; MATTOSO, *et. all.*, 2008). No entanto, a maioria destas parcerias ou monitores trabalha de maneira voluntária, o que pode ocasionar a descontinuidade de trabalhos em virtude da não possibilidade destes voluntários em se dedicar exclusivamente aos projetos e atividades de Educação Ambiental.

No entanto, outros participantes acreditam que é necessário haver um maior acesso da população para visitar a UC em questão, uma vez que, segundo eles, o acesso é muito restrito e quase não há informações sobre a UC. Um destes participantes acredita que ao conhecer a UC e ver a diversidade de fauna e flora presentes no local, as pessoas possivelmente teriam "consciência ambiental" e aprenderiam a preservar o meio ambiente.

Eu acho que mostrar tudo isso daí é importante. É importante, bastante, porque tem muita gente que não tem conhecimento, né. Hoje em dia você vê, quantas pessoas não sabem, você vê, fala do meio ambiente e ele acha que não, é normal... ah, cortar uma árvore, destruir pra mostrar um pasto, ah, isto daí é o de menos, tem bastante por aí, né. Não, não é assim. Ta acabando, né. Mas você vê que tem pessoas que não tem consciência disso. Por mais que esteja batalhando, trabalhando em cima, ele não tem consciência disso. E é por isso que precisava levar e mostrar realmente, entendeu (**Luciano**).

Outra participante evidencia a questão da escassez de água e a importância de se conhecer áreas protegidas para as pessoas começarem a preservar estas áreas.

Tinha que ser mais divulgado por ser a Fazenda do Estado e por causa de Preservação! Principalmente agora que a turma ta com os olhos deste porte de medo de acabar a água!! Ai nossa ta um..... né? E a fauna dela, a fauna deve ser grande lá na Fazenda pelo mato!! (**Elvira**)

Esta entrevistada, também, se mostra descontente com o excesso de áreas plantadas com *Pinus* e Eucalipto na “Fazenda do Estado” e a falta de informação sobre a destinação desta madeira. Segundo esta participante: “Que tem o Eucalipto e o *Pinus*... isso aí já é mais pro sustento né, pro sustento não sei de quem...” (Elvira). Também é importante salientar nesta afirmação de Elvira o desconhecimento da presença de duas Unidades de Conservação na área denominada por ela de “Fazenda do Estado”. Como já apontado, apesar de alguns participantes saberem que existem áreas de plantio de *Pinus* e Eucalipto e de regiões de mata nativa presentes na “Fazenda do Estado”, a maioria deles não sabe que estas regiões constituem Unidades de Conservação distintas, sendo que cada uma delas possui um objetivo e uma legislação própria.

Também gerou conflito entre a população de Angatuba e o Poder Público estadual, a presença de uma cachoeira localizada em região de divisa da Estação Ecológica com uma área particular (Figura 4).



Figura 4: Detalhe da cachoeira presente na Estação Ecológica de Angatuba. Fotografada em 1995. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Um dos entrevistados pertencentes ao poder público estadual afirma que a cachoeira foi “descoberta” por acaso, quando os funcionários estavam fazendo aceiros em volta da área da Floresta Estadual a fim de evitar queimadas. Segundo este participante:

A cachoeira foi aberta em 1975. Em 1975 quando nós tava abrindo os aceiros nas divisas da Fazenda foi que nós encontramos essa cachoeira lá. Daí que nós abrimos lá, quer dizer, daí que nós encontramos lá, porque nós nem sabia que tinha, porque tava escondido no meio do cerradão lá, então foi nessa época que a gente descobriu a cachoeirinha lá (**Nelson**).

Quando a cachoeira foi “aberta”, os funcionários planejavam tornar a área um atrativo para receber visitas de escolas, principalmente para crianças.

[...] a gente abriu as cachoeiras mais para receber essas crianças que vinham mesmo de escola, né, que iam pra lá e... então porque foi muito difícil pra abrir porque era muito fechado né, que nem eu falei pra você e... a gente abriu lá com essa finalidade (**Nelson**).

No entanto, a presença de uma cachoeira na área tornou-se um atrativo não só para escolas, mas também para outros visitantes, o que, após algum tempo gerou situações conflituosas entre os funcionários e os visitantes, como se observa neste excerto:

Óia, a cachoeira deu problema lá. A cachoeira deu problema... porque no começo que foi aberta a cachoeira lá, então era só conhecido que ia. Então você tinha um controle de quem entrava e de quem saía. Então, na verdade eram as pessoas que até ajudavam você, né. Mas chegou num certo ponto, porque daí começou a ir essas “motoqueraiadas” essas coisaras lá, e aí quebravam garrafas, aí começou a dar problemas. Aí começou a dar problemas, aí a gente começou a proibir a entrada, aí o pessoal não gosta, porque quem que gosta, né? E aí a gente foi proibindo, proibindo e até que hoje não entra mais né? Mas no começo não foi fácil, a cachoeira deu problemas sim. Porque quando eles não entravam durante o dia, eles entravam durante a noite, né. Eles entravam à noite e a gente tinha muito medo de fogo lá, né. E deixavam muita sujeira lá na água lá, garrafa quebrada... É que ia mesmo pra estragar, né. Ia pra bagunçar mesmo, então... daí a gente foi lutando contra aquilo lá [...] (**Nelson**)

Segundo este entrevistado, mesmo após a proibição da visitação à cachoeira e o fechamento do acesso por meio de um portão, as pessoas continuavam tentando entrar na área.

[...] sempre a turma tavam forçando o arame... mesmo com o portão. Só que daí eles não conseguiam passar no portão, e eles cortavam a cerca do lado e passavam, né. Porque daí eles iam de moto daí. Aí condução já não ia, ia moto só. De moto ou a pé (**Nelson**).

Um dos motivos expostos pelo participante para explicar o porquê de tantas pessoas “forçarem o arame”, como o mesmo afirma, para entrar na cachoeira sem permissão diz respeito à sua localização, uma vez que ela fica na divisa da área da Estação Ecológica com uma área particular, onde atualmente há uma granja instalada.

[...] a cachoeira faz divisa com a Fazenda. Então quando eles não entravam pelo nosso lado, eles entravam pelo vizinho. Então quando a gente ia lá, o pessoal já tava lá, mas não entrava pelo nosso lado, entrava pelo outro lado. Então era um negócio complicado, né. Porque se a cachoeira fosse dentro da Fazenda, era mais fácil de você controlar. Como ta na divisa, você não deixa, mas o vizinho deixa e a água é divisa, então como é que fica? (**Nelson**)

Quando pergunto a este entrevistado sobre o porquê da proibição da entrada de pessoas não autorizadas, ele afirma que é devido ao risco de destruição da área pelo fogo: “se pega um fogo lá, destruía tudo”.

Então o medo que a gente tinha lá era isso, era fogo, né... porque lá você vê uma área ecológica daquelas, tudo mato, se pega um fogo lá, destruía tudo, então a gente não queria que isso daí acontecesse, né, porque daí complicava, você ia acabar com aquilo lá, um patrimônio daquilo lá não é de uma hora pra outra, né, então era aquilo que a gente não queria (**Nelson**).

No entanto, esse mesmo entrevistado afirma que a entrada na área era autorizada quando se cumpria os trâmites legais exigidos pela administração, ou seja, pelo Instituto Florestal.

Se fosse uma equipe lá de escola assim, que queria fazer uma visita, não tinha problema nenhum. Pra começar a gente fazia o seguinte: eles faziam ofício de autorização. Então você já sabia que eles iam

lá né, então a gente já ficava esperando, acompanhava ou punha gente pra acompanhar, né. Então não era assim proibido, que não pode entrar, a gente não fazia isso não, então a gente autorizava, mas sabendo o que tava fazendo, né, então tudo sob controle. O problema nosso era os que tava fora de controle, os que chegavam, por exemplo, de madrugada, de noite, porque lá pra você ver, ter fiscal lá era muito difícil, né, lá no meio do mato lá era difícil deixar gente lá, né. Então esse era um dos problemas, né (**Nelson**).

Outro entrevistado afirma que atualmente não há mais uma grande quantidade de pessoas que tentam entrar na área da cachoeira, apesar de algumas ainda tentarem entrar. Isto se deve, segundo o participante, ao fato de os funcionários não “limparem” mais o acesso à cachoeira, tornando-o praticamente inacessível a todas as pessoas, inclusive para visitantes escolares. Segundo este participante, embora entenda que é “área de preservação” não poder entrar na cachoeira “é até um pecado”.

[...] mesmo assim aparece gente ainda. Muito pouco, mas aparece. Eu já achei gente lá, que tirei gente de lá, falei que não pode, explica pra eles e tal e eles saem bem, não tem problema. Só que é a curiosidade, né, eles querem ver. Até comentam “Nossa, uma cachoeira deste jeito aí e não poder entrar! É até um pecado isto!”. Mas infelizmente não é assim. É área de preservação (**José**).

Para tentar compreender o conflito existente não somente entre a população e as esferas do poder público no que diz respeito a Áreas Protegidas, mas também entre o discurso da necessidade de se preservar a “natureza intocada” e a vontade de visitar locais de relevante beleza cênica presente em alguns dos participantes da pesquisa, são necessários algumas reflexões.

A primeira delas se refere ao conceito de “natureza intocada” presente entre os primeiros conservacionistas. De acordo com este termo, os locais de relevante beleza cênica deveriam ficar o mais distante possível do ser humano, sendo que este era tido como um ser que destrói a natureza.

A segunda reflexão a ser feita diz respeito à excessiva naturalização das práticas de conservação do ambiente natural, uma vez tal ambiente é descrito na maioria das vezes apenas em seus aspectos biológicos e ecológicos, e, neste sentido, cada vez mais distante do ser humano, que muitas vezes não é visto como um ser natural, apesar de, como afirmar Gonçalves (1989), o próprio conceito de natureza não ser natural, mas sim, uma construção humana.

Aliada a estes dois conceitos, e considerada uma tentativa de solução para os problemas ambientais que se acentuavam, vêm a Educação Ambiental. Porém, em seu início, tal Educação também se vincula mais a questões de cunho biológico. No entanto, em uma tentativa de superação da existência apenas destas questões, surgem as dimensões que devem estar presentes em um trabalho efetivo de Educação Ambiental, descritas por Carvalho (1989, 2006), e que se estabelecem como um referencial para esta pesquisa buscar compreender como estas relações conflituosas acontecem.

De acordo com o IBASE (2006),

Educação ambiental, se forem consideradas as recomendações de Tbilisi, tem implícita a missão de tratar do ambiente integradamente. Contudo, observa-se que, na prática, quase sempre não é assim, pois os aspectos biofísicos são mais enfatizados do que os culturais (ou vice-versa) ou vistos como separados, mesmo que às vezes se diga, no discurso, que são complementares. Quando conflitos são explicitados – e os diferentes interesses em confronto mostrados –, inicia-se a compreensão para a sua resolução. Isso faz com que, para começar, as representações sociais e as atitudes de nossa convivência coletiva e individual sejam revistas (IBASE, 2006, p,11).

Neste sentido, propor uma solução para conflitos advindos de diferentes interesses em torno de um bem ambiental é tarefa árdua, mas um caminho a seguir pode ser o estabelecimento de uma relação entre os valores culturais, as concepções políticas e os conhecimentos presentes na sociedade em

questão, a fim de que se busque por meio de diálogo entre os atores, uma Educação Ambiental que vá ao encontro das reais necessidades da população e que ao mesmo tempo não seja utópica, mas possível de ser implantada e realizada.

5.4- Problemas apontados pelos participantes da pesquisa no que diz respeito ao relacionamento entre População e a Estação Ecológica de Angatuba.

Os participantes da pesquisa que foram entrevistados indicaram alguns problemas presentes no relacionamento estabelecido entre a população e a Estação Ecológica de Angatuba. O primeiro deles diz respeito à falta de comunicação da Estação Ecológica de Angatuba com a comunidade do município. De acordo com um dos participantes pertencentes à população a “Estação é um mundo à parte”. Além disso, ele considera que o local poderia ser melhor aproveitado pela população local. Veja-se:

[...] podia ser muito bem mais aproveitado este espaço, né, então existe um conceito da Estação, assim de muito lindo, maravilhoso, né, mas pouco aproveitável, né, em termos assim para a comunidade, né (**Flávio**).

Para este participante, que é o único do grupo população que sabe que na área da “Fazenda do Estado” se configuram duas Unidades de Conservação, a Estação Ecológica deveria fazer com que a comunidade viesse até ela divulgando as atividades que são realizadas no local e estimulando a visitação pública. Ainda de acordo com este participante, a aproximação inicial com a população deve ser feita pela UC, pois é lá que se encontram os especialistas que podem propor programas específicos de visitação. Veja-se:

[...] em termos de relacionamento entre Estação-Escola, Estação-População... é.... têm muitas pessoas de Angatuba que não conhecem a Estação.

[...]

Bom, eu acho que na Estação estão os doutores, não é verdade? É de lá que teria que partir, né.

[...]

[...] então é um mundo à parte, a Estação Ecológica em relação à comunidade, é um mundo à parte, sabe (**Flávio**).

É importante salientar que este entrevistado é membro do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba, e o segmento social que tal entrevistado representa esteve presente em três das quatro reuniões do referido Conselho nas quais foram realizadas as observações. Também é relevante a participação do segmento representado pelo entrevistado no decorrer das reuniões, sendo que vários questionamentos e posicionamentos foram feitos no que diz respeito a esclarecimentos sobre temas discutidos nos encontros como, por exemplo, a questão da elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica de Angatuba.

Os entrevistados desta pesquisa que pertencem ao poder público também evidenciam que há falta de comunicação entre a UC e a população de Angatuba.

Como primeira consequência desta falta de comunicação, pode ser citada a afirmação de um entrevistado pertencente à esfera estadual do Poder Público, que salienta que a população de Angatuba não sabe da presença de duas UCs contíguas na área da “Fazenda do Estado”, o porquê da existência das mesmas e as restrições legais decorrentes desta existência. Segundo ele, “O povo [...] é mal informado”.

Não, é mal informado. Agora com essa introdução do Conselho que ta tendo, esse folder [*o entrevistado faz referência ao folheto que foi entregue para mim anteriormente e que se encontra em anexo*], eu entreguei uns lá na cidade pra uns colegas lá, e daí que eles ficaram sabendo o que que é aqui. Quer dizer que, o povo, principalmente aqui do município muitos é mal informado. Eles não sabem que aqui

tem uma... duas Fazendas, duas áreas, a área ecológica, quer dizer a Floresta Estadual e a Estação Ecológica. É duas áreas. Eles não sabem (**José**).

Outro problema evidenciado pelos entrevistados pertencentes ao poder público foi o desconhecimento da área da Estação Ecológica por grande parte da população moradora de Angatuba, apesar de haver muitos habitantes do município que mostram interesse em conhecê-la.

Também foi apontado pela esfera pública estadual que a população de maneira geral não conhece a legislação ambiental e, desta forma, não sabe qual a maneira correta de “usufruir” da área.

[...] eu vejo assim algumas conversas com a população que eles sentem assim que a Unidade, eles gostam muito da Unidade, mas eles sentem que eles não podem usufruir daquele espaço público, né, que é um espaço que tem uma legislação específica, mas é um espaço público. Eles não sabem esta legislação e eles não sabem de que forma que eles podem usufruir, mas gostariam. Eu já ouvi queixas neste sentido (**Carmem**).

Além disso, apesar de alguns integrantes da esfera pública indicarem que os problemas entre a Estação Ecológica de Angatuba e a população local ocorrem pelo fato desta última não conhecer a legislação específica, em algumas entrevistas foi evidenciado que sequer os representantes da esfera pública estadual conhecem tal legislação. Em uma das entrevistas, quando perguntei por que a visitação pública era proibida na área obtive a seguinte resposta: “Ah, isso eu não sei explicar o porquê... Eu só sei que não é liberado” (**Sérgio**).

Além destes, a caça também se mostrou no decorrer de algumas entrevistas com os participantes do Poder Público um problema a ser solucionado, apesar de que atualmente, de acordo com os entrevistados, tal atividade já não é mais tão intensa quanto em períodos de tempo anteriores.

Mesmo assim, segundo estes participantes, muitas pessoas foram encontradas cometendo tal infração. Os motivos apontados pelos entrevistados para a manutenção desta prática é o antigo hábito da população em caçar naquela área, o que, criou uma “tradição” de caça no local.

Então numa Fazenda que todo mundo podia caçar que nem lá na época antes de ser do Estado, vinha gente de fora lá e ficava uma semana caçando lá porque naquele tempo tinha caça, né. Aquele tempo tinha bastante caça. E agora de repente corta de repente, como é que fica? (**Nelson**)

A criação da Estação Ecológica de Angatuba e a Lei de Crimes Ambientais de 12 de fevereiro de 1998 (Lei nº 9.605) foram apontadas como um auxílio para a administração tentar impedir a caça na área, uma vez que, por ser tratar de uma UC com legislação mais restritiva do que a Floresta Estadual, a Estação Ecológica possibilitava uma ação mais efetiva dos funcionários, e com a Lei de Crimes Ambientais, tal atividade passou a ser criminalizada. Segundo um entrevistado, “isto ajudou também que a gente tivesse uma atuação mais forte, né, em relação à proteção contra a caça na região” (**Artur**).

Além da atuação mais efetiva dos funcionários e da legislação mais restritiva, outro participante salienta que nos dias atuais, a “tradição” de caça que algumas pessoas possuíam na época de criação da Floresta Estadual e da Estação Ecológica e Angatuba não existe mais. Segundo este entrevistado, “na verdade os que usavam... as divisas aí, quem caça, eles já tão tudo antigo os homem, então não tão mais... os mais novos já tão mais conscientes...”(**José**).

No entanto, em uma das reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba, o assunto caça foi abordado. Neste encontro, quando se fez referência aos resultados obtidos a partir dos levantamentos de fauna e

flora da área para a elaboração do Plano de Manejo e à sua comparação com um estudo parecido desenvolvido em área próxima à Estação Ecológica, um dos participantes da reunião, que não é membro do Conselho, mas sim um colaborador voluntário, faz referência a espécies de aves antes abundantes na região e que atualmente são raras. De acordo com este colaborador, o desaparecimento de tais espécies se deu em decorrência de seu grande valor comercial, o que estimulou a caça.

Neste sentido, ainda se faz necessária uma fiscalização constante da área, pois apesar de não ser tão intensa, a caça ainda é uma atividade que existe e deve ser combatida.

5.5- Sugestões para aproximar a Estação Ecológica da População de Angatuba.

Os problemas encontrados entre a população moradora de Angatuba e o poder público estadual e, deste com o poder público municipal no que se refere à presença de uma UC de Proteção Integral no município, que foram mencionados pelos participantes da pesquisa são muitos, como vimos anteriormente. Quando algum entrevistado enfatizava no momento de realização da entrevista a existência de algum problema, sempre perguntava em seguida se ele possuía alguma sugestão para tentar solucioná-lo. Alguns dentre estes entrevistados afirmavam não saber ao certo como resolver a questão; outros, porém, contribuíram com algumas sugestões.

Para a maior parte dos entrevistados, dezesseis participantes, poucas pessoas moradoras do município de Angatuba conhecem a área da “Fazenda

do Estado”. Para alguns, é importante que a população do município conheça a área, para que, a partir da visita, passem a “preservar o meio ambiente”:

Seria bom, seria importante, pois é meio ambiente. É preservar a natureza. Então tinha que tratar o prefeito, ou órgão que toma conta disso, sei lá quem, que esteja trabalhando nisso levar o pessoal daqui, né, quem ta nessa área. Levar conhecer, falar, vai ter uma visita na Fazenda Florestal, quem quer conhecer a Fazenda, visitar os açudes, as cachoeiras, a floresta, os pássaros, pra... isso daí é bom pra preservar, né, e principalmente pra juventude que ta vindo hoje, né, pra eles saberem o que é o meio ambiente.

[...]

[...] acho que precisa procurar realmente [...] quem dirige aquilo lá, quem é o encarregado, sei lá, quem que toma conta, o órgão que toma conta da Fazenda pra entrar em contato, uma reunião pra poder fazer isso, né, e liberar pra poder ir levando um pouco o pessoal, o prefeito ceder um ônibus, lá pra juventude ir lá, conhecer a Fazenda, pra né, tudo que tem de bom em Angatuba, né (Luciano).

Além da questão da visitação, pode-se salientar neste excerto que o participante afirma que deve haver investimentos do poder público para que a população conheça a área. Por exemplo, ele acredita que algum órgão governamental deva ceder o transporte da cidade até a área da “Fazenda do Estado”, para que a “juventude” possa saber “o que é o meio ambiente”.

Em uma outra entrevista, quando se perguntava sobre o conhecimento da área pela população de Angatuba, enfatiza-se que poucas pessoas do município conhecem a área e aponta-se como problema para tal desconhecimento a baixa qualidade do ensino nas escolas, principalmente do ensino de Ciências, que segundo ele “é o que gera a cultura de querer conhecer”.

A... o... ensino de Ciências nas escolas, né, que é o que gera a cultura de querer conhecer, por exemplo, um parque, um parque assim, uma Reserva Florestal, uma Fazenda do Estado, por exemplo, porque a pessoa que não tem a noção de Ciências, não tem uma base na escola, isto tem pouca importância pra eles, né. A não ser de vez em quando andar pelas, pelo caminho lá olhando e tal. Porque quem se aprofunda mais em Ciências, por exemplo, já tem aquele espírito de observar as coisas, né, vê as diferenças entre insetos, plantas e animais, por exemplo, que habitam aquele lugar.

[...]

[...] o meu interesse, por exemplo, por ecologia da Fazenda lá, é porque eu gosto de Ciências, né, ligando à questão ambiental, né. Então eu acho que... teria que embutir dentro do ensino, né, não é o termo correto isso, né, mas a hora de as crianças ir aprender Ciências, né, quer dizer, Botânica hoje, o que aparece de Botânica no ensino da escola? É muito pouco, é uma quantidade muito pequena que é ensinada, né. E tem como, por exemplo, é... vai ensinar Física, por exemplo, Geografia, que nós lá temos muito próximos, por exemplo, com a questão ambiental, né. Que você vai ver, por exemplo, relevo, que você vai ver, né, vai lá, e vê a distribuição da Floresta, hoje entra tudo isso, né, na Geografia (**Rodrigo**).

É interessante ressaltar neste excerto que, apesar de o entrevistado aparentemente restringir a relação entre o ensino de Ciências e a questão ambiental, ele não se limita apenas à contribuição desta área do conhecimento, uma vez que também faz referência a outras disciplinas que podem permitir um enfoque ambiental, como por exemplo, a Física e a Geografia.

Maia e Oliveira (2003) quando estudaram as concepções e práticas de Educação Ambiental presentes nos professores de Ensino Médio observaram que para os docentes, a Educação Ambiental está associada, em sua maioria, com a preservação de recursos naturais, e não como prática que “conduza à sensibilização dos estudantes quanto aos problemas ambientais” (p.13). Neste sentido, as atividades em Educação Ambiental ficariam restritas apenas às áreas do conhecimento mais ligadas às Ciências Biológicas, e não se caracterizariam como tema transversal a ser trabalhado em todas as disciplinas, como prevê os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) elaborado pelo Governo Federal.

Para este entrevistado, quanto maior for a qualidade do ensino, maior será o número de pessoas que se interessarão em conhecer a área da “Fazenda do Estado” e, por conseqüência, que compreenderão a importância de se preservar o meio ambiente.

[...] quem conhece, sabe que tem que preservar, né. Você fala “Não!!! Pára de queimar porque esse gás vai subir lá em cima, e tal!!! Pára de usar tal tipo de gás porque vai destruir a camada de ozônio!” Mas como é que você vai falar de camada de ozônio pra uma pessoa que não tem noção dessas coisas, né? (**Rodrigo**)

Pode-se observar neste excerto que o entrevistado salienta a importância dos conhecimentos para se compreender problemas relativos à questão ambiental. Como já apontado, Carvalho (1989, 2006) enfatiza que a formação do educador para trabalhar com questões ambientais deve considerar três dimensões: a dos conhecimentos, a dos valores éticos e estéticos e a da participação política. Note-se que este participante enfatiza a dimensão dos conhecimentos, apesar de seu grau de escolaridade ser apenas o antigo “Grupo Escolar” incompleto. Talvez isto possa ser um indício de que, aliado ao seu interesse em conhecer, haja outros fatores que colaboraram para o seu interesse relativo à “coisas ligadas à natureza”, como, por exemplo, a sua história de vida. Veja-se:

[...] desde cedo eu se interessei muito por alguma coisa ligada à natureza. Eu tive uma influência muito grande da minha avó, eu convivi uma grande parte da minha infância com ela, né, e ela paparicava muito eu, [...]. Então nesse convívio com ela, né, com certeza nasceu o interesse, né, porque as coisas vem dessa forma, né, que a gente não sabe bem como, né, porque ninguém falou pra mim “você tem que fazer isso”, né, é uma coisa tão natural como uma pessoa que vai, né, é... o torcedor do Corinthians, do Palmeiras, né, de repente nasceu aquilo nele e pra mim foi assim também, né... (**Rodrigo**).

Uma outra sugestão apresentada, no que se refere ao entendimento da população acerca da presença de duas UCs contíguas na área denominada por eles de “Fazenda do Estado” e de suas “finalidades” previstas em lei, é a divulgação da área e de seus objetivos nos meios de comunicação, principalmente a televisão. Segundo um entrevistado, a televisão poderia ser um recurso para auxiliar os funcionários e gestores da área para esclarecer à

população moradora não só de Angatuba, mas de toda a região, sobre suas “finalidades” e objetivos. Para este participante, que faz parte do poder público,

No meu ponto de vista teria que ter um... um... que nem estes meios de comunicação aí pra informar. Porque tem que ter um histórico informando, por num jornal, ou mesmo aí na... principalmente com a TV TEM [*afiliada da Rede Globo Regional com sede em Itapetininga*] aí na área, né, podia ter um espaço pra divulgar as coisas porque muita gente não sabe. Porque tem muita gente que acha que aqui é área que pode vir a hora que quiser vir e não é assim. Porque na Estação Ecológica é só pra fins científicos, pesquisa. É só visita monitorada e tem que ter autorização (**José**).

É interessante evidenciar que este participante enfatiza que a população é desinformada, e não questiona o porquê de tal desinformação; se ela é ocasionada por desinteresse do povo ou por outros motivos, como por exemplo, a falta ou dificuldade de acesso às informações referentes à UC.

Dos dezoito entrevistados, três salientaram a importância da construção de um “Centro de Educação Ambiental” na área da “Fazenda do Estado” como alternativa mais eficiente para solucionar os problemas advindos do desconhecimento da área e/ou das restrições impostas por lei para a visitação do local.

Um destes participantes destaca que o “Centro de Educação Ambiental” seria a melhor opção para haver um maior contato entre a “Fazenda do Estado” e a população de Angatuba, porém ele enfatiza a necessidade de contratação de funcionários especificamente para este fim, para não se contar apenas com o auxílio de voluntários.

Pra começar, um centro de educação ambiental. Nós temos falado muito sobre isto. Mas, agora sabe, você contar com voluntários, voluntário, voluntários, sabe, é uma coisa assim, sabe, tão... eu acho assim que tem que ter mesmo alguma coisa profissional, sabe, um empenho assim de biólogos, de pessoas que estejam ligados a este trabalho. Sabe, não contar com voluntariado o tempo todo, sabe, mas uma coisa mesmo profissional, sabe, um empenho mesmo, né, e... sabe como é que é: voluntário ele vai quando ele quer, sabe, não é sempre que ele está disposto e nem está empenhado na questão. Tem que ser mesmo uma coisa profissional. Então é isso (**Flávio**).

Um outro entrevistado, além de reforçar a importância da construção de um “Centro de Educação Ambiental”, afirma, de maneira enfática, que a “Fazenda do Estado” já possui um local apropriado para a constituição do mesmo, não havendo necessidade, portanto, de um gasto muito grande com infra-estrutura por parte do Estado. Veja-se:

[...] a minha intenção era montar um negócio assim, né, pra receber professor pra gente dar palestras, a minha intenção era fazer isto lá. Só que eu aposentei antes, então não deu tempo, não consegui, não consegui fazer isso daí. Mas o meu sonho era fazer isso aí sim, porque daí foi desativado a escola, né, então daí ficou aquele prédio grande lá, então a minha intenção era fazer lá onde era a escola, então pra receber este pessoal lá, né. Então ia ser um negócio, muito, muito interessante, né, e mesmo a criançada ia lá pra fazer aquela trilha lá, né, então a gente tava, tava trabalhando em cima disto, né, mas, infelizmente não deu. Quem sabe alguém não vá fazer lá, né, quem sabe? Porque, nossa, quando eu tava lá, isso daí era, era... isso daí ninguém tirava da minha cabeça que eu ia fazer isto lá né. Eu queria deixar um lugar lá prontinho assim, né. Porque eu gostava de mexer com esse tipo de coisa... (Nelson).

As Figuras 5 e 6 apresentam o prédio da antiga escola, que atualmente está desocupado e que, segundo o entrevistado seria o local ideal para a construção do “Centro de Educação Ambiental”.



Figura 5: Vista geral do prédio da antiga escola localizada nas dependências da Floresta Estadual de Angatuba.



Figura 6: Detalhe do prédio da antiga escola localizada nas dependências da Floresta Estadual de Angatuba.

A escola em questão foi instituída no ano de 1966 para atender aos filhos dos funcionários da Floresta Estadual de Angatuba que moravam na Unidade de Conservação e moradores de sítios próximos à referida UC, uma vez que o acesso à cidade era difícil e realizado apenas por meio de caminhões.

De acordo com o entrevistado Nelson, a escola,

[...] começou num galpãozinho lá e aí quando nós terminamos o prédio novo, aí que passou pro prédio novo, né, então tinha duas classes boas lá, tinha bastante alunos, bastante alunos. Porque além dos alunos da Fazenda, né, tinha do vizinho também, eles iam lá. Então tinha duas classes e as classes lá era bastante alunos cada classe. Só que nas escolas de sítio era misturado, né. Era tudo misturado, primeiro ano com segundo ano e a terceira e a quarta tinham outra sala, né (**Nelson**).

No entanto, no decorrer do tempo, começou a ser realizado o transporte de funcionários da cidade para a Floresta Estadual o que ocasionou a queda do número de moradores da UC e conseqüentemente a diminuição do número de alunos da escola. Acrescentando-se a isto, a Prefeitura Municipal de Angatuba começou a fornecer o transporte escolar gratuito para os estudantes dos sítios até as escolas localizadas na zona urbana, e com isso, foram fechadas a maioria das escolas rurais do município, dentre as quais a que se localizava nas dependências da Floresta Estadual de Angatuba. Veja-se:

Lá parou a escola desde que eles começaram a por assim, tinha um ônibus que pegava as crianças lá. E aí eu não sei explicar direito porque que eles resolveram acabar com as escolas rural né. Então trazia tudo pra cidade. Então aí nesse tempo as escolas do sítio fechou tudo, né. Não só lá, mas como aqui em Angatuba, na zona rural do município inteiro fechou.

[...]

Toda as escolas rural aqui fechou, porque agora tem o ônibus, perua, que pega né. Tem essas Vans que pega, né, as crianças e traz aqui. Só num bairro grande que nem, por exemplo, o “Guareí Velho” porque lá já é longe também né, então lá tem, tem escola lá. Mas fora disso, a criançada vem tudo aqui pra cidade, né (**Nelson**).

Para este participante, o objetivo principal para a constituição do “Centro de Educação Ambiental” seria contribuir para a educação das crianças, no que diz respeito à “consciência ambiental”. Segundo ele,

[...] eu tava pensando em fazer isso lá pra juntar a criançada lá pra dar essas palestras lá, pras crianças, né. Porque é aquilo que eu falei você tem que começar pelas crianças, né, porque os outros já tão tudo aposentando, então... (**Nelson**).

Outros participantes da pesquisa também fizeram referência à necessidade de construção de um “Centro de Educação Ambiental”. No entanto, de acordo com um destes entrevistados, tal “Centro” deveria se constituir como uma “escola informal, em termos de meio ambiente” (**Bruno**).

Neste sentido, parece que tal participante considera as práticas de Educação Ambiental de duas formas: a primeira delas se constituindo por meio de atividades que possuam alguma intencionalidade, porém não um alto grau de sistematização, o que, de acordo com a definição de Libâneo (2005), se aproximaria de uma educação “não-formal”. Por outro lado, também considera que a Educação Ambiental deva ser trabalhada em alguns momentos com maior grau de sistematização e intencionalidade, aproximando-se da definição de “educação formal” proposta por Libâneo (2005).

Assim, perguntei ao participante quem deveria visitar a área e o “Centro de Educação Ambiental”, ou seja, quais grupos estariam inseridos nas atividades de Educação Ambiental elaboradas. Obtive a seguinte resposta:

Primeiro com os escolares, certo. E depois com a população em geral. Eu acho que tem que abrir para a população como um todo. Deve priorizar a escola, mas não se fechar somente a ela (**Bruno**).

Por fim, acredito que as sugestões dadas pelos participantes da pesquisa são de extrema importância para se elaborar uma proposta de

Educação Ambiental que vá ao encontro das reais necessidades e anseios da população moradora de Angatuba. Assim sendo, procuro a seguir discutir alguns caminhos possíveis para a implementação de tal proposta.

6. Caminhos para a elaboração de uma Proposta de Educação Ambiental para a Estação Ecológica de Angatuba.

Por meio do estudo das controvérsias existentes em relação ao uso da Estação Ecológica de Angatuba, das afirmações feitas pelos participantes da pesquisa acerca dos problemas advindos da presença de uma UC no município e das perspectivas de solução para tais problemas, sugeridos pela própria população, é possível estabelecer alguns aspectos importantes para reflexão.

O primeiro deles se refere ao fato de que tanto os problemas apontados, quanto às possibilidades de solução estão, em sua maioria, centralizadas pelos participantes em questões de conhecimentos.

No discurso dos mesmos, foi comum a presença de frases como: o povo é mal informado, ou, a população de maneira geral não conhece a legislação ambiental, ou ainda, a maioria das pessoas não sabe da existência de duas UC's na área da Fazenda do Estado e por isso, não tem como compreender as restrições colocadas pela legislação. Quanto às possíveis soluções foi verificada grande quantidade de afirmações como as seguintes: o povo precisa conhecer a Fazenda do Estado para aprender o que é preservar o ambiente, ou, deve haver uma conscientização ambiental para que o povo conheça a importância da preservação, ou ainda, é necessária uma maior divulgação da Estação Ecológica para que a população conheça os seus objetivos.

De acordo com Carvalho (2006), “a dimensão dos conhecimentos está intimamente relacionada com a construção simbólica da realidade” (p. 27-28), e, desta maneira, se torna necessário compreender a realidade histórica e

social, os valores e as concepções políticas dos atores envolvidos na ação educativa.

Neste sentido, a questão dos conhecimentos, apesar de ser a única referida pela maioria dos participantes da pesquisa, não pode ser desvinculada das demais dimensões, as quais se constituem nesta pesquisa um referencial.

De acordo com Carvalho (2006),

[...] é a apreensão da complexidade ambiental através dos nossos esforços de compreensão dos padrões de interação com a natureza que nos leva ao necessário diálogo de saberes, que nos exige a consideração das outras dimensões constitutivas da prática humana, da subjetividade, dos valores e da dimensão política (CARVALHO, 2006, p. 29).

Assim, devem-se considerar três dimensões para o trabalho com Educação Ambiental, como já apontado: a dimensão dos conhecimentos, a dos valores éticos e estéticos e a da participação política, a qual, segundo Carvalho (2006) deve ser considerada “como central na caracterização do processo educativo em geral e para os processos de educação ambiental em particular” (p. 26). Ainda de acordo com este autor, as dimensões dos conhecimentos e a dos valores devem ser “vistas como dimensões de complementaridade e de reciprocidade com a dimensão política” (CARVALHO, 2006, p. 26).

A questão política também ocupa lugar de destaque nas reflexões de Bornheim (1985) acerca das questões relativas à natureza. Veja-se:

[...] a natureza deixou de ser o grande repositório, eternamente inesgotável, no qual o homem exauriria indiscriminadamente a sua riqueza. Daí surgiu uma nova necessidade, e conseqüentemente um novo tipo de compromisso. O tema, de resto, não se restringe à questão da natureza, pois alcança o modo de o homem ser no mundo em todas as suas dimensões.

[...]

[...] toda a questão ecológica não pode mais ser resolvida em termos de ciência e tecnologia. A natureza tornou-se agora, antes de tudo, um tema visceralmente e necessariamente político (BORNHEIM, 1985, p. 24).

No entanto, a consideração “das outras dimensões constitutivas da prática humana” (CARVALHO, 2006, p. 29) para a elaboração de propostas de Educação Ambiental a serem realizadas em Unidades de Conservação, não se delinea como uma tarefa simples, pelo contrário, se apresenta como um trabalho árduo, pois implica não raras vezes na necessidade de atividades prévias para identificação dos reais anseios e expectativas em relação àquela área em particular.

Para isso, é de fundamental importância que primeiro se teorize a respeito do assunto, pois segundo Carvalho (2006), “muitas vezes, é a ânsia de que mudanças imediatas sejam implementadas que nos leva de forma aligeirada às interrogações e proposições preponderantemente de ordem prática” (p. 23).

Assim, nesta pesquisa, procurou-se compreender quais eram as concepções presentes nas esferas do Poder Público e na população moradora próxima a UC's para que, a partir de tal compreensão, se possa indicar alguns caminhos possíveis para se trabalhar com Educação Ambiental nestas áreas.

Um primeiro caminho para se trabalhar, no caso da Estação Ecológica de Angatuba, estaria na necessidade do entendimento da população acerca da existência de duas Unidades de Conservação na Área denominada pela maioria deles de “Fazenda do Estado”, ou seja, seria necessário desvincular a área e “finalidades” da Estação Ecológica, da Floresta Estadual de Angatuba. Neste sentido, haveria a necessidade de um esclarecimento à população e a alguns representantes do Poder Público da existência de diversos “grupos” de “Fazendas do Estado”, e que o processo de criação destas áreas estaria vinculada a diferentes interesses políticos, os quais possivelmente se

relacionam a processos educativos com concepções valorativas distintas no que diz respeito à relação sociedade-natureza. De acordo com Carvalho (2006),

[...] na elaboração do referencial para análise desta problemática, interesses ideológicos se contrapõem e, sem dúvida alguma, não será de interesse de determinados segmentos sociais que certos aspectos da questão ambiental sejam desvelados. Assim sendo, muitas das concepções mais difundidas (muitas delas, incorporadas pelo senso comum) provavelmente serão aquelas que mais contribuirão para evitar a compreensão de forma mais ampla das diferentes nuances que envolvem a questão ambiental (CARVALHO, 2006, p. 31).

No entanto, considero de fundamental importância o interesse da população moradora e de representantes do poder público em criar um espaço no qual possa se estabelecer este diálogo, pois se não houver reciprocidade entre os dois segmentos, dificilmente uma prática de Educação Ambiental irá se configurar de maneira a buscar a transformação da realidade vivida.

Os Conselhos gestores de UC's, estabelecidos a partir do SNUC (2000), podem se configurar como um destes espaços, e neste sentido, ser um local onde possa ocorrer esta troca, uma vez que em sua constituição devem estar presentes representantes de diversos segmentos sociais onde a UC está inserida e cujas concepções e posicionamentos perante assuntos relativos à gestão da UC se apresentam como um espelho da sociedade da qual fazem parte.

No entanto, como já apontado, não se observou representatividade e tampouco freqüência de alguns membros nas reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba, uma vez que, apesar da presença de vários segmentos sociais em sua constituição, muitos deles, ou não se fizeram presentes em nenhuma das reuniões nas quais as observações foram

realizadas, ou se presentes, não fizeram nenhuma manifestação ou questionamento, permanecendo o tempo todo em silêncio.

Evidencia-se, assim, a necessidade da consideração da dimensão política no processo educativo e, conseqüentemente na Educação Ambiental, pois como afirma Carvalho (2006),

O compromisso da educação em garantir os processos de sociabilidade, em construir, tanto entre as sociedades e a natureza como entre os diferentes seres humanos, relações que valorizem a vida e, que por isso se tornam humanizadoras, caracteriza essa prática social como politicamente compromissada. Sendo assim, quando entendida como processo indissociável de outros processos de sociabilidade, isto é, como uma prática social, dentre outras, a dimensão política da educação se evidencia (CARVALHO, 2006, p. 23).

Contudo se faz urgente uma re-elaboração das temáticas debatidas durante as reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Angatuba, para que o mesmo não se constitua apenas como uma mera exigência legal ou um local de apresentação de temas e pesquisas desenvolvidas na Unidade, mas sim um lugar de discussões entre os seus membros, no qual ações educativas possam se apresentar como uma maneira de tentar reverter a aparente apatia presente em alguns participantes. Para tanto, é importante que os seus membros consigam se enxergar como agentes de transformação, os quais podem auxiliar na gestão da Unidade e discutir assuntos presentes em seus modos de vida, e não apenas ser ouvintes de apresentações.

Neste sentido, a Educação Ambiental é aliada fundamental, uma vez que pode ser a mediadora entre as diferentes concepções presentes entre os membros do Conselho, e a dificuldade em se trabalhar questões de cunho jurídico, com tais concepções políticas e sociais distintas.

Além disso, os Conselhos gestores podem formular e auxiliar na implementação de propostas e atividades educativas referentes à UC's para a população em geral, pois, como são constituídos por pessoas pertencentes àquela realidade social, as ações educativas desenvolvidas em conjunto provavelmente serão mais próximas dos anseios daquele público em particular, como apontado em alguns Planos de Manejo de Unidades de Conservação de Proteção Integral, além do que a presença de pessoas mais “conhecidas” naquela sociedade pode resultar em maior credibilidade às ações desenvolvidas pela UC. Outra consideração importante diz respeito ao fato de os Conselhos poderem ser compreendidos como um elo entre a população e a gestão da UC, o que pode facilitar a comunicação entre tais segmentos, amenizando situações como as encontradas no caso da Estação Ecológica de Angatuba.

Também é importante explicitar as controvérsias e conflitos que muitas vezes se fizeram presentes no relacionamento entre as esferas do Poder Público, ou entre os representantes do Poder Público estadual e a população. A existência de tais situações, seja em um tempo anterior, como no caso da criação da Estação Ecológica de Angatuba, ou nos dias atuais, indicam a necessidade de uma aproximação entre os atores envolvidos nestas questões, e assim, a Educação Ambiental poderia contribuir como mediadora para promover uma efetiva discussão acerca da temática ambiental.

A maioria destas controvérsias ocorreu, no caso da Estação Ecológica de Angatuba, devido a diferentes concepções acerca da natureza e de sua vinculação muitas vezes apenas a fatores ecológicos e biológicos, excluindo-se a questão cultural. Para o “debate ambientalista”, esta questão se coloca no

cerne do entendimento da problemática ambiental em Unidades de Conservação. Veja-se:

É um equívoco qualquer separação entre a natureza planetária e a cultura. Essa separação é o erro mais importante do debate “ambientalista” atual. A gestão ambiental, como administração de uma UC e de seu entorno, depende da compreensão de que as pessoas têm do ambiente. Entendendo isso, pode-se tentar elaborar um conhecimento comum, que estimule a necessária modificação de representações e comportamentos. Pode haver nesse contexto, entretanto, uma contradição, pois o que se diz nem sempre é o que se faz, ou as conseqüências não são as previstas, necessitando-se, assim, fazer revisões nos planos estabelecidos (IBASE, 2006, p. 11).

Assim, quando se estabelecem conflitos, é importante buscar a explicitação dos mesmos, a fim de que, por meio de um diálogo formado a partir de diferentes referenciais teóricos e pontos de vista para um mesmo fenômeno, possa se superar uma visão ingênua e superficial acerca dos condicionantes da temática ambiental, para que seja possível uma verdadeira gestão participativa em UC's. A Educação tem neste contexto um importante papel a desempenhar.

De acordo com o IBASE (2006),

Um método de ensino-aprendizagem que adota a idéia de uma educação emancipatória, pela explicitação de conflitos e estratégias coletivas, é condição para uma gestão socioambientalmente eficiente e, de fato, democrática, em UC (IBASE, 2006, p.13).

Outra consideração a ser feita acerca da Estação Ecológica de Angatuba diz respeito a que tipos de práticas de Educação Ambiental podem ser desenvolvidas na área. Tradicionalmente em UC's, práticas de estudos do meio, de visitas a trilhas e de apreciação da beleza estética do ambiente natural, são as principais atividades relacionadas à temática ambiental realizadas. No entanto, apesar de muito freqüentes, não se constituem, se

feitas isoladamente, enquanto atividades de Educação Ambiental, segundo o referencial teórico desta pesquisa.

De acordo com Carvalho (2006),

[...] têm-se insistido veementemente que o trabalho educativo relacionado com concepções de natureza não deve restringir-se à dimensão dos aspectos naturais do meio. As práticas pedagógicas relacionadas com o meio natural não podem deixar de considerar, a partir das proposições dos ambientalistas, outros aspectos além dos estritamente referentes à natureza. Nesse sentido, uma das questões mais complexas levantadas pelo movimento ambientalista é a que diz respeito à relação dos seres humanos, organizados em sociedade, com a natureza e, por mais complexos que se apresentem, não podem deixar de ser considerados em nossas propostas educativas (CARVALHO, 2006, p. 30).

No entanto, deve-se salientar que as condições objetivas de muitas das UC's não permitem que sejam efetivadas propostas de Educação Ambiental, pois possuem como problemas recorrentes: a falta de pessoal capacitado para trabalhar com esta temática, o remanejamento de funcionários para exercer funções diferentes daquelas a que foram contratados, a falta de investimentos financeiros para a compra de material e implementação de infraestrutura adequada para o recebimento de visitantes, entre outros. Neste sentido, algumas das discussões relativas às possibilidades de ações educativas a serem desenvolvidas podem ficar em segundo plano, uma vez que outras questões se tornam relevantes e mais urgentes na gestão da UC.

Contudo, mesmo com tais dificuldades, são desenvolvidos alguns trabalhos em UC's no que diz respeito à temática ambiental, o que é de fundamental importância para uma maior compreensão de seus objetivos enquanto Área Protegida e para promover uma maior interação entre a realidade social do local e a gestão da Unidade de Conservação.

Considerações Finais

Com o interesse de procurar compreender as relações existentes entre o poder público, o processo educativo e a população local no que diz respeito a Unidades de Conservação, e particularmente na Estação Ecológica de Angatuba, deparei com a necessidade de discutir questões mais complexas do que poderia imaginar quando iniciei esta pesquisa.

Como em minha história de vida as Unidades de Conservação sempre se fizeram presentes, acreditava que tal assunto fazia parte do cotidiano das pessoas que viviam em regiões próximas a tais áreas, da mesma forma que estava presente em minha vida; mas por meio da coleta de dados pude verificar que ainda há muitas indagações a respeito do tema a serem feitas não só por moradores próximos, mas também por representantes do poder público e por alguns funcionários deste grupo de Área Protegida.

Um primeiro ponto importante a ser considerado foi o aparente distanciamento da população em relação à UC que foi objeto deste estudo. Muitas vezes, tal distanciamento ocorria por falta de conhecimento da população acerca dos objetivos da área, pela pouca comunicação existente entre a gestão da UC e a população, ou entre a gestão da UC e o poder público municipal. Também podemos apontar o desinteresse de alguns integrantes da população em saber mais sobre a área, o que, de acordo com tais participantes da pesquisa se justificariam pela falta de atrativos presentes no local ou por querer um distanciamento do campo, do ambiente rural, o qual é associado a períodos de sacrifício e sofrimento em suas vidas.

Aliado a isso, verificou-se que o processo de constituição da Estação Ecológica de Angatuba se mostrou como uma questão controversa, principalmente no que diz respeito à relação estabelecida entre as esferas municipal e estadual do poder público. Mais do que uma controvérsia ou até mesmo um conflito existente entre esferas do poder público, acredito que a discussão ocorrida no caso da Estação Ecológica de Angatuba se deu por diferentes concepções presentes na sociedade atual acerca dos “usos” e “finalidades” dos bens naturais.

Tais concepções se constituem como um dos principais desafios do mundo contemporâneo e se colocam como um dilema para a compreensão de que tipo de relação sociedade/natureza é predominante no pensamento da humanidade.

De acordo com Acselrad (2005),

[...] a categoria “meio ambiente” não pode ser vista apenas como objeto de cooperação, mas também de contestação e conflito. Ao contrário do que sugere o senso comum, o ambiente não é composto de puros objetos materiais ameaçados de esgotamento. Ele é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados. [...] A causa ambiental, portanto, não é necessariamente uma, universal, comum a todos, o que faria do ambiente necessariamente um objeto de cooperação entre os distintos atores sociais. Em muitos contextos e conjunturas, o meio ambiente é também atravessado por conflitos sociais, ainda que alguns prefiram não admiti-lo (ACSELRAD, 2005, p. 07-08).

Neste sentido, determinados problemas também foram evidenciados no relacionamento entre a população e as esferas do poder público em torno das UC's. Ao contrário do que pensava quando iniciei a pesquisa, as restrições presentes em relação à visitação pública não se colocaram como as principais questões levantadas pelos participantes, apesar de estarem presentes em alguns depoimentos. O maior problema evidenciado foi a falta de comunicação existente entre a população moradora e a gestão da UC, uma vez que muitos

dos entrevistados afirmaram não saber quais atividades realmente são desenvolvidas na área conhecida por eles como “Fazenda do Estado”.

Outro aspecto relevante diz respeito aos mecanismos de gestão participativa cada vez mais presente na legislação pertinente às UC's. Com a implantação do SNUC, no ano de 2.000, impôs-se a necessidade da criação de Conselhos Gestores de UC's, os quais têm papel de auxiliar a gestão da área e de promover espaços nos quais possam se estabelecer processos de Educação Ambiental, entre outros. No entanto, tais espaços muitas vezes não são percebidos como locais de trocas de experiências e de aprendizado, sendo que acabam se tornando mero cumprimento de exigências legais.

Para procurar entender o porquê do não estabelecimento de alguns Conselhos gestores de UC's enquanto possibilidade de gestão efetivamente participativa cabe-nos alguns posicionamentos. Apesar de a existência cada vez maior de leis que estimulem a abertura de locais que se proponham a discutir questões de relativa importância para a sociedade local, muitas vezes não se questiona se a sociedade contemporânea brasileira foi formada para estabelecer tal discussão. Assim, é necessário antes de tudo identificar quais são as condições oferecidas aos membros dos Conselhos e, de um modo geral, a toda a sociedade, para que se possa ter uma efetiva participação e possibilidade de modificação da realidade vivida.

A Educação assume neste sentido papel fundamental, uma vez que pode auxiliar na compreensão das diferentes concepções existentes, e desta maneira mediar as relações conflituosas ou a aparente falta de relações que podem ser estabelecidas em torno dos bens ambientais/naturais. A Educação pode se delinear enquanto formadora de opiniões e pode atuar tanto como

agente de transformação social quanto como mais uma forma de reprodução da ideologia vigente (SEVERINO, 2001). Assim, é fundamental conceber a Educação enquanto processo, e não como um produto pré-estabelecido a ser oferecido à sociedade, pois, caso contrário pode não contribuir para a formação efetiva do ser humano em sentido pleno.

Segundo Reoul (2000),

[...] é esta a ligação fundamental com o humano que faz da educação mais do que um adestramento ou uma maturação espontânea. Ser homem é aprender a tornar-se tal. Precisemos duas coisas. Primeiro, há duas maneiras de aprender: um processo espontâneo, que vem do próprio facto de viver em sociedade, em um conjunto de métodos intencionais, com os seus professores e os seus objectivos. Depois, jamais se deixa de “tornar homem”, e o fim do caminho da cultura humana jamais é alcançado: não há diploma de humanidade que considere concluída a educação (REBOUL, 2000, p. 24).

Assim, é indispensável a presença e a efetividade do processo educativo nas relações existentes entre diferentes segmentos sociais para que se estabeleçam possibilidades de mudança na realidade vivida. Em questões relativas aos aspectos ambientais, a Educação Ambiental surge como um dos possíveis caminhos para efetuar tais modificações. No entanto, como em sua origem, a Educação Ambiental está mais ligada ao movimento ecológico e, portanto, a aspectos essencialmente naturalistas (CARVALHO, 2001) do que ao processo educativo propriamente dito e seus condicionantes sociais, algumas das práticas em Educação Ambiental podem ser superficiais e não contemplar questões que se encontram na essência da problemática ambiental, ou seja, o questionamento a respeito das causas da crise ambiental e suas perspectivas de solução, além da crítica feita à sociedade de consumo e de acúmulo de bens materiais presentes em grande parte do mundo.

Contudo, em relação a UC's e no caso particular deste estudo, é necessário que se estabeleça maior comunicação entre os atores sociais que

estão envolvidos direta ou indiretamente nas questões relevantes à área, para que haja a exposição dos anseios e expectativas presentes nestes atores, no que diz respeito à Estação Ecológica de Angatuba.

Torna-se igualmente importante uma discussão acerca do real papel dos Conselhos Gestores nas Unidades de Conservação. Cabe perguntar se são espaços efetivos para que se exerça a cidadania por meio de uma maior participação política, ou se constituem apenas como cumprimento de obrigações legais? Se não há uma efetividade na participação de segmentos sociais em alguns Conselhos Gestores, como pareceu ser o caso do da Estação Ecológica de Angatuba, quais são as causas da aparente apatia e como transformar estes espaços para que eles se tornem mais efetivos, ou seja, mais participativos?

Não pretendo, entretanto, com os dados obtidos, encerrar a discussão acerca da problemática da UC's, mas sim compartilhar inquietações a respeito do tema, que se constituem em questões cada vez mais urgentes quando se aborda a temática ambiental e suas implicações políticas, sociais e valorativas.

Referências

- ACSELRAD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K., PEREIRA, D. B. **A Insustentável Leveza da Política Ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica. 2005. p: 07-10.
- ALMEIDA, F. P. **Projetos de Educação Ambiental e seu Desenvolvimento na Escola Pública: Concepções e Práticas de Professores de Ciências**. Dissertação (Mestrado). Rio Claro. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2005, 189p.
- ALVES-MAZZOTTI, A.J.A. O Planejamento de pesquisas qualitativas. In: ALVES-MAZZOTTI, A.J.A; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. Pioneira. 2001.
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Líber Livro. Série Pesquisa, Vol. 13. 2005.
- BORNHEIM, G. Filosofia e Política Ecológica. In: **Revista Filosófica Brasileira**, Rio de Janeiro, 2(1):16-24, 1985.
- _____. **Os Filósofos Pré-Socráticos**. São Paulo: Cultrix, 2. ed., 1972.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1967. Disponível em www.planalto.gov.br, acesso em 12/07/06.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em www.planalto.gov.br, acesso em 12/07/06.
- _____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1937. Disponível em www.planalto.gov.br, acesso em 12/07/06.
- _____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1946. Disponível em www.planalto.gov.br, acesso em 12/07/06.
- _____. Decreto nº 1.922, de 05 de junho de 1996. In: ROCCO, R. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A. 2. ed. 2005a. p. 280-283.
- _____. **Decreto nº 2.463, de 10 de julho de 1934**. Disponível em www.planalto.gov.br, acesso em 10/12/2007.
- _____. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Disponível em www.planalto.gov.br, acesso em 13/07/06.
- _____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. In: ROCCO, R. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A. 2. ed. 2005b. p. 443-446.

- _____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. In: ROCCO, R. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A. 2. ed. 2005c. p. 311-321.
- _____. Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. In: ROCCO, R. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A. 2. ed. 2005d. p. 266.
- _____. Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965. In: ROCCO, R. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A. 2. ed. 2005e. p. 241-259.
- _____. Lei 6.902, de 27 de abril de 1981. In: ROCCO, R. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A. 2. ed. 2005f. p. 260-262.
- _____. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. In: ROCCO, R. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A. 2. ed. 2005g. p. 437-442.
- _____. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. In: ROCCO, R. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A. 2. ed. 2005h. p. 284-305.
- _____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. In: ROCCO, R. **Legislação Brasileira do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A. 2. ed. 2005i. p. 45-65.
- BRÜGGER, P. **Educação ou Adestramento Ambiental?** Ed. Letras Contemporâneas. 1994.
- CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP. 1999.
- CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental**. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado). 2000. 356p.
- _____. **A Invenção Ecológica. Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2. ed. 2002.
- _____. Educação Ambiental e Movimentos Sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. In: **Educação Teoria e Prática**. 9(16-17): 46-56, 2001.
- CARVALHO, J. L. de, VELLARDI, J. W. V., BUCHIANERI, V. C. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar**. São Paulo. 2006. Disponível em www.iflorestal.sp.gov.br, acesso em 10/07/08.

- CARVALHO, L. M. A Temática Ambiental e a Escola de 1º grau. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo. Universidade de São Paulo. 1989. 282p.
- _____. A Temática Ambiental e o Processo Educativo: dimensões e abordagens. In: CINQUETTI, H. e LOGAREZZI A. (orgs.) **Resíduos sólidos e a Educação Ambiental**. São Carlos: EdUFSCar. 2006. p. 19-41.
- CAVALARI, R. M. F. As Concepções de Natureza no Ideário Educacional no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. V Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas, Bruxelas, abr. 2007. Disponível em: www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/CyT-MA/CyT-MA-2-CAVALARI.pdf, acesso em 22/02/08.
- CERVANTES, A. L. A., BERGAMASCO, A., CARDOSO, C. J., AOKY, H., MOTA, I. S., ADAMENAS, J., FONTES, M. A., ROBIM, M. J., TABANEZ, M. F., HERCULIANI, S. Diretrizes Para os Programas de Uso Público do Instituto Florestal do Estado de São Paulo – SMA. In: **Anais – 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas**. Revista do Instituto Florestal. São Paulo. v. 4. 1992. p. 1076-1080.
- CHAUI, M. **Introdução à História da Filosofia: dos Pré-Socráticos a Aristóteles**. São Paulo: Companhia das Letras. 2.ed., vol. 1., 2002.
- CHAUI, M. **Rousseau – Vida e Obra**. São Paulo: Nova Cultural. 4. ed. 1987 (Os pensadores).
- DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia. 4. ed. 1994.
- DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec/ NUPAUB/USP. 5. ed. 2004.
- FARIA, H. H. de, PIRES, A. S. (coords.). **Plano de Manejo do Parque Estadual do Morro do Diabo**. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo: Ed. Viena, 2006, 311p.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.
- IBASE. **Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns?** Rio de Janeiro, 1997.
- _____. **Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro. 2006.

- IGLÉSIAS, M. Pré-Socráticos: Físicos e Sofistas. In: REZENDE, A. (org.). **Curso de Filosofia para Professores e Alunos dos Cursos de Segundo Grau e de Graduação**. Rio de Janeiro: Zahar. 1986. p. 17-42.
- LEIS, H. R. **A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideu, Uruguai: Editora Coscoroba. 2004.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?** São Paulo: Cortez. 8. ed. 2005.
- LISBOA, M. A. M. **Viver na Intersecção de Culturas: Trajetórias de Famílias Imigrantes Italianas em Angatuba – SP (1881 – 1982)**. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Educação. Dissertação (Mestrado). 2001. 371p.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e Movimentos Sociais na Construção da Cidadania Planetária. In: LOUREIRO, C. F. B., LAYRARGUES, P. P., CASTRO, R. S (orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez. 2002. p. 69-98.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo. Ed. EPU. 1986.
- MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros. 14. ed. 2006.
- MACIEL JÚNIOR, A. **Pré-Socráticos – A Invenção da Razão**. São Paulo: Odysseus, 1.ed. 2003. (Imortais da Ciência).
- MAIA, J. S. da S; OLIVEIRA, H. T. de. Concepções e práticas em educação ambiental de professores de ensino médio. In: **Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas II**. São Carlos, SP, 2003. 1 CD-ROM.
- MATTOSO, A. Q., PISCIOTTA, K., BARROS, M. I. A. (coords.). **Plano de Manejo do Parque Estadual Carlos Botelho**. São Paulo. 2008. CD-ROM.
- MEDEIROS, R. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. In: **Ambiente e Sociedade**. IX(1): 41-64, 2006.
- MEDINA, N. M. Breve Histórico da Educação Ambiental. In: **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (orgs.). Brasília. 1997.
- MITTERMEIER, R. A.; FONSECA, G. A. B. da; RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. In: **Megadiversidade**. 1(1): 14-21, 2005.

- MUSSI, S. M. **O Processo de Gestão Participativa e Educação Ambiental em Conselhos de Unidades de Conservação: O caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis, RJ.** Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007. 199p.
- PESSANHA, J. A. M. **Descartes – Vida e Obra.** São Paulo: Nova Cultural. 4. ed. 1987b. (Os Pensadores).
- _____ . **Platão – Vida e Obra.** São Paulo: Nova Cultural. 4. ed. 1987a. (Os Pensadores).
- REBOUL, O. **A Filosofia da Educação.** Lisboa, Portugal: Edições 70. 2000.
- ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da Educação.** Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes. 3. ed. 2004 (Paidéia).
- SAHD, L, F, N, A, S. **A Noção de Liberdade no Emílio de Rousseau.** Trans/Form/Ação, São Paulo, 28(1): 109-118, 2005.
- SÃO PAULO. Decreto nº 23.790, de 13 de agosto de 1985.
- _____. Decreto nº 49.672, de 06 de junho de 2005.
- SATHLER, E. **Conselhos de Unidades de Conservação: entre o Consultivismo e o Deliberalismo na Gestão Participativa de Áreas Naturais Protegidas.** Dissertação (Mestrado). Niterói. Universidade Federal Fluminense. 2005. 228p.
- SAVIANI, D. **Educação: seu papel histórico.** VI Simpósio Municipal de Educação, III Simpósio Regional de Educação. Caxias do Sul. 1988.
- SEVCENKO, N. **O Renascimento.** São Paulo: Atual; EdUNICAMP. 6. ed. 1988.
- SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história.** São Paulo: Olho d'Água. 2001.
- SILVA, L. F. **A Temática Ambiental, o Processo Educativo e os Temas Controversos: Implicações Teóricas e Práticas para o Ensino de Física.** Tese (Doutorado). Araraquara. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. 2007, 214p.
- TABANEZ, M. F. (coord.). **Plano de Manejo do Parque Estadual de Porto Ferreira.** São Paulo: Instituto Floresta. 2003. Disponível em www.iflorestal.sp.gov.br, acesso em 10/07/08.

- TASSARA, E. T. O., ARDANS, O. Educação Ambiental Crítica: pesquisa-ação, participação, silêncios e “silenciamentos”. In: **Pesquisa em Educação Ambiental**. 1(1): 59-71, 2006.
- VALENTIN, L. **Projetos de Educação Ambiental no Contexto Escolar: Concepções e Práticas**. Dissertação (Mestrado). Rio Claro. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2005, 175p.
- www.ambientebrasil.com.br, acesso em 12/07/06.
- www.angatuba.sp.gov.br, acesso em 10/12/07
- www.iflorestal.sp.gov.br, acesso em 10/07/08.
- www.mma.gov.br, acesso em 12/07/06.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman. 3. ed. 2005.

ANEXOS

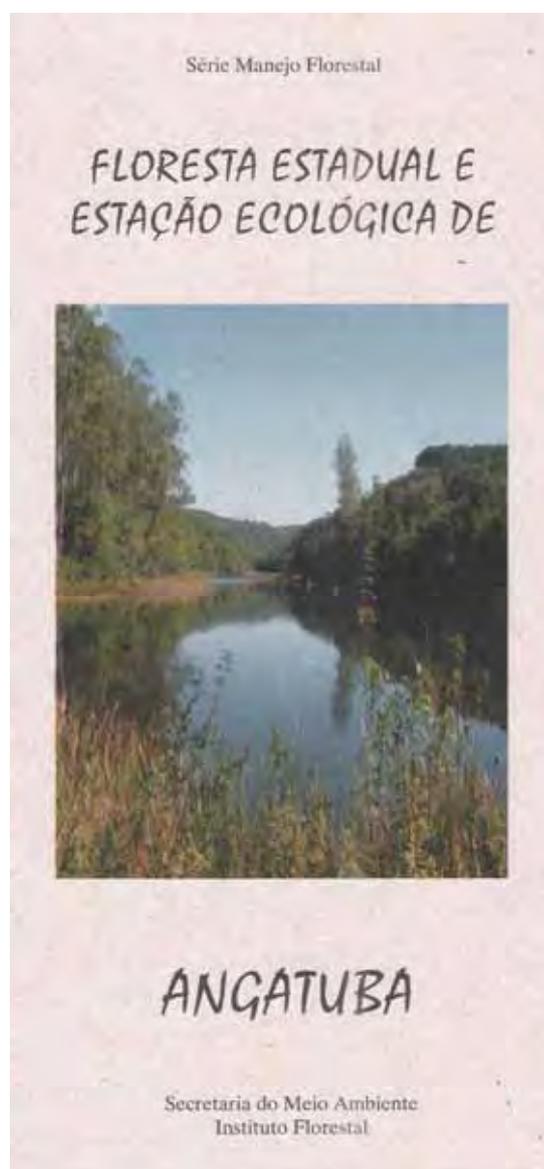
Anexo A – Roteiro das Entrevistas para o grupo População

- Trajetória de vida do participante (tempo de residência em Angatuba, profissão e eventual relacionamento com a “Fazenda do Estado”*).
- Conhecimento sobre a “Fazenda do Estado”.
 - Administração;
 - Relacionamento com a administração;
 - Localização;
 - “O que tem e o que é feito na Fazenda do Estado”
- Conhecimento do local
 - Conhece o local;
 - Qual o local visitado;
 - Quando visitou o local (data da última visita)
 - Se não conhece, qual o motivo de não conhecê-lo;
 - Diferenças encontradas no local.
- Conseqüências práticas trazidas pela mudança (vida pessoal, amigos, familiares, município).

Anexo B – Roteiro das Entrevistas para o grupo Poder Público

- Trajetória de vida do participante (tempo de residência em Angatuba, profissão e relacionamento com a “Fazenda do Estado”*).
- Conhecimento sobre a “Fazenda do Estado”*
 - Administração;
 - Relacionamento com a administração;
 - Localização;
 - Atividades realizadas no local;
- Conhecimento do local
 - Conhece o local;
 - Por que da criação de uma UC naquele lugar;
 - Conhecimento em relação à mudança de categoria de manejo de parte da UC;
 - Por que da mudança de parte da área da UC (Uso Sustentável para Proteção Integral);
- Conseqüências práticas trazidas pela mudança de categoria de manejo (influência, situação de controvérsia/conflito);
 - Outra esfera do Poder Público (se o entrevistado for do Poder Público Estadual, questionarei em relação ao Municipal e vice-versa);
 - População moradora de entorno;
 - População moradora da zona urbana de Angatuba;
 - População de outras localidades;
 - Vida pessoal (sofreu ameaças ou pressões de qualquer outro tipo);
 - Amigos, familiares;
- * “Fazenda do Estado” é o termo utilizado pela maioria da população do município ao se referir à Floresta Estadual de Angatuba e à Estação Ecológica de Angatuba.

ANEXO C – Folder da Floresta Estadual e da Estação Ecológica de Angatuba.



Floresta Estadual de Angatuba

A Floresta Estadual de Angatuba está a 230 km de São Paulo. Foi criada em 5 de janeiro de 1965, pelo Decreto Estadual nº 44.389, com uma superfície de 2.590,15 ha, distribuída entre os Municípios de Angatuba e Guaré, com a finalidade de realiar pesqueiros e plantios de espécies exóticas visando a produção florestal. Parte dessa área foi destinada à criação da Estação Ecológica de Angatuba através do Decreto nº 23.790/85, ficando a área da Floresta Estadual com aproximadamente 1.196 ha.



A vegetação da Floresta Estadual de Angatuba é composta predominantemente por reflorestamentos com espécies exóticas de rápido crescimento, dos gêneros *Pinus* e *Eucalyptus*, objeto de inúmeros projetos de pesquisa, os quais têm contribuído para alicerçar a política florestal do Estado de São Paulo.

As atividades desenvolvidas procuram compatibilizar a produção sustentável com a conservação ambiental, evitando impactos nas áreas de entorno da Estação Ecológica.

Fotografia Aérea



Estação Ecológica de Angatuba

A Estação Ecológica de Angatuba foi criada em 13/08/1985 através do Decreto Estadual nº 23790. Tem uma superfície total de 1.394,15 ha, na qual estão presentes os principais ecossistemas: Cerrado, Floresta Estacional Semidecidual e Banhado.



Entre os representantes da fauna como o tobo-quará (*Chrysoceryx auriparus*), veado campelero (*Chrysoceryx leucurus*) e jaguatirica (*Felis pardalis*), destaca-se o mico-leão-preto (*Leontopithecus chrysopygus*), espécie ameaçada de extinção, sendo considerada pela UICN como uma das doze espécies mais ameaçadas do mundo.

A administração e manejo da Unidade segue as orientações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o qual define como objetivos da Estação Ecológica, a preservação da natureza e a realização de pesquisa científica, sendo a visitação pública permitida somente para fins educacionais.

Floresta Estadual e Estação Ecológica de Angatuba

MANDAMENTOS ECOLÓGICOS

- Não gaste água inutilmente
- Diminua a produção de lixo
- Separe o lixo, pois ele pode ser reciclado
- Não desperdice energia
- Não utilize materiais poluentes
- Utilize o carro somente quando necessário
- Não destrua a fauna e flora
- Mantenha-se informado sobre as questões ambientais.

Lembre-se sempre que o
PLANETA TERRA
é um belo lugar para morar
e assim deve continuar.

LOCALIZAÇÃO



FLORESTA ESTADUAL E ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ANGATUBA

Estrada Municipal Angatuba -Guaré, km
14, Serra da Conquista, Angatuba, SP.

Tel: (15) 3271.3866

Produzido e Impresso pelo SOTC - Decando
arte: Helena G. V. Galimani - set/05 - 1F

